



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

Alentejo Feel Nature

Manuela de Jesus Baptista da Fonseca Murteira

Orientação: Prof.^a Doutora Rute Sousa Matos

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Trabalho de projeto

Évora, 2018

Resumo

O trabalho de projeto que se propõe apresentar prende-se com a aplicação prática de uma oportunidade lançada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, no sentido de valorizar, requalificar e potenciar antigas azinhagas, caminhos rurais e calçadas seculares localizadas, preferencialmente, em áreas protegidas ou integradas na Rede Natura 2000, existentes no distrito de Portalegre e o seu aproveitamento para rotas turísticas, de fruição e de recreio.

A implementação do projeto supramunicipal Alentejo “Feel Nature” envolveu os quinze municípios do distrito de Portalegre e contribuiu para infraestruturar esta região com um conjunto de rotas pedestres de apoio a um turismo de nicho, assente no produto “Walking”.

A paisagem, as vilas, as cidades, as gentes, os produtos endógenos e os eventos contribuem, hoje, para o enriquecimento do projeto e da marca Alentejo “Feel Nature”, consolidada e reconhecida por distintas entidades nacionais e estrangeiras.

De facto, esta rede de percursos pedestres, alinhada com o tema Natureza, percorre espaços de serra e caminhos na peneplanície, cruza cursos de água por poldras ou segue na margem de albufeiras, passa por carvalhais, soutos, montados de azinheiras e sobreiros, pastagens naturais, estepes cerealíferas, hortas, pequenas quintas e grandes herdades.

O projeto Alentejo “Feel Nature”, concretizou-se numa infraestrutura pública, de recreio ativo e desportivo, assim como numa marca que promove e valoriza a região e a paisagem, no mercado nacional e internacional.

PALAVRAS CHAVE: Paisagem; Natureza; Alentejo; Sustentabilidade; Turismo.

Abstract

The project work that we intend to present relates to the practical application of an opportunity launched by the Intermunicipal Community of Alto Alentejo, in the sense of valorizing, re-qualifying and strengthening old paths, rural roads and secular sidewalks, preferably located in areas protected or integrated in the Natura 2000 network, existing in the district of Portalegre and its use, for tourist routes, enjoyment and recreation.

The implementation of the supramunicipal project Alentejo Feel Nature, involved the fifteen municipalities of the district of Portalegre and contributed to the infrastructure of this region with a set of pedestrian routes to support a niche tourism, based on the product Walking. The landscape, villages, towns, people, endogenous products and events contribute to the enrichment of the project and the Alentejo Feel Nature brand, consolidated and recognized by different national and foreign entities.

In fact, this network of pedestrian paths, aligned with the theme Nature, travels through mountain ranges and paths in the penepain, crosses water courses by poldras or follows on the bank of reservoirs, passes through oaks, groves, holm oaks and cork oaks, pastures cereals, orchards, small farms and large estates. The Alentejo Feel Nature project was implemented in a public infrastructure, active recreation and sports, as well as a brand that promotes and values the region and the landscape in the national and international market.

KEYWORDS: Landscape; Nature; Alentejo; Sustainability; Tourism.

Agradecimentos

À Prof.^a Doutora Rute Sousa Matos, pela disponibilidade e por uma vez mais, ser parte integrante de um dos importantes momentos profissionais da minha vida.

Aos génios, Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, pelo seu legado.

À Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, pela oportunidade e em particular aos seus anteriores presidentes, Armando Varela e Nuno Mocinha, assim como, ao seu atual presidente, Ricardo Pinheiro.

Um agradecimento especial ao seu Primeiro Secretário, Carlos Nogueiro.

Uma profunda gratidão para com as colegas, Ana Bernardo e Joana Patrício, pelos extraordinários momentos que vivemos e que superámos. Sem vocês, nada disto teria sido possível!

A todos os que fizeram parte deste processo, que o enriqueceram e que o tornaram uma realidade.

Ao meu Alto Alentejo!

Por fim, a quem me acompanha diariamente...

Ao meu Pedro, à minha cria, à minha mãe e às memórias do meu pai.

Acrónimos

APA - Agencia Portuguesa do Ambiente

AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

ARPTA – Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo

CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

CCDRA - Comissão de Coordenação e Direção Regional do Alentejo

CRAN - Comissão da Reserva Agrícola Nacional

CREN - Comissão da Reserva Ecológica Nacional

DRCA - Direção Regional de Cultura do Alentejo

EEC - Estratégia de Eficiência Coletiva

EECPI - Estratégia de Eficiência Coletiva Provere Inmotion

ERA - European Ramblers Association

ERPVA - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

ERT - Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo

FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

GR - Grande Rota

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IP - Infraestruturas de Portugal

OMT - Organização Mundial do Turismo

PNSSM - Parque Natural da Serra de São Mamede

PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza

POTA - Plano de Operacional de Turismo do Alentejo

POTAA - Plano Operacional do Turismo do Alto Alentejo

PR - Pequena Rota

PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013

REDE AFN - Rede Alentejo Feel Nature

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas

SIC - Sítios de Importância Comunitária

SNAC - Sistema Nacional de Áreas Classificadas

TP – Turismo de Portugal

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZPE – Zona de Proteção Especial

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5
Acrónimos	6
Índice	8
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas	17
1.Introdução	19
1.1. Da Estrutura	20
1.2. Dos Objetivos	21
1.3. Da Metodologia	24
1.4. Da Paisagem	30
2. Da Caracterização da Paisagem	33
2.1. Elementos e Unidades de Paisagem	35
2.2. Estrutura Ecológica Intermunicipal	45
2.3. Valores paisagísticos e culturais	48
2.4. Os Pontos a reter	52
3. A rede de percursos em natureza – Alentejo Feel Nature	55
3.1. A marca	58
3.2. A promoção e a dinamização	61
3.2.1. As ferramentas promocionais	61
3.2.2. As ações de promoção	63
3.2.3. As ações de dinamização	65
3.3. As rotas da Rede	74
4. O Percurso na Paisagem – Estudo de Caso	79
4.1. Unidade de Paisagem	82
4.2. Componentes Biofísicas	83
4.3. Componentes Ecológicas	85
4.4. Componentes Poéticas	89
4.5. A descrição do Percurso na Paisagem	97
4.6. O Visitante no Percurso e na Paisagem	102
4.7. A homologação e os equipamentos da rota	107
4.7.1. Da Sinalética	108
4.7.2. Das Marcas	111

4.7.3. Outros equipamentos	115
4.8. O licenciamento e a obra.....	116
4.9. A manutenção do percurso	119
4.10. O código de conduta de boas práticas e as recomendações para o visitante.....	121
5. O futuro.....	124
6. Considerações Finais	129
Referências bibliográficas	133
Documentos Impressos.....	134
Documentos Eletrónicos.....	137
Legislação Consultada	139
Anexos	140
Anexo 1 Contextualização	141
1. O Enquadramento Administrativo.....	141
2. O Enquadramento Biofísico.....	142
2.1. Clima.....	142
2.2. Geologia.....	144
2.3. Geomorfologia.....	145
2.4. Solos	149
2.5. Humanização	151
3. O Enquadramento Ecológico.....	152
3.1. Flora	154
3.2. Fauna	160
3.3. As áreas classificadas	161
4. O Enquadramento Social.....	175
5. O Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial	177
5.1. A Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.....	177
5.2. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	178
5.3. Estratégia para o Turismo 2027	181
5.4. Programa Nacional de Turismo de Natureza	182
5.5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.....	183
5.6. Plano Operacional de Turismo do Alentejo.....	185
5.7. A Plataforma Alto Alentejo XXI	185
5.8. Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo.....	186
5.9. A Estratégia de “Eficiência Coletiva Provere Inmotion”	190

5.10. A Rede “Alentejo Feel Nature”	191
6. Os Conceitos	196
6.1. “Touring”	196
6.2. Turismo	198
6.3. Turismo de Natureza	198
6.4. Recurso turístico	200
6.5. Percurso pedestre	200
6.6. Sustentabilidade	201
6.7. Identidade	202
Anexo 2 Ficha de inquérito referente à rota: PR1 - Serra de São Miguel e Fornos de Cal. Fonte: CIMAA. 2013	204
Anexo 3 Exemplo de uma ficha geral concelhia, aplicada ao município de Castelo de Vide; Fonte: CIMAA, 2014.	209
Anexo 4 Exemplo de uma ficha específica, aplicada a uma pequena rota do concelho de Castelo de Vide (PR3 CVD-MRV - Percurso Castelo de Vide – Marvão); Fonte: CIMAA, 2014.	210
Anexo 5 Folheto específico da rota PR6 PTG – Percurso do Salão Frio. Fonte: CIMAA. 2015	212
Anexo 6 Registo trimestral das operações de manutenção na rota PR6 PTG – Percurso do Salão Frio. Fonte: CIMAA, Floema. 2018	213

Índice de Figuras

Figura 1: Princípios da REDE AFN (CIMAA, 2014).....	22
Figura 2: Articulação da REDE AFN com os agentes do território (CIMAA, 2014)	23
Figura 3: Enquadramento nacional e ibérico (CIMAA, 2014).....	25
Figura 4: Fases de trabalho integrados no concurso público.....	29
Figura 5: Componentes estruturantes da paisagem. Fonte: Cancela d’Abreu et al. 2004.	35
Figura 6: Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Coleção de estudos da Direção Geral do Território. 2004. Sem escala.	36
Figura 7: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Serra de São Mamede. Fonte: Autora.2017	37
Figura 8: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Peneplanície do Alto Alentejo. Fonte: Autora. 2016	38
Figura 9: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Colinas de Elvas. Fotografia aérea de Elvas. A terceira dimensão. Disponível em: http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas . (consultado em 2018).	39
Figura 10: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Várzea do Caia e Juromenha. Fotografia aérea de Juromenha. A terceira dimensão. Disponível em: http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas . (consultado em 2018).	40
Figura 11: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Tejo Superior e Internacional. Fonte: Autora, 2016	41
Figura 12: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Terras de Nisa. Disponível em: http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/	42
Figura 13: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Charneca Ribatejana. Disponível em: http://like3za.pt/10-barragens-portuguesas-que-tem-de-conhecer/	43
Figura 14: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Maciço Calcário-Estremoz-Borba-Vila Viçosa. Paisagem de Sousel. Disponível em: http://www.outralentejo.org/concelhos_pt/sousel_pt/galeria-de-fotografias-do-concelho-de-sousel_categorias/	44
Figura 15: Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral. Plano Regional de Ordenamento do Território Alentejo, Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. 2009.	46
Figura 16: Distribuição dos recursos turísticos por concelho e respetiva identificação. Geoportal. 2014.Consultado no POTAA.....	49
Figura 17: Distribuição do património paisagístico por concelho e distribuição do número de recursos no Alto Alentejo. Fonte Geoportal. 2014. Consultado no POTAA.....	50
Figura 18: Análise prospetiva dos recursos turísticos. Fonte: POTAA, 2015.	52
Figura 19: Os valores do Alto Alentejo. Fonte: CIMAA, 2015	54
Figura 20: Branding aplicada na sinalética da Rede. Fonte: autora, 2015.....	57
Figura 21: Figura representativa do Percurso da Povia e Meadas. Castelo de Vide. Fonte: Autora, 2016.....	58
Figura 22: Branding da marca Alentejo Feel Nature - percursos em natureza. Fonte: CIMAA, 2013.....	58
Figura 23: Linhas de força da marca Alentejo Feel Nature. Fonte: POTAA, 2015.....	60
Figura 24: O guia da Rede e os folhetos tríplicos. Fonte: CIMAA, 2014.	62

Figura 25: Ações de parceria entre a CIMAA, o TP, a ARPTA e a ERT. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.	64
Figura 26: Registos fotográficos do envolvimento das comunidades locais. Fonte: Autora, 2016, 2017, 2018.....	67
Figura 27: Dinâmicas regionais, envolvendo as comunidades locais. Fonte: CIMAA, 2016, 2017, 2018.....	68
Figura 28: Ações de dinamização com as comunidades escolares do 1º ciclo; Fonte: CIMAA, 2016, 2017.....	69
Figura 29: Ação de visitação dos alunos da Universidade de Évora e trabalhos realizados pelos alunos do 3º ciclo, do Agrupamento de Escolas do Bonfim, de Portalegre. Fonte: CIMAA, 2018.	69
Figura 30: Sessões de apresentação, resultantes de convites provenientes de entidades do Ensino Superior. Fonte: Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Superior de Novas Profissões. Fonte: CIMAA. 2018 e 2017, respetivamente.....	70
Figura 31: Round show pelo Alto Alentejo e proposta de mesa para o concurso “7 Maravilhas à Mesa”. A REDE AFN foi um dos patrimónios da mesa, integrados e a concurso. Fonte: CIMAA, 2015, 2018.....	71
Figura 32: Ações de dinamização nacionais. Fonte: CIMAA, 2016, 2017, 2018.....	71
Figura 33: Registos fotográficos de algumas atuações externas. Fonte: CIMAA, 2018.	72
Figura 34: Registos fotográficos de algumas atuações internas. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.....	73
Figura 35: Registos fotográficos de algumas atuações inversas. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.....	73
Figura 36: Os traçados da Rede AFN. Sem escala. Folheto resumo da Rede "Alentejo Feel Nature". CIMAA, 2018.....	74
Figura 37: Exemplos de equipamentos, sinalética e mobiliário da REDE AFN. Fonte: autora, 2014.....	78
Figura 38: Conjunto representativo de fotos da Unidade de Paisagem de São Mamede. Fonte: Autora. 2015.....	82
Figura 39: Integração da rota no perímetro urbano da cidade de Portalegre. Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: PDM de Portalegre, sem escala.	87
Figura 40: Enquadramento do percurso na Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: PDM de Portalegre, sem escala.	88
Figura 41: Fotografias representativas dos espaços culturais e recreativos. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Tratamento da imagem a partir de Clip2Comic. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	90
Figura 42: Fotografias representativas das zonas contidas ou amplas da paisagem. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	90
Figura 43: Fotografias representativas dos limites físicos do trilho. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	91
Figura 44: Fotografias representativas do pavimento do trilho. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.....	92
Figura 45: Fotografias representativas dos jogos de luz. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	92

Figura 46: Fotografias representativas dos jogos de cor. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	93
Figura 47: Fotografias representativas texturas. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	94
Figura 48: Fotografias representativas dos sons. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	95
Figura 49: Fotografias representativas dos aromas. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	95
Figura 50: Fotografias representativas dos sabores. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	96
Figura 51: Fotografias do trilho e da sua envolvente. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.	96
Figura 52: Vista ampla do percurso para a cidade. Fonte: Autora, 2018.....	98
Figura 53: Enquadramento da pintura de PR, (amarelo e vermelho), no muro de pedra existente. Fonte: autora. 2017.....	98
Figura 54: Percurso do Salão Frio. Fonte: Guia da REDE AFN, CIMAA. 2015.....	99
Figura 55: Perfis Esquemáticos do percurso na paisagem. No topo, representando o perfil da encosta NE para a cidade; no meio, representando o perfil na azinhaga dos Charais; em baixo, representando a azinhaga para o sitio dos Três Lagares. Fonte: Autora, 2018.....	100
Figura 56: Localização dos perfis. Fonte: Aplicação do Wikiloc pela Autora. 2018.....	101
Figura 57: Características técnicas do Percurso do Salão Frio. Fonte: Guia da REDE AFN, CIMAA. 2015.....	101
Figura 58: Vistas panorâmicas para a cidade de Portalegre, durante a subida da serra. Fonte: Autora, 2016.....	102
Figura 59: Espaços representativos da zona do Salão Frio: Quinta da Saúde (em cima) e a Piscina publica da Quinta da Saúde (em baixo). Fonte: Autora,2017.....	103
Figura 60: Acesso betuminoso à azinhaga dos Charais. Exemplos de representação das marcas e pinturas. Fonte: Autora. 2016.....	104
Figura 61: Azinhaga dos Charais, evidenciando uma atividade de animação turística. Fonte: Autora, 2016.....	104
Figura 62: Vista para a cidade da EN246-2. Fonte: CIMAA, 2017.....	105
Figura 63: Vista para a cidade da EN246-2 e respetivos elementos polarizadores. Em baixo da esquerda para a direita: Oratório na “curva da morte”, Fonte dos Amores, Passeio, entrada da quinta do Belo horizonte e Miradouro da serra. Fonte: Autora. 2017, 2018.	106
Figura 64: Perfis representativos da relação: visitante-percurso-paisagem. Fonte: Autora, 2018.	106
Figura 65: Exemplos da sinalização encontrada ao longo do percurso. Fonte: Autora. 2016, 2018.....	108
Figura 66: Modelos de sinalética aplicados durante a obra. Fonte: Autora. 2015.....	110
Figura 67: Exemplo de marca aplicada num ramo arbóreo. Fonte: Autora. 2016.....	111

Figura 68: Tipologias de marcas. Fonte: Regulamento da FCMP. 2015.....	111
Figura 69: Registos georreferenciados das balizas e marcas. Fonte: Aplicação do Google Earth, pela Autora. 2018.....	113
Figura 70: Georreferenciação aproximação 1. Fonte: Aplicação do Google Earth, pela Autora. 2018.....	114
Figura 71: Georreferenciação aproximação 2. Fonte: Aplicação do Google Earth. pela Autora. 2018.....	115
Figura 72: Registos georreferenciados do mobiliário urbano. Fonte: Aplicação do Google Earth pela Autora. 2018.....	115
Figura 73: Registos fotográficos durante a obra. Fonte: Autora. 2014.....	116
Figura 74: Carta de homologação PR6-PTG. Fonte: FCMP. 2017.....	117
Figura 75: Ações de manutenção na rota. Fonte: Autora. 2014.....	119
Figura 76: Cronograma das operações de manutenção. Fonte: Autora. 2017.....	121
Figura 77: : A rota e os pedestrianistas. Fonte: CIMAA. 2017.....	122
Figura 79: Enquadramento geográfico da CIMAA (CIMAA, 2016)	141
Figura 80: Temperatura Atlas Digital. 2003. Sem escala (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/)	143
Figura 81: Precipitação Média Anual Atlas Digital. 2009. Sem escala (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/).....	143
Figura 82: Carta Geológica de Portugal. Sem escala (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Informação, IP.). Fonte: CIMAA, 2018	144
Figura 83: Unidades Hidrogeológicas. Sem escala (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Informação, IP. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/)	145
Figura 84: Rede Hidrográfica Principal (Ordem de Strahler). Sem escala (Atlas Digital 2003; Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/)	146
Figura 85: Hipsometria - Atlas Digital 2003. Sem escala. (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/)	148
Figura 86: Carta de Declives - Atlas do Ambiente. Comissão Nacional do Ambiente. 1986. Sem escala. (Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais; Direção Geral dos Recursos Naturais; Fonte: CIMAA)	149
Figura 87: Tipo de Solo - Atlas Digital 2003. Sem escala. (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/)	150
Figura 88: Uso do Solo - Atlas Digital 2003. Sem escala. (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://snirh.apambiente.pt/).....	151
Figura 89: Carta de Ecossistemas. Mapeamento e Avaliação dos Serviços de Ecossistema em Portugal. Relatório Final. Sem escala. 2014. (Carta 02/14, EUNIS Nível 1) Marta-Pedroso, C. & Domingos, T. (Eds. Mesquita S., Capelo J., Gama, I., Laporta L., Alves, M., Proença, V., Canaveira, P., Reis, M. Estudo encomendado pela Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., Instituto Superior Técnico, Lisboa.	153
Figura 90: Fotografias representativas da diversidade de ecossistemas do Alto Alentejo. Fonte: Autora. 2017, 2018.....	154
Figura 91: Fotografia representativa da Charneca do Alto Alentejo. Fonte: Autora.2016.	157

Figura 92: Imagens representativas da Peneplanície do Alto Alentejo. Fonte: Autora.2017 ...	158
Figura 93: Imagens representativas da Serra de São Mamede. Fonte: Autora.2018	159
Figura 94: Planta de localização do Monumento Natural das Portas de Ródão. (Disponível em https://www.google.pt/maps/). Fotografia das Portas de Rodão. Fonte: Autora.2016	163
Figura 95: Planta de localização do PNSSM. (Disponível em https://www.google.pt/maps/). Fotografia representativa do PNSSM. Fonte: Autora.2015	164
Figura 96: Planta de localização do SIC Cabeção. (Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografias representativas (Disponíveis em http://www.escapadinhas.org/escapadinha-passadico-do-parque-ecologico-do-gameiro/ ; http://www.praiafluvial.pt/prai-a-fluvial-do-gameiro/).....	165
Figura 97: Planta de localização do SIC Caia. (Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia representativa. Fonte: Autora. 2015.....	166
Figura 98: Planta de localização do SIC Guadiana /Juromenha. (Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia representativa. (Disponível em: https://olhares67.wordpress.com/2010/06/16/juromenha-rio-guadiana-a-passagem-pelo-castelo/).....	166
Figura 99: Planta de localização do SIC Nisa-Lage da Prata. (Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia representativa da Conservação dos habitats de matagais arborescentes de <i>Juniperus oxycedrus</i> subsp. <i>Lagunae</i>	167
Figura 100: Planta de localização do SIC São Mamede. (Disponível em http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia CIMAA. 2016)	168
Figura 101: Planta de localização da ZPE Campo Maior. (Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia CIMAA. 2016)	168
Figura 102: Planta de localização da ZPE Monforte. (Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia da Autora. 2017)	169
Figura 103: Planta de localização da ZPE São Vicente. (Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia da Autora. 2017)	169
Figura 104: Planta de localização da ZPE Torre de Bolsa. (Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia da Autora. 2015)	170
Figura 105: Planta de localização da ZPE de Veiros. (Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt). Fotografia disponível em: https://entretedjodiana.blogs.sapo.pt/tag/animais)	171
Figura 106: Planta de localização do GeoPark NaturTejo. (Disponível em: https://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=o-que-visitar&id=15 . Fotografia 1: CIMAA. 2015; Fotografia 2 disponível em: https://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=o-que-visitar&id=15 . Fotografia 3 disponível em: https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/conhos-que-conhal-um-mergulho-num-amontoado-de-seixos)	172
Figura 107: Localização das ZPE e dos SIC. Fonte: Editora Foge Comigo. Alto Alentejo - Ainda somos um segredo, 2016. Sem Escala.	174

Figura 108: Municípios associados da CIMAA. Fonte: http://www.cimaa.pt/ . 2018.....	177
Figura 109: Estratégias Nacionais, Regionais e Planos de Ordenamento que influenciam o desenvolvimento do Alto Alentejo. Fonte: Autora, 2018.	177
Figura 110: Ações da CIMAA junto dos atores do território. Fonte: CIMAA, 2015.....	178
Figura 111: Produtos turísticos do Alto Alentejo. Fonte POTAA, 2015.....	189
Figura 112: Área de intervenção do Provere Inmotion. Fonte CIMAA. 2017.	190
Figura 113: Palavras-chave para a iniciativa Alentejo Feel Nature. Fonte: Autora, 2014.....	193
Figura 114: A articulação dos agentes com os conceitos do projeto. Fonte: Autora, 2014.	194
Figura 115: Princípios basilares da REDE AFN. Fonte: Autora, 2018.....	198
Figura 116: Registo fotográfico de utilizadores na REDE AFN. Fonte: autora, 2018.....	200

Índice de Tabelas

Tabela 1: Listagem de percursos selecionados para o desenvolvimento do projeto técnico e gráfico.....	27
Tabela 2: Distribuição dos valores por tipologia e concelho. Fonte Geoportal. 2014. Consultado no POTAA	49
Tabela 3: Distribuição de recursos turísticos no Alto Alentejo, por concelho e tipologia. Fonte: Geoportal. 2014.Consultado no POTAA.....	50
Tabela 4: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 1. Fonte: Autora, 2018	75
Tabela 5: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 2. Fonte: Autora, 2018.	76
Tabela 6: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 3. Fonte: Autora, 2018	77
Tabela 7:Imagens representativas das tipologias de rotas. Quantificação da REDE AFN. Fonte: Autora, 2018.....	78
Tabela 8: Sistematização dos elementos aplicados. Fonte: Autora. 2018.....	116
Tabela 9: Medição e orçamento. Fonte: CIMAA. 2015.	118

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.

Para que serve a utopia?

Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

1.Introdução

“Everybody can do something, nobody can do it all.”

Sylvia Earle

1.1. Da Estrutura

O presente projeto constitui o trabalho de mestrado em Arquitetura Paisagista, da Universidade de Évora, cujo objeto corresponde a um projeto supramunicipal de planeamento, desenvolvimento e de coesão territorial, assente na fileira do “*touring*” cultural e paisagístico que, quando implementado, determinou o surgimento da marca e do produto turístico “Alentejo Feel Nature”.

O projeto “Alentejo Feel Nature” enquadra-se num paradigma de planeamento que se pretende equilibrado, integrado, sustentável, consistente e concertado. Resulta do empenho de cinco anos e reflete um trabalho de parceria com inúmeras entidades públicas, empresas, dinamizadores locais e outros agentes nacionais e internacionais.

O documento integra sete partes distintas a saber: a primeira, onde é efetuada uma introdução ao tema; A segunda parte corresponde à caracterização da paisagem, sob o ponto de vista das suas unidades, da estrutura ecológica intermunicipal e dos valores paisagísticos da área de intervenção; A terceira parte incide sobre a Rede “Alentejo Feel Nature”, onde é relatado o conceito, a definição de REDE AFN e dos seus intervenientes; A quarta parte do presente trabalho de projeto, foca com especial ênfase, a pequena rota do Salão Frio, considerada como estudo de caso; A quinta parte partilha uma reflexão para o futuro da Rede, apresentando ações concretas, os estímulos e também algumas preocupações; mencionam-se algumas considerações no que respeita ao equilíbrio que deverá perpetuar entre a paisagem do Alto Alentejo, os seus usos e a atuação do Homem. Refere, ainda, a importância do arquiteto paisagista, enquanto técnico habilitado para congregar vontades e com a capacidade de contribuir para a construção e para a valorização de uma paisagem multifacetada, indivisível e autêntica.

Na sexta parte deste trabalho de projeto, surgem as considerações finais, resultantes do trabalho, da confiança e do empenho de todos os intervenientes.

Por fim, a sétima parte, correspondendo aos anexos, revela a contextualização do projeto sob o ponto de vista administrativo, biofísico, ecológico, social e legal e identifica os conceitos que lhe estão inerentes. Descreve também quais as principais orientações estratégicas nacionais e regionais que sustentam a pretensão da candidatura e a sua materialização. Também nesta última secção do trabalho de projeto, é possível observar o modelo da ficha inquérito, da ficha concelhia, da ficha específica, o folheto específico da rota PR6-PTG e um dos registos trimestrais resultantes das operações de manutenção na rota.

1.2. Dos Objetivos

A participação da autora neste processo relaciona-se com a atividade de técnica superior em arquitetura paisagista, desenvolvida na CIMAA, desde 2013 até agosto de 2018 e correspondente à coordenação da operação da candidatura, à sua execução e à sua gestão financeira. Contudo, a partir de outubro de 2014, data do término da operação física e financeira, a autora tem mantido a coordenação do processo, incidindo a sua atuação na monitorização e na manutenção da infraestrutura pública, na coordenação dos eventos de dinamização e das ações de promoção nacionais e internacionais.

O presente trabalho de projeto tem por meta fundamentar e estabelecer a ligação entre a paisagem e os seus valores com a criação desta Rede de Caminhos Pedonais. Pretende mostrar como uma paisagem de baixa densidade populacional pode ser valorizada, recorrendo aos seus recursos endógenos e apelando às singularidades das atividades das suas gentes. Este testemunho pretende, também, evidenciar como o mosaico paisagístico do Alto Alentejo, as suas práticas culturais, a sua biodiversidade, os seus corredores verdes e os seus espaços urbanos foram o suporte para alavancar uma nova economia sustentável, equilibrada com a ação humana e com a finalidade de valorizar e beneficiar as suas populações.

O documento pretende expôr o histórico deste processo complexo, onde intervieram inúmeras entidades e agentes, mas que a mediação e o equilíbrio entre as partes alcançaram-se pelo trabalho contínuo de coordenação da arquitetura paisagista.

“Alentejo Feel Nature - rede de percursos em natureza” é um projeto de desenvolvimento de âmbito inter-regional, liderado pela CIMAA, para a Conservação da Natureza e para o Desenvolvimento Turístico Sustentável do território “Provere Inmotion”.

A sua concretização e dinamização é determinante para revitalizar uma paisagem em processo avançado de despovoamento, para melhorar a qualidade de vida das suas populações, para elevar os seus níveis de autoestima, para qualificar o seu tecido social e torná-lo apto para agregar diferentes agentes num processo participativo de desenvolvimento. A jusante deste processo ambiciona-se que a sua área de intervenção seja reconhecida como um destino internacional de turismo de natureza, alertando para a preservação ambiental e cultural dos seus valores intrínsecos, onde a sensibilização da população será imperativa para a utilização sustentável dos recursos, assim como para as interações com as operações turísticas resultantes deste processo.



Figura 1: Princípios da REDE AFN (CIMAA, 2014)

É um facto que a concretização da operação dotou a região de uma infraestrutura pública de usufruto da natureza, aproximando o turista da população local, estimulando a oferta existente em época média/baixa e criando novas oportunidades de negócio.

A valorização dos recursos endógenos do Alto Alentejo e a consequente criação do produto turístico – percursos em natureza – tem também como objetivo que a gestão integrada deste produto sustentável seja encarada como uma forma de salvaguarda das espécies, dos ecossistemas e dos processos naturais, de promoção do desenvolvimento sustentável, mas também como uma realidade económica de dinamização da economia local, pela criação de pequenos negócios e, em simultâneo, contribuir para a mudança da imagem interna e externa do Alto Alentejo.

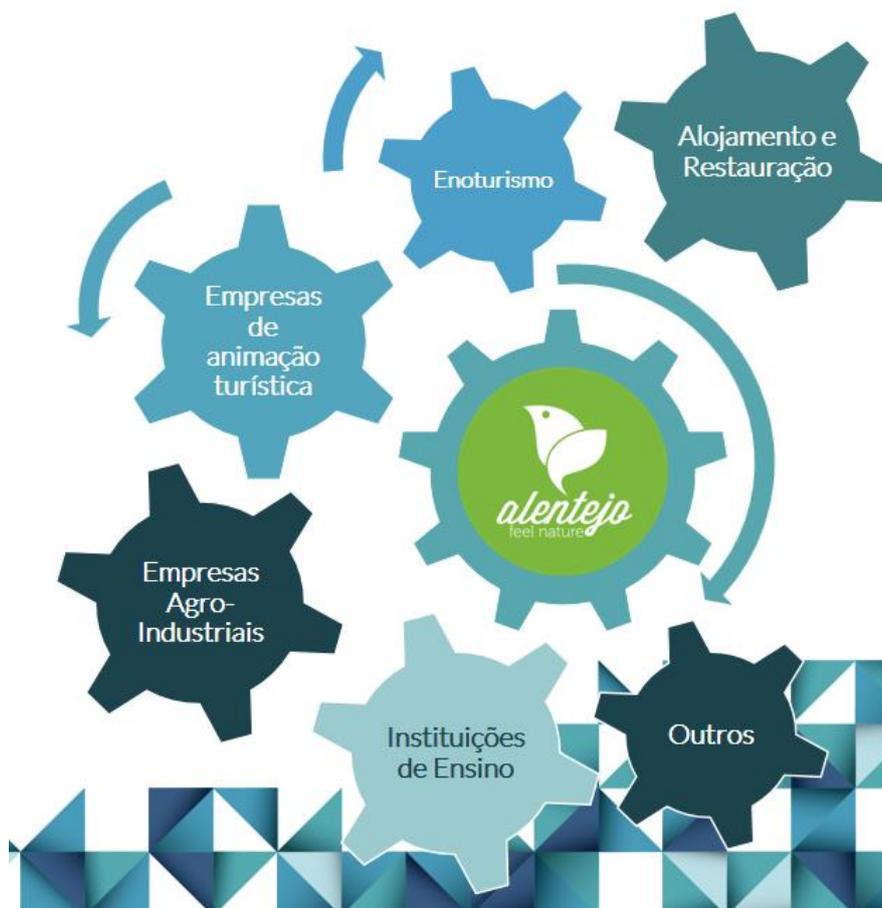


Figura 2: Articulação da REDE AFN com os agentes do território (CIMAA, 2014)

Em suma, pode afirmar-se que a REDE AFN vem, por um lado dar resposta às necessidades de conservação da natureza dos sítios e dos seus respetivos recursos; por outro lado reforçar os objetivos da planificação estratégica turística de base territorial do Alto Alentejo, do Alentejo e de Portugal, quer pelo POTAA (desenvolvido para a CIMAA), quer pelo POTA (desenvolvido para a ERT) e quer pela Estratégia 2027 (desenvolvido para o TP), respetivamente.

A implementação da REDE AFN teve a sua génese nas singularidades, na biodiversidade e na geodiversidade do Alto Alentejo. Estes vetores endógenos de desenvolvimento fundamentaram a atribuição de um conjunto de classificações, ora de âmbito nacional, ora inerentes aos regulamentos da União Europeia, ora decorrentes de propósitos mais globais que, no seu conjunto, foram o objeto do aviso de concurso para esta operação.

1.3. Da Metodologia

Como já foi mencionado, o projeto que se apresenta foi transversal a toda a área geográfica do Alto Alentejo e exigiu uma agilização contínua, entre todos os municípios, entidades públicas e parceiros privados, privilegiando-se o diálogo e a responsabilização entre as partes.

Não tendo a CIMAA tradição nesta tipologia de matérias entendeu-se, na fase embrionária do processo, realizar duas ações de “benchmarking”, enquanto método de aprendizagem, capazes de identificar um conjunto de oportunidades a serem implementadas e (re) inventadas no Alto Alentejo. De facto, estas atuações permitiram conhecer realidades distintas e recolher e tratar informação, cuja meta foi a definição dos “percursos”, capazes de alterar e potencializar o cenário atual do Alto do Alentejo. Foram selecionados dois casos no contexto nacional, que constituem exemplos na conservação da natureza e no desenvolvimento turístico das suas paisagens, a saber:

- I. Rota Vicentina;
- II. Aldeias do Xisto.

Com efeito, a visita a estas infraestruturas fez parte do processo de aprendizagem, que em muito contribuiu para a tomada de decisão do que é hoje a REDE AFN.

Ambos apresentam localizações geográficas díspares e tiveram na sua génese situações também distintas: enquanto a Rota Vicentina utiliza o Atlântico como o elemento polarizador e tem na sua génese os agentes privados que deram origem às Casas Brancas, as Aldeias de Xisto utilizam as paisagens das Beiras como suporte e tiveram na sua origem uma parceria público-privada, que se refletiu na ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. Ambos os casos apresentam um elevado grau de maturidade, onde a valorização das suas paisagens, dos seus produtos e agentes, é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, como dois produtos turísticos de excelência.

Durante a visita, o contacto com as entidades gestoras foi de extrema importância, tanto para a autora como para a restante equipa da CIMAA, pois permitiu conhecer as dificuldades sentidas e a metodologia utilizada, bem como compreender a importância do envolvimento das populações nestes processos de valorização turística das suas paisagens, assim como distinguir as vantagens e as desvantagens sobre as respetivas formas de gestão.

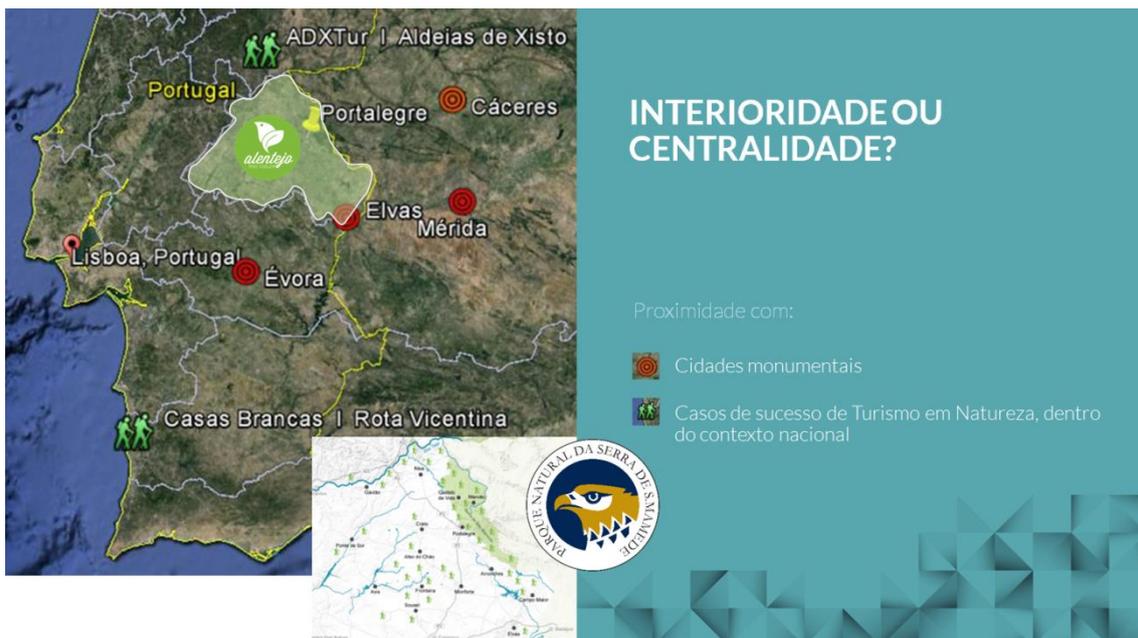


Figura 3: Enquadramento nacional e ibérico (CIMAA, 2014)

Sendo uma paisagem privilegiada na sua centralidade peninsular, detendo na sua proximidade geográfica quatro cidades com o “selo UNESCO” (Évora, Elvas, Mérida e Cáceres), e sendo enquadrada entre dois dos grandes projetos nacionais de turismo de natureza, que mereceram uma breve análise durante este processo (a Rota Vicentina e as Aldeias do Xisto), o Alto Alentejo deve, em contínuo, chamar a participar as comunidades e as suas populações para que, em conjunto, sejam criadas as condições necessárias ao cumprimento do objetivo deste projeto, com produtos turísticos de qualidade, internacionalmente reconhecidos e valorizados.

Com efeito, e com base no conhecimento dos dois exemplos acima referidos (a Rota Vicentina e as Aldeias de Xisto), a CIMAA acreditou que seria possível infraestruturar a sua área de intervenção com uma rede de caminhos, capaz de requalificar, de valorizar sítios e pontos de interesse até aqui pouco valorizados na paisagem.

Nesse sentido, e preliminarmente à submissão da candidatura, a autora e técnica da CIMAA promoveu inúmeras reuniões e encontros de trabalho, que veicularam a partilha de informação e a tomada de decisões durante as distintas fases do processo:

- **Levantamento e Diagnóstico:** procedeu-se ao levantamento da situação existente e potencial na paisagem, através do reconhecimento de campo, cuja informação foi vertida em fichas inquérito e de diagnóstico, conforme consta do Anexo 2, deste trabalho de projeto. Este levantamento foi desenvolvido pelos técnicos interlocutores dos municípios, dando origem à definição prévia de quarenta e quatro potenciais rotas, assim como à caracterização de cada uma delas; a sistematização de toda a informação foi desenvolvida pela equipa da CIMAA, que avaliou a viabilidade da concretização destes traçados, tendo subjacente dois fatores determinantes que asseguravam, ou não, a inclusão destas rotas na fase seguinte da operação (o projeto técnico e a conceção gráfica). Estes fatores foram a existência de áreas classificadas (inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou na Rede Natura 2000) e traçados localizados em propriedade de domínio

público. Com efeito, aplicadas estas condições, foram identificados vinte e um percursos aptos a serem desenvolvidos, conceptualmente e tecnicamente, na fase seguinte, conforme se evidencia na tabela infra.

Percursos aptos para a fase conceptual e de projeto		
Município	Percurso	Distância (km)
Alter do Chão	PR1 ALT - Percurso "Olhar sobre a Ribeira de Seda"	16,14
Arronches	PR1 ARR - Percurso da Esperança	16,10
Campo Maior	PR3 CMR - Percurso raiano entre cal e mel	16,40
	PR2 CMR - Percurso dos groux	4,71
	PR1 CMR - Percurso de Ouguela, sentinela da Raia	5,82
Castelo de Vide	PR4 CVD - Percurso da Barragem da Póvoa	15,17
	PR5 CVD - Percurso das fontes na vila	8,43
	PR3 CVD-MRV - Percurso Castelo de Vide - Marvão	9,36
	PR2 CVD - Percurso da Torrinha	12,8
	PR1 CVD - Percurso pela Serra de São Paulo	8,23
	GR41 CVD - Grande Rota de Castelo de Vide	66,00
Elvas	PR1 ELV - Percurso da Torre de Bolsa	14,10
Marvão	PR4 MRV - Percurso do contrabando do café	10,40
Monforte	GR42 MFT - Grande Rota dos Montes de Monforte	30,10
	PR1 MFT - Percurso das Ribeiras	4,25
Nisa	Etapa de Nisa	35,00
Ponte de Sor	PR1 PSR - Percurso da Ribeira de Sor	11,00
Portalegre	PR7 PTG-CVD - Percurso de Carreiras	10,34
	PR8 PTG - Percurso de Vale Lourenço	19,63
	PR1 PTG - Percurso da Senhora da Lapa	10,00
	PR6 PTG - Percurso do Salão Frio	10,18
10 Municípios envolvidos	21 Percursos	334,16

Tabela 1: Listagem de percursos selecionados para o desenvolvimento do projeto técnico e gráfico

- **Projeto Técnico e Conceção Gráfica:** considerando a pertinência de assegurar a maturidade da candidatura, foram realizados projetos de licenciamento para as vinte e uma rotas selecionadas, que incluíram as fichas gerais de percursos por concelho (veja-se o exemplo do anexo 3) e as fichas específicas para cada uma das rotas municipais (conforme o exemplo do anexo 4); com efeito, o licenciamento da REDE AFN envolveu distintas entidades, como é o caso da FCMP, do ICNF, da CREN, da CRAN, das IP, da DRCA, da APA e dos próprios municípios.

No licenciamento foram identificados os trabalhos de construção civil (tais como a regularização de trilhos, a consolidação de pavimentos, a construção e/ou reconstrução de passadiços, de escadas, de muros e de muretes), o fornecimento de outros equipamentos/mobiliário urbano (observatórios para Birdwatching, mesas, papeleiras), a sinalética, assim como os respetivos custos de execução. Todo o material documental produzido para o licenciamento integrou o concurso público lançado pela CIMAA, para a execução da empreitada a realizar por uma empresa do mercado.

Ainda nesta fase procedeu-se à conceção gráfica das brochuras, do guia promocional da REDE AFN e de toda a sinalética (informativa e de interpretação da paisagem) que o visitante encontra ao longo das rotas. Para tal, foram definidas as características gráficas e os conteúdos informativos a incluir no procedimento da comunicação, bem como a realização de traduções para inglês, alemão, espanhol e holandês, a utilizar nos folhetos individualizados de cada rota, bem como no guia promocional, que sistematiza o enquadramento regional da REDE AFN e dá a conhecer ao visitante o Alto Alentejo e, especificamente, cada rota.

Nesta etapa do processo, a autora recolheu a informação, rececionou os conteúdos destinados aos folhetos e ao guia da REDE, validou os layouts gráficos a aplicar nos materiais promocionais, coordenou os distintos projetos de licenciamento e fomentou todas as reuniões necessárias inerentes a esta fase do processo.

- **Concurso público internacional:** efetuou-se a abertura do procedimento 5/CC_CIMAA/2013 contendo as seguintes fases de trabalho, conforme se evidencia na figura em baixo.

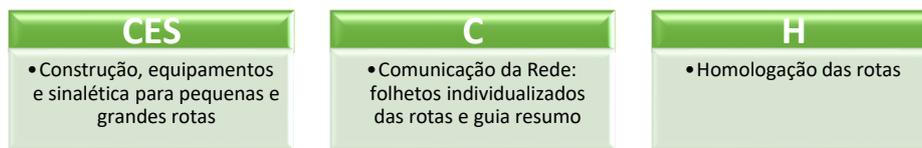


Figura 4: Fases de trabalho integrados no concurso público.

O concurso regeu-se pelo licenciamento aprovado e evidenciou os conceitos, as marcas, a sinalética, o mobiliário e os materiais construtivos propostos. Contemplou os mecanismos de comunicação e acautelou o período de manutenção após a conclusão de todos os trabalhos. Foram também reforçadas as ações concertadas dos trabalhos e, numa lógica de rede, definidas as normas de sinalização e de uniformização na sinalética a aplicar em toda a área de intervenção. Nesta etapa do processo, a autora coordenou todos os procedimentos públicos necessários à sua efetiva concretização.

- **Materialização:** A materialização em ações concretas de obra e de comunicação, viabilizaram e corporizaram os objetivos definidos na candidatura, os papéis e as responsabilidades conferidas aos diversos *stakeholders* identificados, desde o acesso ao financiamento até à avaliação de resultados, e os impactes do projeto.

Nesta fase da operação a autora foi responsável pela coordenação, acompanhamento de obra, fiscalização, emissão dos conteúdos informativos (em vários idiomas) a aplicar na sinalética e nos restantes materiais promocionais. Foi, pois, um estado decisivo de grandes realizações, de coordenação das ações e de articulação da informação para com as várias equipas de trabalho (obra, design, traduções, gráfica, homologação) e com os respetivos municípios.

- **Promoção e dinamização da REDE AFN e da marca “Alentejo Feel Nature”:** Considerando a concretização da infraestrutura, esta implicou, para a CIMAA e para os respetivos municípios, o surgimento de uma nova fase e uma responsabilidade acrescida, no sentido de salvaguardar

o retorno direto para a paisagem. Sobre este ponto vista e pela dimensão, a jusante, que se tem vindo a verificar, neste processo, entende-se ser necessária uma maior explanação e detalhe no ponto 3.2 do presente trabalho de projeto.

1.4. Da Paisagem

A compreensão sobre o termo “paisagem” foi evoluindo ao longo de vários séculos, entre o século XVI e o XIX.

Num primeiro período, a paisagem representava a natureza bucólica, influenciada pelos pintores da época. Com a revolução industrial, a paisagem passou a representar a natureza perdida, permitindo o avanço da sua compreensão e, deste modo, a perceção de como a geologia, o solo, o clima, a vegetação e a fauna a constituíam. (Magalhães, 2007)

Já em 1973, Caldeira Cabral define a paisagem como “...a figuração da biosfera e resulta da ação complexa do Homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os fatores físicos do ambiente”, e Magalhães (2007) acrescenta que a paisagem “...é a figuração da ecosfera, incluindo a ação do Homem na ecosfera”.

Presentemente, a designação de paisagem pode ser ambígua, designando “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000, aprovada no Dec. Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro). No entanto, é claro que a paisagem foi assumindo diferentes valores e conceitos em função do tipo de interação entre os processos naturais e culturais. A distinção entre a paisagem rural e urbana é um exemplo disso pois, enquanto a paisagem pode ser predominantemente constituída por elementos vivos, designando-se por paisagem rural, a paisagem urbana é predominantemente constituída por elementos inertes. Por outro lado, a atribuição de um domínio de natureza a uma paisagem poderia ser designada por Paisagem Natural, mas dificilmente seria possível encontrar uma Paisagem intocada pelo Homem (Magalhães, 2007).

Com efeito, a complexidade do termo paisagem engloba diversos fatores, como a ação do Homem ao longo do tempo, criando paisagens identitárias, singulares e distintas.

Em 1994, Ribeiro Telles avança com a definição de paisagem global, afirmando que “o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade (...) A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das atividades, nomeadamente da expansão urbana, tem de estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente” (Telles, 1994; Magalhães, 2001. Disponível em: <https://www.arcadedarwin.com/2013/04/10/ribeiro-telles-vence-nobel-da-arquitectura-paisagistica/>).

Hoje, a globalidade da paisagem remete para novas perceções, os conceitos de “paisagem rural e urbana” deixam de ser claros, e cada indivíduo possui o seu próprio conceito, de acordo com a sua visão sobre o espaço. O abandono de espaços leva a um novo conceito de paisagem, a “terceira paisagem”, do francês Gilles Clément e, posteriormente, a uma procura de soluções para o seu abandono, voltando-se à procura da “multifuncionalidade da paisagem”.

“... a paisagem – global – deve ser entendida como um sistema aberto - onde se inter-relacionam, de uma forma constante, os tecidos urbanos e os mosaicos culturais - como um produto cultural e como um produto da sociedade.

A abordagem à paisagem deverá, então, integrar um entendimento holístico, integrador, inclusivo e multifuncional da paisagem.” (Matos, R.S. 2010. Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões. Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. Évora. p. 68)

Com efeito, “a paisagem é um sistema complexo e dinâmico, em que os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global”,

originando uma forma particular de relevo, de coberto vegetal, de uso do solo e de povoamento, conferindo-lhe uma determinada unidade e carácter. (Cancela d'Abreu, Pinto-Correia e Oliveira, 2004)

2. Da Caracterização da Paisagem

Como referido no ponto 1.4, o conceito de paisagem é complexo, pois para além das características materiais, ou objetivas, a paisagem é também influenciada por uma componente subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela (Froment 1987, Saraiva 1999 in Cancela d'Abreu et al. 2004, integrado na Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa – relatório II – Caracterização do território municipal. Câmara Municipal de Nisa, – Sector Biofísico 2010, Nisa). Por este motivo, a paisagem concilia aspetos naturais e culturais expressando e, ao mesmo tempo, suportando a interação espacial e temporal entre o Homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade (Green 2000, Wolters 2000 in Cancela d'Abreu et al. 2004, integrado na Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa – relatório II – Caracterização do território municipal. Câmara Municipal de Nisa, – Sector Biofísico 2010, Nisa).

A Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro) consigna:

- Reconhecer juridicamente a paisagem como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural e, portanto, parte importante da sua identidade;
- Integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território, urbanismo, nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, tal como em todas as políticas que tenham um efeito direto ou indireto sobre a paisagem.

Também Cancela d'Abreu et al. 2004, Magalhães 2001, identificam as componentes estruturantes da paisagem:

- **Componente de base ecológica:** integra as componentes físicas e biológicas dos ecossistemas (relevo, topoclima, morfologia do terreno, declive, solo, água, vegetação);
- **Componente de base cultural:** inclui os fatores históricos, de identidade e capacidade narrativa da paisagem (história da construção da paisagem, ocupação atual do solo);

- **Componente de base socioeconómica:** abrange fatores sociais e atividades humanas que constroem e alteram a paisagem;
- **Componente de base sensorial:** relacionada com o modo como as paisagens são apreciadas por diferentes pessoas ou grupos de pessoas, correspondendo deste modo à componente mais subjetiva.

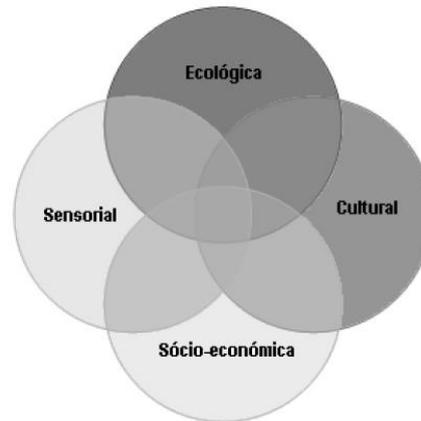


Figura 5: Componentes estruturantes da paisagem. Fonte: Cancela d'Abreu et al. 2004.

2.1. Elementos e Unidades de Paisagem

Os “elementos de paisagem” correspondem ao conjunto de características que define a estrutura, a caracteriza e permite a identificação da paisagem, distinguindo-a das restantes, podendo ser de origem natural ou antrópica, por exemplo: “os grandes afloramentos rochosos, as linhas de água e respetivas galerias ripícolas, as sebes de compartimentação e os muros com expressão significativa, os bosquetes e as matas, as parcelas agrícolas, os edifícios e/ou conjuntos edificados, como assentos de lavoura, aldeias e áreas urbanas, estradas, barragens e respetivas albufeiras, etc.” (Cancela d'Abreu et al. 2004).

Em 2000, o Conselho da Europa elucida sobre a “unidade de paisagem” como “a expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território definido topograficamente, sendo a sua aparência o resultado da ação, ao longo do tempo, dos fatores humanos e naturais e da sua combinação”. As unidades de paisagem são áreas com características relativamente homogêneas, com uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior, que permitem

estruturar e interligar um conjunto complexo de fatores, fazendo uma síntese destes. O estudo de caracterização da paisagem do Alto Alentejo pressupõe uma breve observação das componentes naturais (geologia, litologia, solos, geomorfologia, hidrografia, biodiversidade e clima) e culturais (uso do solo, estrutura da propriedade, povoamento, população, estrutura socioeconómica), que são transpostas para as respetivas unidades de paisagem e que teve subjacente o estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Cancela d'Abreu et al. 2004), elaborado à escala de 1: 250.000, conforme a coleção de estudos da Direção Geral do Território, representada pela figura infra.

GRUPOS DE UNIDADES DE PAISAGEM

- A ENTRE DOURO E MINHO
- B MONTES ENTRE LAROUÇO E MARÃO
- C TRÁS-OS-MONTES
- D ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
- D+E ÁREA METROPOLITANA DO PORTO; DOURO
- E DOURO
- F BEIRA ALTA
- G BEIRA INTERIOR
- H BEIRA LITORAL
- I MACIÇO CENTRAL
- J PINHAL DO CENTRO
- K MACIÇOS CALCÁRIOS DA ESTREMADURA
- L ESTREMADURA-OESTE
- L+M ESTREMADURA-OESTE; ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA-NORTE
- M ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA-NORTE
- N ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA-SUL
- O RIBATEJO
- O+M RIBATEJO; ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA-NORTE
- P ALTO ALENTEJO
- Q TERRAS DO SADO
- R ALENTEJO CENTRAL
- S BAIXO ALENTEJO
- T COSTA ALENTEJANA E SUDOESTE VICENTINO
- T+V COSTA ALENTEJANA E SUDOESTE VICENTINO; ALGARVE
- U SERRAS DO ALGARVE E DO LITORAL ALENTEJANO
- U+S SERRAS DO ALGARVE E DO LITORAL ALENTEJANO
- V BAIXO ALENTEJO
- V ALGARVE

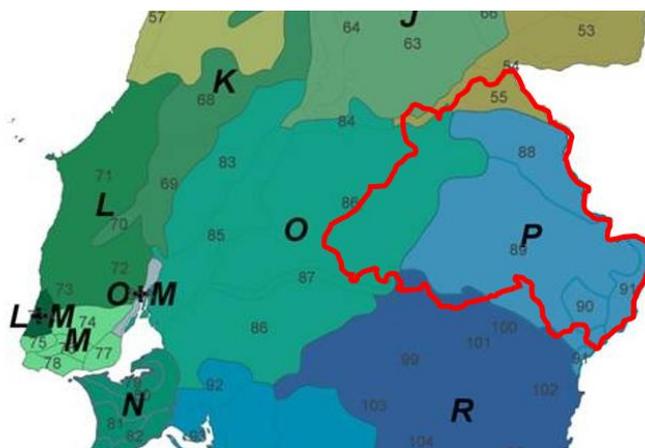


Figura 6: Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Coleção de estudos da Direção Geral do Território. 2004. Sem escala.

Conforme demonstra a figura supra, a área de intervenção integra 4 grupos de unidades de paisagem e 8 unidades de paisagem:

Grupo da Unidade de Paisagem – Alto Alentejo (P)

88 - Serra de São Mamede: integra parte dos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Crato, Portalegre e Arronches. Este grupo evidencia-se pelo relevo diferenciado da penepalanície circundante, tanto pela altitude como pelas imponentes cristas quartzíticas. A sua diversidade litológica, associada a distintos aspetos morfológicos, a variação climática resultante da altitude e da

orientação das encostas, permitem usos diversificados e distintos dos que proliferam na planície envolvente, marcando o carácter destas paisagens. A forma dos povoados integrou-se na paisagem, reservando os vales para a agricultura mais intensiva, os planaltos para as culturas de sequeiro ou pastagens e as encostas para as matas. Em termos de ocupação do solo apresenta um mosaico agrícola misto, de pequena dimensão, onde existem olivais, pomares, pastagens, pequenas parcelas de cereal e hortícolas. Os muros de pedra asseguram a divisão da propriedade. A mata espontânea, com domínio do carvalho negral tem vindo a ser substituída por castanheiros e a vinha tem vindo também a ocupar algumas das encostas sul e sudoeste.



Figura 7: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Serra de São Mamede. Fonte: Autora.2017

Estas paisagens são consideradas de transição entre as Beiras e o Alentejo. Em termos litológicos, a unidade de paisagem apresenta uma grande diversidade, sendo que, dominam a norte e a este da serra, o granito, enquanto que no interior desta unidade encontram-se xistos, grauvaques, calcários e quartzíticos. Aqui, nascem as principais linhas de água (Sever, Xévora, Caia e ribeira de Nisa) que estruturam a paisagem e se prolongam para outras unidades da paisagem. Aqui é a origem de distintos produtos alimentares, classificados pelo ministério da agricultura, como sejam os azeites, a carne bovina, borrego, mel, cereja, maçã, castanha, enchidos e vinhos. É uma unidade de paisagem que apresenta uma forte identidade.

89 – Peneplanície do Alto Alentejo: corresponde a uma extensa peneplanície, que integra parte dos concelhos de Campo Maior, Arronches, Portalegre, Crato, Alter do Chão, Avis, Sousel e Elvas. Abrange a totalidade dos concelhos de Monforte e Fronteira. As paisagens desta unidade desenvolvem-se a norte do maciço calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa, até à serra de São Mamede, a norte, e a “charneca ribatejana”, a poente. Aqui registam-se grandes manchas homogéneas e contínuas de montado de azinho, bem cuidadas e perfeitamente integradas no relevo suave desta unidade. Para além dos montados observam-se também manchas de olival, sistemas arvenses de sequeiro, pastagens e por vezes algumas manchas de eucalipto. (Cancela d’Abreu et al. 2004).



Figura 8: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Peneplanície do Alto Alentejo. Fonte: Autora. 2016

As formas de relevo mais expressivas nestas paisagens têm uma orientação dominante noroeste-sudoeste, sendo que nelas existem galerias ripícolas bem preservadas, que têm dado lugar a uma utilização recreativa/lúdica com a criação de praias fluviais; como exemplo, veja-se a Praia da ribeira de Nisa. Nesta unidade, os povoamentos são de média dimensão, concentrados, de extremo interesse patrimonial e localizados maioritariamente em zonas de maior elevação. Deles, vislumbram-se paisagens de grande valor cénico, associadas à tranquilidade, a contrastes cromáticos resultantes das mutações do ano, associadas ao despovoamento da região, mas onde ocorre um maior dinamismo económico derivado da agropecuária. (Cancela d’Abreu et al. 2004).

90 – Colinas de Elvas: corresponde a parte do concelho de Elvas.

Se, por um lado o carácter desta unidade de paisagem é determinado pela presença do olival, em solos calcários, que envolve a cidade de Elvas, num ondulado largo e compassado, com declives consideráveis, onde a tonalidade cromática é bem marcante, por outro lado é marcado pelas suas elevações de terreno correspondentes às fortificações desta Cidade UNESCO. As variações do relevo estruturam a rede hidrográfica que drena para o rio Guadiana (a sudeste), para o rio Caia (a norte) e para a ribeira Velha (bacia do Tejo, a poente).



Figura 9: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Colinas de Elvas. Fotografia aérea de Elvas. A terceira dimensão. Disponível em: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas>. (consultado em 2018).

Com efeito, é de extrema importância a preservação dos olivais na perpetuação do carácter da paisagem e no aproveitamento sustentável dos recursos, assim como na gestão equilibrada dos recursos hídricos, pela valorização das linhas de água e respetivas galerias ripícolas, contribuindo para o equilíbrio dos processos biofísicos desta unidade de paisagem.

91 – Várzea do Caia e Juromenha: corresponde a parte do concelho de Elvas.

Esta unidade de paisagem tem uma média a elevada identidade, sendo rica quanto ao património construído e arqueológico, transmitindo sensações de calma, conforto, de grandeza e de tranquilidade. Os seus horizontes baixos e

longínquos são marcados pela presença dos rios, pelas variações cromáticas que se observam durante o ano, pelos contrastes entre os sistemas tradicionais de sequeiro e de regadio, evidenciando a proximidade ou o afastamento, e a influência da água na paisagem.



Figura 10: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Várzea do Caia e Juromenha. Fotografia aérea de Juromenha. A terceira dimensão. Disponível em: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas>. (consultado em 2018).

É uma unidade com uma média a baixa “riqueza biológica”, resultado da reduzida capacidade de suporte da paisagem em termos da diversidade de fauna e flora, não se encontrando referência à presença de espécies com elevado interesse conservacionista. Contudo, possui algumas manchas de montado de azinho de elevada qualidade que foi o suporte para justificação da sua inclusão em Sítio Natura 2000. É uma unidade de paisagem cortada pela A6 e, de um modo geral, os seus usos são coerentes com as condicionantes biofísicas e humanas. Possui também um conjunto de bens alimentares (azeitona de conserva, ameixa e a sericaia) que valorizam economicamente toda a sua paisagem.

Grupo da Unidade de Paisagem – Beira Interior (G)

54 - Tejo Superior e Internacional: esta unidade integra no Alto Alentejo parte dos concelhos de Nisa e de Gavião. Apresenta um carácter agreste e o rio expõe “um encaixe bem definido, por vezes rochoso (...) nas suas encostas encontram-se por vezes olivais (tradicionalmente instalados a partir da construção de pequenos socalcos individuais para cada árvore) que beneficiam da relativa amenidade climática presente. Noutras situações em que as encostas são menos íngremes, os usos das zonas envolventes mais altas (matas de eucaliptos e de pinheiros, olivais, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens) como que transbordam para as vertentes do vale” (Cancela d’Abreu et al. 2004).



Figura 11: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Tejo Superior e Internacional. Fonte: Autora, 2016

55 - Terras de Nisa: abrange parte dos concelhos de Nisa, Castelo de Vide e Marvão. “Esta unidade corresponde a um enclave entre a Serra de S. Mamede a sul, com Espanha a leste e o vale do rio Tejo a norte, tendo um carácter

marcado pelo predomínio de matas (pinheiro bravo e eucalipto), o que a aproxima mais da paisagem beirã que propriamente da alentejana (...). O relevo xistoso apresenta-se como ondulado nas áreas de maior altitude e mais acentuado na proximidade do vale do Tejo, o que coincide com a rarefação dos estabelecimentos humanos e com o domínio de eucaliptais e matos. Nestas zonas mais acidentadas a paisagem adquire um carácter ainda mais desolador (...). O limite sul da unidade, na proximidade de Nisa, constitui uma faixa de transição para o carácter mais tradicional da paisagem alentejana, surgindo o montado de azinho e os sistemas arvenses de sequeiro” (Cancela d’Abreu et al. 2004).



Figura 12: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Terras de Nisa. Disponível em: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/>

Grupo da Unidade de Paisagem – Ribatejo (O)

86 - Charneca Ribatejana: esta unidade é bastante extensa e integra parte dos concelhos de Ponte de Sor, Gavião, Crato e Nisa. Caracteriza-se por um “relevo ondulado suave, onde predomina o montado de sobre. No essencial, trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos e médios vales” (Cancela d’Abreu et al. 2004). Nesta unidade são constantes as plantações de eucalipto em detrimento do montado de sobre ou azinho.



Figura 13: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Charneca Ribatejana. Disponível em: <http://like3za.pt/10-barragens-portuguesas-que-tem-de-conhecer/>

Grupo da Unidade de Paisagem – Alentejo Central (R)

100 - Maciço Calcário-Estremoz-Borba-Vila Viçosa: esta unidade de paisagem integra parte dos concelhos de Elvas, Monforte, Fronteira, Sousel e Avis.

É uma unidade detentora de um forte carácter, resultante da exploração de pedreiras que apresenta um relevo suave, solos férteis e fundos, castanhos escuros avermelhados, ocupados por paisagens agrícolas com olivais, vinhas e sistemas arvenses de sequeiro.

Contudo, se por um lado o seu número elevado de pedreiras, e a crescente transformação do mármore, contribuíram para o desenvolvimento desta região, por outro lado conduziram para sérias degradações ambientais e com forte impacto na paisagem. Aqui também se verificam interferências ambientais no que respeita aos recursos hídricos, à poluição do ar e do solo, à dispersão de vias e a instalações de apoio.

O conjunto das suas características não é suficiente para considerá-la rara, contudo ela agrega aspetos humanizados e naturais que merecem destaque no contexto regional. Apresenta um elevado número de valores construídos com forte identidade e bem conservados (centros urbanos densos e quintas), envolvidos por uma policultura diversificada, contendo olival, vinha, horta, pequenos pomares e pastagens.

A “riqueza biológica” desta unidade é baixa a média, dado que as condições para a biodiversidade são deficitárias tanto nas zonas de uso agrícola como nas áreas afetadas pelas pedreiras.

Embora retrate uma paisagem com vida e dinâmica associado às pedreiras e à agricultura, esta unidade é também acolhedora e um veículo para a tranquilidade. Tem um conjunto de produtos classificados alimentares que se relacionam com as formas de ocupação da paisagem, motivando o surgimento de azeites, carne bovina e de borrego, mel e vinho de grande qualidade.



Figura 14: Fotografia representativa da Unidade de Paisagem Maciço Calcário-Estremoz-Borba-Vila Viçosa. Paisagem de Sousel. Disponível em: http://www.outralentejo.org/concelhos_pt/sousel_pt/galeria-de-fotografias-do-concelho-de-sousel_categorias/

Consta-te, que embora o Alto Alentejo apresente limites institucionais assentes na NUT III, verifica-se que em termos de unidades de paisagem e de acordo com o estudo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Cancela d’Abreu et al. 2004), a área de intervenção abrange

outras unidades de paisagem fora dos limites institucionais, extravasando as fronteiras formais e acumulando outros grupos de paisagem provenientes da Beira Interior (Tejo Superior e Internacional, terras de Nisa), do Ribatejo (charneca Ribatejana) e do Alentejo Central (maciço calcário-Estremoz-Borba-Vila Viçosa).

Com efeito, as distintas unidades de paisagem que caracterizam a área de intervenção são o lugar e o suporte para a REDE AFN. Esta grande diversidade contribui para a multiplicidade de rotas, ora na serra, na peneplanície, nas colinas, na várzea, nas “terras de Nisa”, na charneca ribatejana, nas terras do maciço calcário ou ainda a acompanhar o Tejo. Esta multiplicidade de grupos e de elementos de paisagem atribuem à rede um mosaico paisagístico singular, conferindo a cada rota elementos exclusivos de grande beleza, quer pelos seus valores “naturais”, quer pelos humanizados, que cativam e perpetuam-se na memória do visitante.

2.2. Estrutura Ecológica Intermunicipal

Dentro desta análise é importante reter a importância dos “corredores ecológicos” e a sua relação com a “Estrutura Ecológica Intermunicipal” e com a rede de percursos.

Com efeito, estas áreas afetadas ao planeamento e à gestão da paisagem, dos habitats e dos ecossistemas conectam as populações das comunidades da fauna e da flora, tendo subjacente a sua proteção, conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas (aprovisionamento de água e de alimento, regulação do clima e da qualidade do ar, serviços culturais de recreio/ educação, suporte resultante da fotossíntese e da formação do solo).

Os corredores ecológicos do Alto Alentejo integram: elementos provenientes de áreas protegidas e rede natura 2000, entre outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico. Da mesma forma incluem elementos oriundos da rede hidrográfica, da reserva ecológica nacional e da reserva agrícola nacional. Por fim, podem também acolher outras áreas

importantes para a promoção do conhecimento e da educação ambiental e científica, bem como áreas com funções relevantes para o recreio e turismo. (IPI Consulting Network, 2017)

O conjunto destes corredores ecológicos traduz-se na “Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental” (ERPVA), conforme elucida a figura 54.

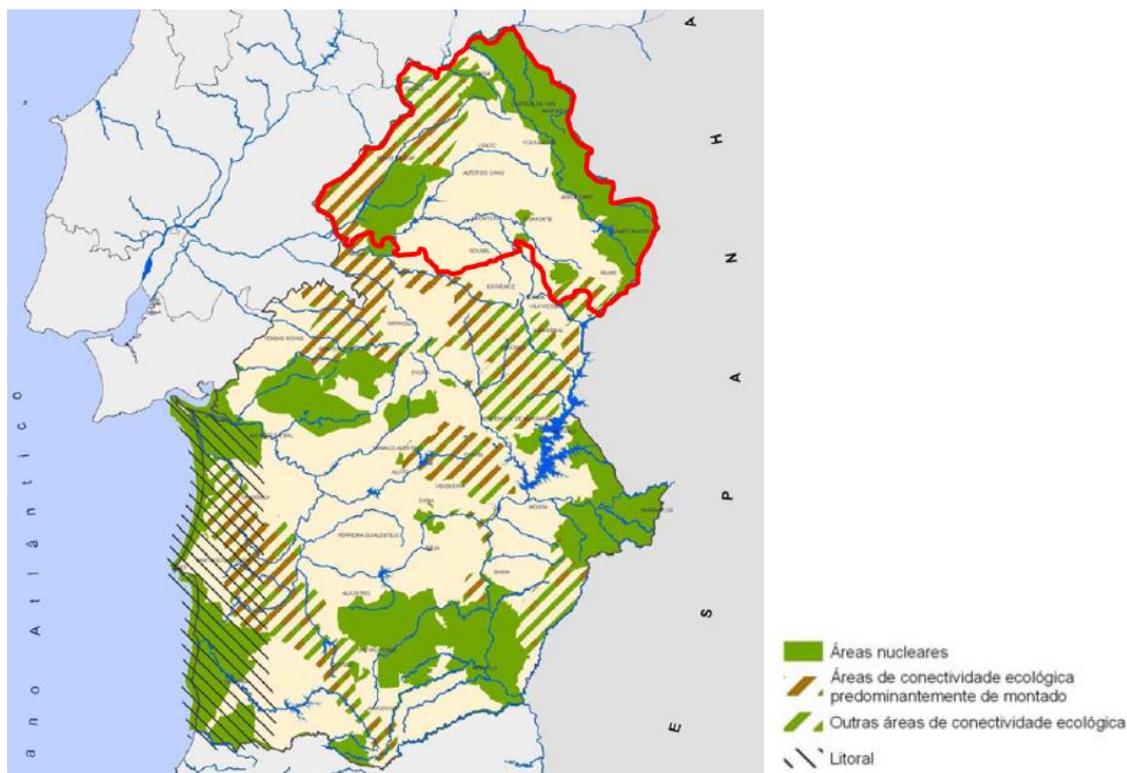


Figura 15: Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral. Plano Regional de Ordenamento do Território Alentejo, Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. 2009.

Com efeito o objetivo da ERPVA é garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto) assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens. A ERPVA deve contribuir para o estabelecimento de conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos e garantir a continuidade dos serviços dos mesmos.

Neste sentido, a ERPVA deve garantir a existência de uma rede de conectividade entre os ecossistemas contribuindo para uma maior resiliência dos habitats e das espécies, face às alterações climáticas e possibilitando as adaptações necessárias aos sistemas biológicos para a perpetuação das suas funções. A ERPVA advém também da continuidade dos sistemas humanizados do espaço rural alentejano, elemento identitário da paisagem e fator determinante na perpetuação do seu património “natural” e cultural.

Este modelo assenta, pois, na definição de áreas nucleares, correspondentes às áreas classificadas para a conservação da natureza e da biodiversidade, de importância nacional e internacional, sendo que a sua conectividade é estabelecida pelos corredores ecológicos, que relacionam e fomentam a continuidade dos processos ecológicos das áreas nucleares, com os territórios das regiões envolventes.

Na paisagem do Alto Alentejo estes corredores constituem uma estrutura ecológica supramunicipal que incorporam a rede hidrográfica e os habitats representativos dos sistemas florestais e silvo-pastoris, correspondentes a sistemas ecológicos de elevada riqueza e diversidade biológicas.

Com efeito, a estrutura ecológica supramunicipal do Alto Alentejo inclui áreas de relevância para a proteção e valorização ambiental à escala regional, correspondente ao corredor de ligação entre as áreas classificadas de S. Mamede, Nisa /Lage da Prata e Cabeção, através do vale da ribeira de Sor, englobando as manchas de quercíneas ou povoamentos explorados em sistema de montado e de matos não agrícolas na envolvente desse vale. (IPI Consulting Network, 2017)

Consequentemente, pode afirmar-se que os elementos integradores da estrutura ecológica supramunicipal do Alto Alentejo e os seus corredores ecológicos (áreas protegidas, rede natura 2000 e outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico) foram o suporte físico para a definição dos percursos e para o desenvolvimento da REDE AFN.

2.3. Valores paisagísticos e culturais

A diversidade dos valores existentes no Alto Alentejo reflete a dimensão e a complexidade desta paisagem!

A observação dos dados disponíveis no Geoportal, permitiu chegar a uma análise prospetiva dos valores e a uma aclaração dos pontos a reter. Refira-se que o Geoportal corresponde a uma plataforma da responsabilidade da CIMAA, em parceria com os seus municípios associados, que centraliza e disponibiliza para técnicos, decisores, munícipes e população em geral, toda a informação geográfica existente em cada um dos municípios. Aqui poderá ser consultada cartografia, cadastro rústico, ortofotografias e planos municipais de ordenamento do território, bem como planos diretores municipais, planos de urbanização e de pormenor.

Neste portal, também são possíveis de identificar os pontos de interesse turístico concelhios, assim como a respetiva informação estatística.

A apresentação dos valores com aproveitamento turístico constituiu um ponto de partida para balizar aqueles que são, em face dos dados atuais, as principais vocações turísticas desta paisagem. Assim, e de acordo com os dados do Geoportal, é possível verificar que o património civil (364) e religioso (341) são os que apresentam maior número de valores identificados. O património arqueológico é o que apresenta menor expressão na paisagem.

No que respeita à distribuição das várias categorias por concelho destacam-se Elvas (129) e Portalegre (117). Com menos recursos turísticos surgem os concelhos de Marvão, Alter do Chão, Sousel, Ponte de Sor e Monforte. Saliente-se que, à exceção de Marvão que possui uma dimensão territorial consideravelmente inferior aos restantes municípios, a zona norte do Alto Alentejo apresenta, no geral, um maior número de recursos turísticos.

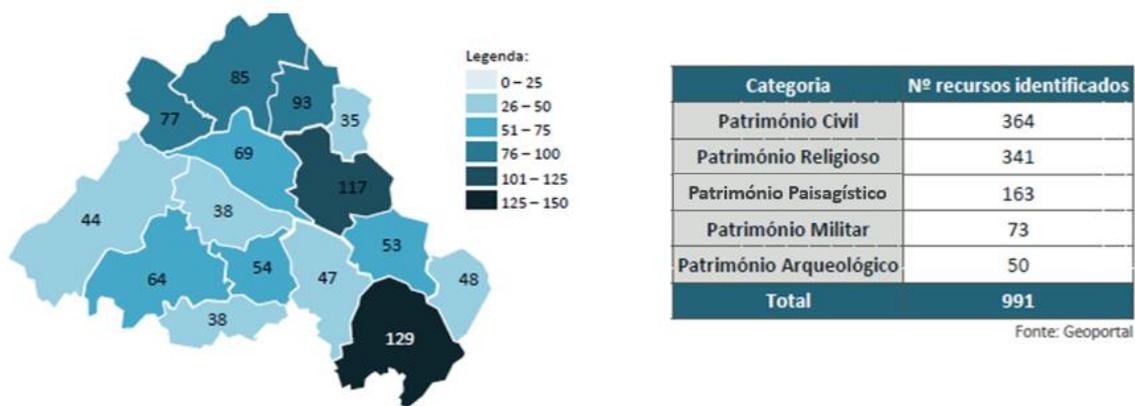


Figura 16: Distribuição dos recursos turísticos por concelho e respetiva identificação. Geoportal. 2014. Consultado no POTAA

A tabela seguinte apresenta o número de valores existentes por município, consoante a tipologia de património. Na sua generalidade, o Alto Alentejo apresenta uma diversidade de recursos traduzindo-se num território rico e turisticamente atrativo, capaz de captar diferentes segmentos da procura.

	Património Paisagístico	Património Arqueológico	Património Civil	Património Militar	Património Religioso	Total
Alter do Chão	6	2	13	3	14	38
Arronches	10	1	19	8	15	53
Avis	17	6	19	5	17	64
Campo Maior	9	1	24	1	13	48
Castelo de Vide	12	6	42	6	27	93
Crato	7	12	24	2	24	69
Elvas	8	4	50	25	42	129
Fronteira	12	2	21	4	15	54
Gavião	21	1	26	1	28	77
Marvão	5	2	11	4	13	35
Monforte	4	3	20	2	18	47
Nisa	12	10	18	6	39	85
Ponte de Sor	10	0	7	0	27	44
Portalegre	23	0	54	5	35	117
Sousel	7	0	16	1	14	38
Total	163	50	364	73	341	991

Fonte: Geoportal

Tabela 2: Distribuição dos valores por tipologia e concelho. Fonte Geoportal. 2014. Consultado no POTAA

No que respeita ao património paisagístico destacam-se, com maior número de valores identificados, os jardins e outros espaços verdes (77), seguindo-se os miradouros (30). Verifica-se também a existência de vários recursos ligados à água, como as albufeiras (18), os rios e ribeiras (12), as praias e piscinas fluviais (13).

Alentejo Feel Nature

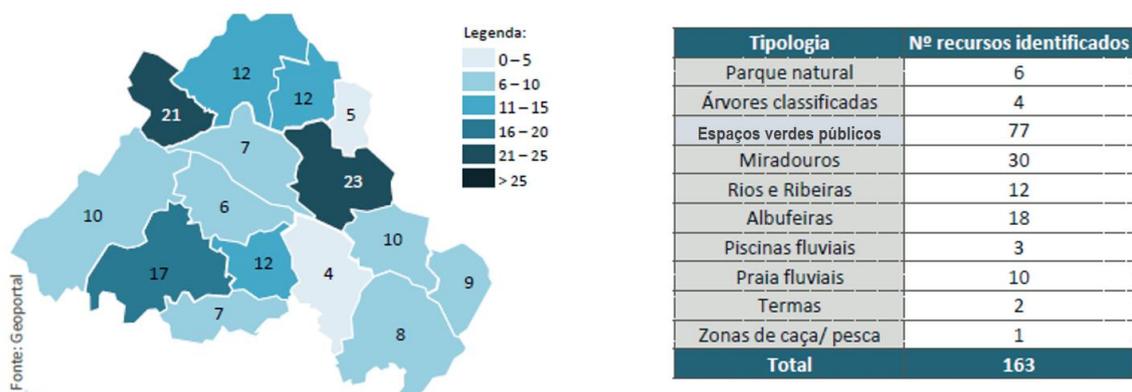


Figura 17: Distribuição do património paisagístico por concelho e distribuição do número de recursos no Alto Alentejo. Fonte Geoportal. 2014. Consultado no POTAA.

O concelho com maior número de valores paisagísticos é Portalegre (23), onde se localiza uma parte significativa da área do PNSSM, seguindo-se Gavião (21), que possui, essencialmente, rios e ribeiras. Com menor número de valores surgem Monforte (4) e Marvão (5).

Apresenta-se seguidamente, em formato de tabela, a informação do TP relativa aos municípios do Alto Alentejo destacando, essencialmente, a última coluna relativa ao espaço cumulativo da área de intervenção.

Recursos/ Concelhos	Alter do Chão	Arronches	Avis	Campo Maior	Castelo de Vide	Crato	Elvas	Fronteira	Gavião	Marvão	Monforte	Nisa	Ponte de Sor	Portalegre	Sousel	Alto Alentejo
Castelos / Fortes	3	1	1	2	1	1	6		1	1	1	2		2		22
Pelouros/ Cruzeiros	1		1	1	1		3	3	1	2		2		1	2	18
Conventos /Mosteiros			1			1				1				2		5
Palácios / Solares	1					1								2		4
Igrejas/ Capelas/ Catedral	7	2	1	8	8	4	9	2	2	1	2	10	2	15	3	76
Santuários / Peregrinação							1							2	1	4
Pontes / Fontes	3			3	1	1	2		1	3		2				16
Moinhos/Lagares																0
Parques / Jardins Públicos	2	3		1	1		4	4		1	1	2			2	21
Parque Naturais														1		1
Praias Oceânicas / Fluviais			1	1				1	2			3	1			9
Cabos Peninsulas																0
Rios/Ribeiras							1					1		1		3
Caves / Adeegas			1				2				1			4	1	9
Museus			2	2		1	3			1		2		4		15
Estações arqueológicas	1	2	1	1	12	2	8		1	2	1	1				32
Bibliotecas	1	1	2	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	14
Praças de Touros	1	1			1	1	2	1		1	3	3		1	1	16
Centros Hípicos	2				2		3	1				1	4	1		14
Estâncias Termas								1				1				2
Aeroportos/aeródromos													1			1

Frequência da ocorrência

- Baixa | 1 a 5 ocorrências
- Moderada | 5 a 10 ocorrências
- Alta | mais de 10 ocorrências

Tabela 3: Distribuição de recursos turísticos no Alto Alentejo, por concelho e tipologia. Fonte: Geoportal. 2014. Consultado no POTAA.

Com efeito, o Alto Alentejo destaca-se no panorama regional pela importância relativa das ocorrências de valores patrimoniais, testemunhada pela existência de 76 Igrejas/Capelas/Ermidas, 32 Estações Arqueológicas e 22 Castelos/Fortes;

Os municípios de Elvas (45), Portalegre (37) e Nisa (31) são os que concentram um maior número de valores patrimoniais inventariados.

No Alto Alentejo destaca-se a existência de um número considerável de praias fluviais, 9 no total, onde o concelho de Nisa é o que concentra o maior número destes recursos, com 3 ocorrências.

Na paisagem merece ainda destaque o PNSSM, criado com o objetivo de assegurar a conservação da natureza da sua área territorial.

Refira-se também que a área de intervenção apresenta alguns eventos com forte tradição identitária e, por isso, únicos, ou com grande potencial de afirmação a nível regional, nacional e até mesmo internacional, especialmente ao nível desportivo e cultural, nomeadamente o Festival Internacional de Musica de Marvão, a Baja e o NAOM-O'Metting.

É necessário ter em atenção que os valores apresentados são elementos materiais, visíveis e quantificáveis. No entanto, existe uma outra dimensão de valores de importância potencialmente superior, muito relevante na ótica de um turismo identitário, criativo e de valor acrescentado: os recursos intangíveis e imateriais.

Estas existências imateriais estão associadas à dimensão simbólica e identitária do Alto Alentejo e constituem um registo que complementa e valoriza a sua oferta turística, podendo aqui incluir-se, as tradições e os saberes das artes e ofícios tradicionais. Com efeito, estes exemplos de cultura local são importantes recursos turísticos, cada vez mais valorizados pelos visitantes, que devem ser preservados e enaltecidos como o que de mais distinto e identitário o Alto Alentejo tem para oferecer.

Refira-se que a gastronomia e os produtos locais são valores relevantes do Alto Alentejo e têm sido objeto de várias iniciativas de rotas turísticas, nem

sempre consequentes. Também as artes e os ofícios tradicionais são valores que representam especial importância nas vivências das comunidades e nos ritmos de vida da população; entre as principais artes existentes no território destacam-se: os bordados e as rendas, a latoaria, a olaria, o trabalho com couro, madeira e cortiça, a cestaria, a cerâmica, a correaria, entre outros.



Figura 18: Análise prospetiva dos recursos turísticos. Fonte: POTAA, 2015.

2.4. Os Pontos a reter

Relativamente à morfologia da paisagem, a região pode ser dividida em quatro grupos distintos, correspondendo efetivamente a cada um dos grupos das unidades de paisagens: um grupo, referente a uma paisagem, com fortes semelhanças à lezíria ribatejana (a oeste e sudoeste), uma área com ondulações mais leves e mais próxima da planície alentejana (a sul), a zona de serra, determinada pela Serra de São Mamede (a norte e a noroeste) e a zona dos vales encaixados junto ao Tejo (a norte).

Esta diversidade morfológica contribui para a diversidade de habitats distintos e consequentemente para a riqueza de flora e fauna. A existência de carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, oliveiras e pinheiros bravos polvilham a paisagem, gerando sinergias ambientais singulares.

É uma paisagem diversa do ponto de vista geomorfológico e hidrográfico e apresenta um potencial importante na ótica do lazer, bem como no uso sustentável da água para a rega agrícola. Esta paisagem está enquadrada pelas grandes bacias dos rios Tejo e Guadiana, destacando-se o rio Sever, a ribeira de Sor, a ribeira de Seda e a ribeira do Caia. Adicionalmente, existem na região várias barragens, que são aproveitadas para a prática dos desportos náuticos e associados à pesca desportiva. Apresentando uma maior dimensão merecem destaque as albufeiras de Montargil, Maranhão e do Caia e com uma menor grandeza as barragens da Póvoa e Meadas e da Apartadura.

O Alto Alentejo é destacado pela diversidade do seu património humanizado e pelo seu património paisagístico, sendo que:

- O património edificado é o que apresenta maior relevância na paisagem, pela sua quantidade e preservação, assim como pela existência de um número significativo de castelos e fortalezas, associado ao carácter defensivo desta região fronteiriça;
- O património paisagístico é igualmente merecedor de destaque, pois apresenta um elevado potencial de dinamização, sendo que a existência de recursos associados à água, à biodiversidade e à natureza são elementos distintivos da paisagem, principalmente, nos municípios mais a norte do Alto Alentejo.

Importa realçar que, considerando a diversidade dos seus recursos, ganha particular relevância, do ponto de vista turístico, a noção de *conjunto*, pois o Alto Alentejo é uma zona de amplos e heterogéneos valores naturais e culturais. “Faculta, por isso mesmo, uma oferta turística bastante diversificada capaz de abranger o interesse de diferentes públicos-alvo, o que constitui uma mais-valia de suporte à atração do visitante, permitindo a dinamização de atividades conexas. A atratividade da paisagem passará, igualmente, por uma maior e mais eficaz preservação/proteção, recuperação, valorização, promoção e desenvolvimento dos recursos patrimoniais/culturais, por uma dinamização das atividades culturais e otimização da interação entre estes recursos, atividades e o património natural.” (ERT, 2015).

A REGIÃO: ALTO ALENTEJO



Figura 19: Os valores do Alto Alentejo. Fonte: CIMAA, 2015

De facto, o turismo de natureza apresenta um grande potencial de desenvolvimento no Alto Alentejo, pois toda a riqueza natural e a biodiversidade oferecida são fatores de atração da paisagem, que permite aos visitantes usufruir plenamente da sua identidade, singularidade e tranquilidade.

Face ao exposto consta-se que o projeto da REDE AFN tem convergência e suporte nos pressupostos apresentados no ponto 2 deste trabalho de projeto, “Da caracterização da paisagem”. Por outro lado, a REDE AFN beneficia e valoriza o conjunto de “Valores paisagísticos e culturais” que se encontram nas respetivas unidades de paisagens.

3. A rede de percursos em natureza – Alentejo Feel Nature

“Não devemos ter medo de inventar seja o que for. Tudo o que existe em nós existe também na natureza, pois fazemos parte dela.”

Pablo Picasso

Neste jardim plantado, ligeiramente mais longe do mar, efetuou-se a concretização da REDE AFN. Esta veio promover a integração e a sustentabilidade nos domínios da conservação da natureza, do desenvolvimento local, da qualificação da oferta, da diversificação da atividade turística e da divulgação e valorização do património natural e cultural. A materialização da infraestrutura permitiu pôr em evidência a paisagem, promover a sua dimensão ambiental, cultural e histórica, mas também contribuiu para divulgar as vivências, as tradições e as práticas no alto do Alentejo. De igual forma veio propiciar a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos.

A REDE AFN identificou caminhos rurais, azinhagas, calçadas romanas e medievais, com potencialidade para a prática do pedestrianismo e para o turismo de natureza.

A criação desta Rede supramunicipal foi, e continua a ser, um fator de mobilização e um compromisso coletivo dos agentes do Alto Alentejo em torno de um projeto de desenvolvimento regional, equilibrado com a Natureza, mais próximo dos valores identitários da paisagem, mais consciente do seu papel social, em favor do desenvolvimento pleno das comunidades locais e gerador de maiores oportunidades de emprego e empreendedorismo, especialmente entre os jovens que são o seu futuro.

De facto, a Rede, para além de potenciar o encontro com a natureza e o usufruto da flora e fauna da região, permite vivenciar de perto as tradições, as formas de viver, os produtos locais e o artesanato típico, entre outros. Esta proximidade com a terra permite criar uma maior ligação com aqueles que dela fazem parte, pois compreender as suas gentes é compreender a sua paisagem.

Pese embora a REDE AFN tenha tido como primeiro grande objetivo a definição de rotas para *Walking*, que estabelecessem a valorização e a preservação de determinados pontos e recursos do território, com vista à criação de uma infraestrutura pública, capaz de incentivar a prática de um turismo sustentável, hoje afirma-se como uma alavanca para o desenvolvimento da região, distintiva, viabilizando o seu usufruto através de uma das práticas mais naturais à condição humana – *o andar a pé*.

Infraestruturar, desenvolver, apostando nos valores naturais e culturais que ligam o mundo rural aos centros urbanos, foi determinante para o projeto, que se quer consistente ao serviço do interesse público, mas competitivo, dinâmico, proactivo e orientado para o mercado, onde seja efetivamente capaz de sustentar pequenos negócios durante todo o ano e de proporcionar a pessoas de todo o mundo o contacto com uma realidade autêntica e singular.

Nesta rede, onde não se paga para entrar (porque a Natureza é um bem comum e sempre generosa), existem gentes com atividades e ocupações de valor indiscutível, que assumem nesta sociedade resiliente um papel determinante para o aumento da sua autoestima.



Figura 20: Branding aplicada na sinalética da Rede. Fonte: autora, 2015.

A REDE AFN é exclusiva do Alto Alentejo, que privilegia o facto de o traçado de qualquer um dos percursos, de grande rota¹ ou pequena rota ², estar instalado total ou parcialmente dentro dos limites de pelo menos uma das áreas classificadas existentes do Alto Alentejo.



Figura 21: Figura representativa do Percurso da Povia e Meadas. Castelo de Vide. Fonte: Autora, 2016

3.1. A marca

Considerando a evolução natural deste processo, a CIMAA entendeu proceder à criação e ao registo da marca “Alentejo Feel Nature”.



Figura 22: Branding da marca Alentejo Feel Nature - percursos em natureza. Fonte: CIMAA, 2013.

¹ Grande Rota: é identificada pela sigla GR, seguida do Número de Registo, ou seja, por exemplo, GR 22, sinalizada no terreno com marcas de cores vermelho e branco. É um itinerário pedestre que demora mais de uma jornada a percorrer, com mais de 30 quilómetros de extensão e, um itinerário pedestre que liga, por vezes, regiões ou países, podendo servir de “espinha dorsal” a redes de percursos. (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. 2006. Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres Lisboa, p.3)

² Pequena Rota: é identificada pela sigla PR, seguida do Número de Registo e de três letras que seguem a nomenclatura utilizada nas letras designativas de concelho pela Direção Geral de Viação, como a PR 1 PTG. É sinalizada no terreno com marcas de cores vermelho e amarelo, demora menos de uma jornada a percorrer e tem menos de 30 quilómetros de extensão. (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. 2006. Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres Lisboa, p.3)

De facto, a globalização deu um impulso significativo à afirmação internacional das marcas turísticas enquanto vetores de posicionamento dos destinos turísticos junto dos mercados. Hoje, o visitante potencial informa-se sobre os destinos e sobre as respetivas marcas territoriais. Estas estão cada vez mais pressionadas a reinventarem-se e a englobarem, na sua própria identidade e personalidade, conceitos que são valorizados pelos visitantes, tais como a ecologia, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Desta forma, as marcas estão hoje focadas na sua estratégia de diferenciação, de valorização e de criação de valor. Estas transformações decorrem da importância que atualmente se dá ao facto dos turistas valorizarem a marca, não só associada a um sentimento de confiança no produto/serviço turístico que é oferecido, como também a um sentimento de pertença relativamente aos valores que a marca transmite.

Com efeito a marca “Alentejo Feel Nature” pretende, por um lado distinguir e individualizar uma paisagem, singular, onde as suas especificidades lhe conferem uma autenticidade que, longe dos ritmos das grandes metrópoles, é possível sentir a natureza (*feel nature*) e observar a sua elevada biodiversidade. Por outro lado, a terminologia adotada tem também como propósito continuar a promover a marca “Alentejo”, esta de referência nacional e internacional, fazendo parte de uma estratégia nacional e regional conjunta e concertada, tanto com o TP como com a ERT (responsável pela promoção do Alentejo, no mercado nacional) e com a ARPTA (entidade responsável pela promoção do Alentejo, nos mercados internacionais).

Deste modo entende-se o quão importante o Alto Alentejo deve aproveitar a dinâmica de afirmação das marcas “Alentejo” e “Portugal”, que têm sido conquistadas, ao longo do tempo, junto dos inúmeros mercados turísticos.

Pretende-se que as grandes linhas de força da marca e do produto “Alentejo Feel Nature” se traduzam numa paisagem Mais Alentejo, Mais Organizado, Mais Sustentável, Mais Comprometido e Mais Responsável!

Para tal deverá recorrer à promoção da sua identidade e personalidade próprias, através da criação de produtos turísticos diferenciadores no contexto regional.

Na figura infra identificam-se as linhas de força, que assentam na promoção interna e externa do património ambiental e cultural, nas tradições, nas vivências nas populações, na gastronomia e na restauração, nos produtos locais, nos alojamentos, na riqueza da biodiversidade, no artesanato, nas práticas agrícolas e na pecuária.



Figura 23: Linhas de força da marca Alentejo Feel Nature. Fonte: POTAA, 2015.

Existe uma tendência global, que é transversal a todos os setores da economia, para que a atividade turística passe a oferecer cada vez mais produtos que respeitem e valorizem os princípios do desenvolvimento sustentável, principalmente ao nível do ambiente e da sociedade. Nesse sentido, pode afirmar-se que a marca Alentejo Feel Nature associa-se a um conceito *eco-friendly* e a uma “consciência verde”, com um produto turístico segmentado para o *Walking*. É importante reforçar que, para além de ser um projeto de desenvolvimento turístico regional, é, também, de responsabilidade ambiental e social.

O seu *target* são turistas “eco conscientes” que aceitam bem alguma falta de comodidade em prol da proteção do ambiente. Estes, normalmente, tendem a

realizar caminhadas, passeios em bicicleta e a observar a natureza, em particular os aspetos endémicos da flora e da fauna que apenas naquele local se podem encontrar.

3.2. A promoção e a dinamização

Para um destino se diferenciar nos mercados turísticos deve desenvolver ferramentas que possibilitem criar e/ou fortalecer a sua figura de marca incorporando, além das qualidades técnicas, os valores desejados pelos consumidores. Neste sentido o Alto Alentejo, e em concreto a marca “Alentejo Feel Nature”, identificou os valores e aplicou-os estrategicamente nas ferramentas do seu *branding*.

3.2.1. As ferramentas promocionais

A globalização coloca enormes desafios ao Alto Alentejo. O primeiro é ganhar notoriedade no mundo global, sendo a primeira ferramenta global para enfrentar esse desafio, a internet.

As tecnologias de informação e comunicação precipitaram redefinições dos modelos de negócio tradicionais do sector do turismo e são hoje reconhecidas pela CIMAA como uma grande oportunidade para trabalhar a notoriedade turística do Alto Alentejo nos seus mercados potenciais. Não dispondo ainda de um portal específico da marca “Alentejo Feel Nature”, esta Comunidade Intermunicipal utiliza o seu site institucional (<http://cimaa.pt/>) e o portal da EECPI 2020, para divulgar as rotas e as suas características (<http://inmotion.cimaa.pt/pt/percursos>).

Por outro lado, as redes sociais são também um poderoso veículo de comunicação e de marketing turístico proporcionando novas oportunidades de posicionamento dos destinos, produtos e negócios nos seus mercados potenciais. Neste sentido, a página do facebook, (<https://www.facebook.com/alentejofeelnature/>), divulga as iniciativas e as

informações úteis para quem pretende saber mais sobre os percursos desta Rede e as ações associadas.

Todas as rotas integram as plataformas Wikiloc (<https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/pr6-ptg-percurso-do-salao-frio-14318494>) e Natural.pt (<http://www.natural.pt/portal/pt/Entidade/Item/49>).

Recentemente, o TP identificou a REDE AFN como um dos seus traçados âncora nacionais para a prática de *Walking*, tendo sido agregada no maior portal on-line desta entidade e destinado a todos os amantes do turismo de natureza. Com efeito, será possível encontrar informações sobre os percursos, a região e as empresas que nela operam, em <https://www.portuguesetrails.com/pt-pt/routes/alentejo-feel-nature>.

Importa também referir que a CIMAA, na concretização da candidatura, contemplou vários suportes em papel, de promoção da Rede, quer através de folhetos trípticos, quer através do guia da REDE AFN; este último sistematiza, sob o ponto de vista turístico, toda a temática desta infraestrutura e dos concelhos abrangidos pela mesma. A pensar no mercado nacional e nos mercados externos, tanto o guia como os folhetos foram realizados nos seguintes idiomas: português, inglês, espanhol, holandês e alemão.

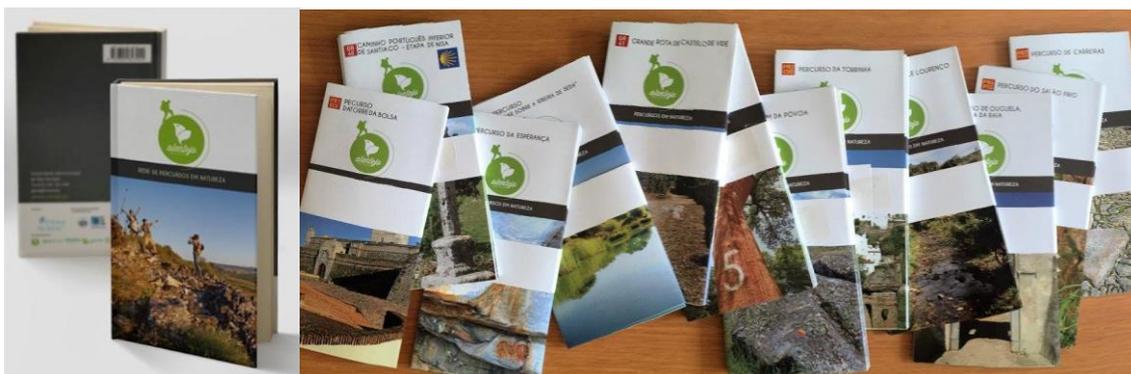


Figura 24: O guia da Rede e os folhetos trípticos. Fonte: CIMAA, 2014.

3.2.2. As ações de promoção

Sendo hoje o turismo um fenómeno global, a promoção dos destinos turísticos contribui para chegar aos principais mercados emissores, ganhando maior notoriedade e aumentando a procura efetiva.

A partir de outubro de 2014, com a conclusão da infraestrutura, a CIMAA estabeleceu parcerias com os dois organismos responsáveis pela promoção turística da região: a ERT e a ARPTA.

Com efeito, a CIMAA iniciou ações de promoção turística, internacionais e nacionais, tendo por base o seguinte diagnóstico para o Alto Alentejo:

- A importância da sazonalidade na procura do destino;
- Os desequilíbrios intrarregionais existentes entre o Alentejo litoral e o Alentejo interior;
- As baixas taxas de ocupação das unidades de alojamento;
- Os baixos rendimentos dos alojamentos;
- A dinâmica significativa de crescimento dos mercados internacionais, face ao mercado interno.

Efetivamente, a concretização das ações de promoção tem como objetivos específicos para o Alto Alentejo:

- Aumentar o número de visitantes neste território;
- Assumir o Alto Alentejo, como uma paisagem sustentável;
- Informar e divulgar sobre o produto *Walking*;
- Aumentar a estada média e o gasto médio dos visitantes;
- Diversificar os mercados-alvo (promovendo os denominados produtos turísticos de nicho - turismo de natureza, turismo ativo, *birdwatching*, etc.) para tornar o Alto Alentejo menos dependente dos segmentos de mercado tradicionais.



Figura 25: Ações de parceria entre a CIMAA, o TP, a ARPTA e a ERT. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.

Subsequentemente, a concretização das ações tem, também, como objetivos gerais para o Alentejo:

- Aumentar a visibilidade/notoriedade do destino Alentejo e dos seus produtos turísticos de nicho (turismo de natureza, turismo cinegético; gastronomia e vinhos, *walking & cycling*, *birdwatching*, pesca desportiva, turismo náutico, entre outros) na esfera internacional, reduzindo a importância/dependência da procura interna;
- Adequar a promoção às motivações e ao perfil dos diferentes turistas/mercados;
- Aumentar a presença do destino Alentejo e dos seus produtos turísticos de nicho, quer nos canais online, quer nos canais offline (com a presença em feiras internacionais);
- Aumentar/Reforçar a presença do destino Alentejo e dos seus produtos turísticos de nicho nos seus mercados de importância estratégica;
- Potenciar a perceção da diversidade da oferta turística, com intuito de promover um produto de elevado valor acrescentado, em termos de clima e luz; de história, de cultura e tradição; de hospitalidade e de diversidade criando a perceção, para o consumidor final da compra, de

um produto “value for money” estando em sintonia com a proposta de valor para Portugal como “Destino Turístico”;

- Aumentar o volume de receitas dos agentes económicos do Alentejo, particularmente nos períodos de época baixa, através da realização de ações/campanhas na época de inverno e nos períodos do ano denominados de época baixa (promovendo os produtos de nicho que melhor podem contribuir para a redução da sazonalidade).

O Alto Alentejo tem como objetivo conquistar o mercado nacional e de proximidade, através de lógicas de cooperação com agentes que ofereçam produtos turísticos consolidados no mercado, cuja natureza e estratégia sejam concordantes com a visão defendida para o território. Com efeito pode afirmar-se, por um lado, que sem prejuízo da aposta em certos nichos específicos (judaísmo, canoagem, orientação, cavalo...), os mercados da área metropolitana de Lisboa e da área transfronteiriça da Extremadura espanhola são, por ordem decrescente, os mercados turísticos potenciais mais relevantes para o turismo do Alto Alentejo no médio e longo prazo.

Por outro lado, no processo de internacionalização, e tendo por base o *know how* da ARPTA, as ações realizadas, as ações em desenvolvimento e as ações a realizar, têm como mercados externos e estratégicos, Espanha, França, Brasil, Benelux, Alemanha e Reino Unido. Por outro lado, existem ainda outros mercados de aposta, tais como a Escandinávia, os Estados Unidos da América e a China.

3.2.3. As ações de dinamização

A concretização da Rede gerou naturalmente um conjunto de ações de dinamização que têm vindo a realizar-se, quer localmente, quer noutras regiões do país, ou ainda em territórios estrangeiros, tendo como metas o mercado interno e o internacional.

Estas iniciativas, extremamente enriquecedoras para a autora, permitiram igualmente um conhecimento mais aprofundado das populações, dos agentes económicos, das regiões, das paisagens, dos seus valores e hábitos culturais, pois o conhecimento e a aproximação, por um lado, ao terreno e, por outro lado, aos distintos mercados turísticos têm sido determinantes para a estruturação de uma estratégia de desenvolvimento da REDE AFN. Para tal, a dinamização da REDE AFN tem sido materializada recorrendo a parcerias estratégicas entre a CIMAA, os parceiros privados associados ao turismo, as associações, os clubes, as federações e as instituições de ensino da região. Por outro lado é inequívoca a importância que o TP, a ERT, a ARPTA e os operadores têm tido na sua divulgação e, de um modo geral, na venda do turismo de natureza do Alto Alentejo junto dos canais próprios para o efeito.

A. Ações regionais

Os envolvimento dos municípios do Alto Alentejo, assim como dos clubes, das associações, das empresas de animação turística e das instituições de ensino, têm permitido realizar inúmeras iniciativas destinadas a vários segmentos de público:

Comunidade local

As ações desenvolvidas sobre as comunidades locais têm o forte envolvimento dos municípios associados, das empresas de animação e dos clubes. Esta tipologia de ações estabelece, por um lado, o contacto direto dos participantes com as rotas da Rede envolvendo-os em ações de sensibilização, de bem-estar e de conhecimento do património e das suas paisagens. Destacam-se as iniciativas que permitiram a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida nas rotas de Campo Maior, através da utilização de uma “joelette”³, tornando possível a utentes de uma IPSS concelhia puderem desfrutar das paisagens que estas rotas

³ Especialmente desenvolvida para percursos pedestres, a “joelette” é uma cadeira de todo-o-terreno mono-roda, que permite a prática do pedestrianismo e o acesso a áreas montanhosas ou com pisos mais irregulares, a todas as pessoas com mobilidade reduzida. Mesmo os indivíduos que apresentem maior grau de dependência, podem desfrutar do contacto com a natureza, com o auxílio de dois acompanhantes. Esta prática estende-se também às pessoas de idade que podem alternar pequenas caminhadas com o passeio na “joelette”.

Disponível em: <http://www.floema.pt/index.php/equipamentos/turismo-adaptado/item/joelette-classica>

oferecem. Por outro lado foram diversas as ações que chamaram a atenção para o potencial do “birdwatching” na paisagem, assim como de um modo geral para o reconhecimento dos seus valores. A título de exemplo, vejam-se as imagens infra.

De um modo geral, estas ações junto das comunidades locais levaram a uma aproximação das mesmas com as suas paisagens e com os seus valores; constatou-se também que muitos dos participantes nas iniciativas desconheciam determinadas zonas ou pontos da própria paisagem que os acolhe.



Figura 26: Registos fotográficos do envolvimento das comunidades locais. Fonte: Autora, 2016, 2017, 2018.

As ações com as comunidades locais foram também realizadas com a interação decorrente das participações da CIMAA nos eventos regionais e locais. Estes momentos nas feiras ou certames foram de extrema importância para a partilha de informação genérica sobre o Alto Alentejo, sobre a Rede, assim como de divulgação da própria Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (Vejam-se as imagens abaixo).



Figura 27: Dinâmicas regionais, envolvendo as comunidades locais. Fonte: CIMAA, 2016, 2017, 2018.

Comunidade escolar

Entende-se que é sobre os mais novos que os dirigentes dos territórios de baixa densidade deverão agir, pois serão eles as forças vivas da sua futura sustentabilidade ou, aqueles que olharão para o “litoral” como a âncora da sua vida.

A implementação deste projeto acautelou o envolvimento dos mais novos criando dinâmicas junto das escolas, para divulgar e sensibilizar este segmento sobre os valores naturais e culturais do Alto do Alentejo. Para o efeito foram criados uma mascote, (batizada de “Alkis”) e um passaporte da Rede, que permite a cada estudante conhecer as suas rotas concelhias, assim como outras na sua vizinhança. Foi igualmente apresentado às escolas do distrito um jogo de tabuleiro sustentado no *geocaching*, que pode ser aplicado tanto em contexto de sala de aula, como na própria rota.

Neste jogo, cada percurso tem um símbolo associado e materializa-se numa caixa que agrega distintos objetos, como cromos sobre a fauna e a flora, um bloco de desenho, um lápis, uma bússola e um apito. Cada criança, ou turma, poderá incluir outros objetos simbólicos.



Figura 28: Ações de dinamização com as comunidades escolares do 1º ciclo; Fonte: CIMAA, 2016, 2017.

Também sobre os estudantes mais velhos, a REDE AFN tem despertado atenção.

A paisagem tem acolhido visitas de estudo, de estudantes e professores universitários, sendo a Rede também objeto de análise e de investigação por esses estudantes, bem como pelos do ensino secundário.



Figura 29: Ação de visita dos alunos da Universidade de Évora e trabalhos realizados pelos alunos do 3º ciclo, do Agrupamento de Escolas do Bonfim, de Portalegre. Fonte: CIMAA, 2018.



Figura 30: Sessões de apresentação, resultantes de convites provenientes de entidades do Ensino Superior. Fonte: Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Superior de Novas Profissões. Fonte: CIMAA. 2018 e 2017, respetivamente.

Agentes económicos

A conclusão da infraestrutura da Rede traduziu-se, também, em ações de proximidade com os agentes económicos locais, quer num *round show* pelo Alto Alentejo, quer em seminários, ou ainda em iniciativas interativas integradas em concursos nacionais. Para o efeito envolveram-se *stakeholders* integrados nas seguintes tipologias: alojamento, restauração, empresas agroalimentares, animação turística, clubes e associações, que tiveram a oportunidade de se relacionar, de interagir e em muitos casos de se conhecerem, para o fomento de futuras relações profissionais e transações comerciais. Constatou-se que, embora a área de intervenção seja uma região de baixa densidade, onde supostamente “todos se conhecem”, na prática existem casos de profundo desconhecimento sobre as práticas, serviços ou produtos que o “vizinho pode oferecer”, assim como falta de informação sobre as potencialidades desta paisagem.



Figura 31: Round show pelo Alto Alentejo e proposta de mesa para o concurso “7 Maravilhas à Mesa”. A REDE AFN foi um dos patrimónios da mesa, integrados e a concurso. Fonte: CIMAA, 2015, 2018.

B. Ações Nacionais

Acautelando sempre a devida articulação com a ERT e com o ICNF, a Rede tem estado regulamente divulgada e representada nos maiores eventos nacionais associados ao turismo e à conservação da natureza.



Figura 32: Ações de dinamização nacionais. Fonte: CIMAA, 2016, 2017, 2018.

Por outro lado, e aproveitando outros eventos de extrema importância, quer sejam de carácter desportivo, recreativo, ou lúdico, a CIMAA faz-se representar, quer na promoção geral do Alto Alentejo, quer especificamente com a REDE AFN.

C. Ações Internacionais

As ações referentes ao mercado internacional exigem uma visão a um nível mais alargado e obrigam a estratégias de posicionamento turístico mais diferenciadas pois é aqui que a região tem de fazer valer a sua identidade e, simultaneamente a sua diversidade, para atingir mais eficazmente o mercado internacional, que é mais complexo e volátil.

Neste sentido, e considerando a articulação com o trabalho da ARPTA, realizam-se regularmente atividades conjuntas, que propiciam três tipologias de atuações:

- **Atuações externas** resultantes da presença em feiras e certames cuja temática é o “walking” e o “outdoor”. Nestes momentos de internacionalização são determinantes os contactos com os operadores turísticos e com o público em geral;



Figura 33: Registos fotográficos de algumas atuações externas. Fonte: CIMAA, 2018.

- **Atuações internas** resultantes da representação da REDE AFN em eventos internacionais desenvolvidos no Alto Alentejo;



Figura 34: Registos fotográficos de algumas atuações internas. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.

- **Atuações inversas** provenientes da vinda de *fun trips*, jornalistas, *bloggers* e fotógrafos, que asseguram a disseminação da região nos mercados internacionais, focando a partilha de imagens, de escritos e de filmes que retratam as paisagens, a gastronomia, os produtos endógenos, a cultura, as gentes e os eventos deste território.

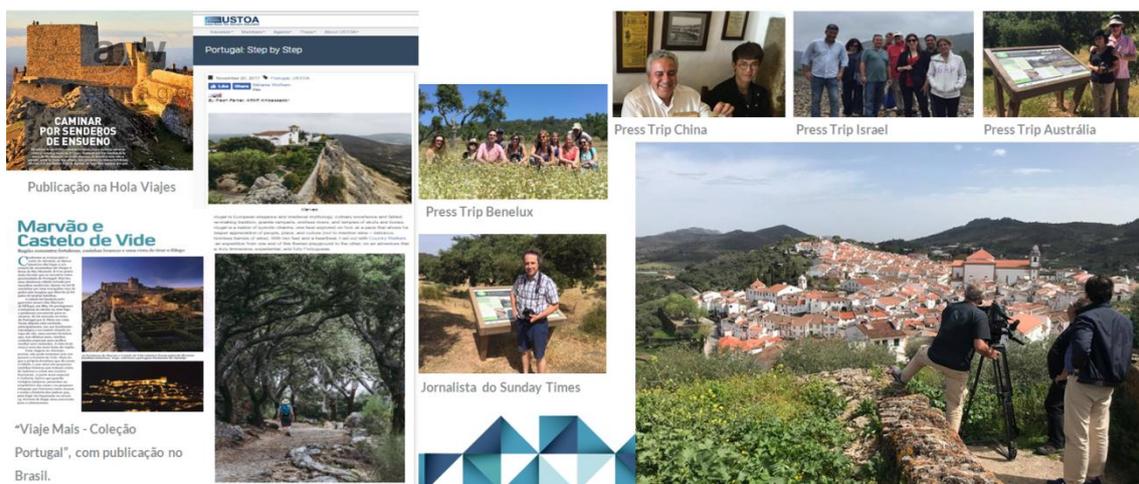


Figura 35: Registos fotográficos de algumas atuações inversas. Fonte: CIMAA, 2017, 2018.

3.3. As rotas da Rede

O passar do tempo permitiu que a rede evoluísse, crescesse e atingisse maturidade.

Na figura abaixo, elucida-se sobre a distribuição e a localização física de cada rota na atualidade.

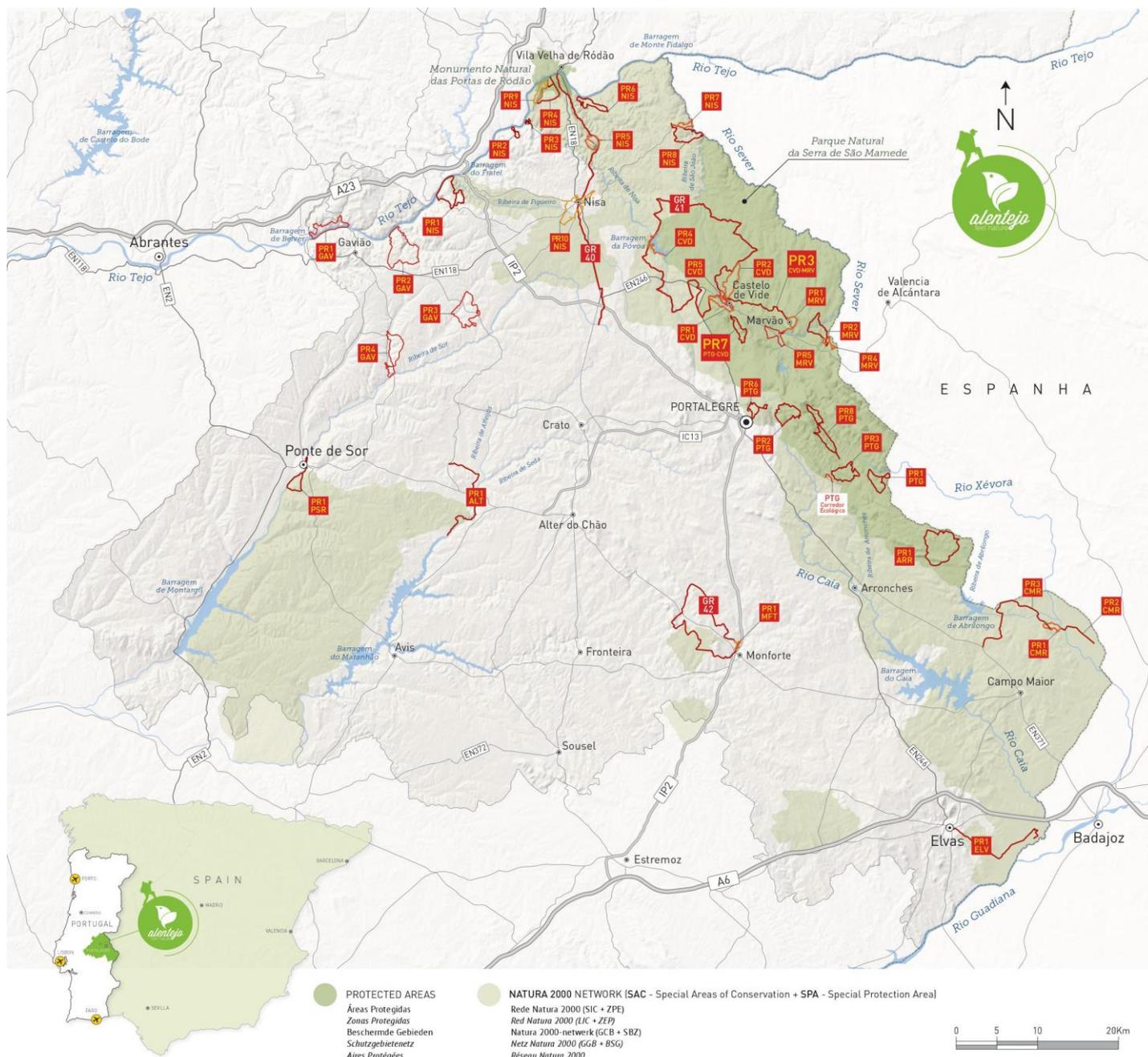


Figura 36: Os traçados da Rede AFN. Sem escala. Folheto resumo da Rede "Alentejo Feel Nature". CIMAA, 2018

Constata-se que é precisamente na zona da raia, coincidente com a “área nuclear de São Mamede”, da ERPVA e na unidade de paisagem da “Serra de São Mamede” que existe maior densidade de percursos. Também nos concelhos de Nisa, Gavião e Ponte de Sor, correspondentes a outras áreas de conectividade ecológica da ERPVA e das unidades de paisagem “Tejo Superior e Internacional”, “Terras de Nisa” e “Charneca Ribatejana”, distribuem-se uma quantidade significativa de rotas, resultante da existência de maior número de áreas classificadas, bem como com uma maior densidade de valores paisagísticos e culturais nas rotas ou na sua envolvente.

Nas tabelas abaixo explicita-se a referência e a tipologia dos percursos existentes no Alto Alentejo integrados na marca “Alentejo Feel Nature”. Por uma questão de clareza da apresentação optou-se por considerar três grupos de percursos, organizados por ordem alfabética concelhia.

IDENTIFICAÇÃO - GRUPO 1		DADOS TÉCNICOS SOBRE O PERCURSO			
Designação do percurso	Concelho	Tipo de percurso	Extensão (km)	Grau de dificuldade	Duração aproximada (horas)
PR1 ALT - Percurso “Olhar sobre a Ribeira de Seda”	Alter do Chão	Linear	10,5	Fácil	3.45
PR1 ARR - Percurso da Esperança	Arronches	Circular	15,2	Médio	5.30
PR1 CMR - Percurso de Ouguela, sentinela da Raia	Campo Maior	Circular	5,9	Muito fácil	2.15
PR2 CMR - Percurso dos groux	Campo Maior	Linear	4,7	Muito fácil	1.45
PR3 CMR - Percurso raiano entre cal e mel	Campo Maior	Linear	15,7	Médio	5.45
PR1 CVD - Percurso pela Serra de São Paulo	Castelo de Vide	Circular	9,2	Fácil	3.30
PR2 CVD - Percurso da Torrinha	Castelo de Vide	Circular	12,3	Médio	4.30
PR3 CVD-MRV - Percurso Castelo de Vide - Marvão	Castelo de Vide	Linear	9,6	Médio	3.30
PR4 CVD - Percurso da Barragem da Póvoa	Castelo de Vide	Linear	7,3	Muito fácil	2.45
PR5 CVD - Percurso das fontes na vila	Castelo de Vide	Circular	9	Fácil	3.15
GR41 - Grande Rota de Castelo de Vide	Castelo de Vide	Circular	61	Muito difícil	22.30

Tabela 4: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 1. Fonte: Autora, 2018

Verifica-se que no Alto Alentejo, apenas três concelhos não dispõem de rotas estruturadas, sinalizadas e aptas à visitação do público nacional e estrangeiro.

IDENTIFICAÇÃO - GRUPO 2		DADOS TÉCNICOS SOBRE O PERCURSO			
Designação do percurso	Concelho	Tipo de percurso	Extensão (km)	Grau de dificuldade	Duração aproximada (horas)
PR1 ELV - Percurso da Torre da Bolsa	Elvas	Linear	14,3	Médio	5.15
PR1 MRV - Percurso pedestre de Marvão	Marvão	Circular	7,7	Fácil	2.45
PR2 MRV - Percurso pedestre de Galegos	Marvão	Circular	12	Médio	4.20
PR4 MRV - Percurso do contrabando do café	Marvão	Circular	5,9	Fácil	2.15
PR5 MRV - Caminho dos Olhos de Água	Marvão	Circular	9,75	Muito fácil	3.00
PR1 MFT - Percurso entre ribeiras	Monforte	Circular	4,6	Muito fácil	1.45
GR42 - Grande Rota dos Montes de Monforte	Monforte	Circular	30,5	Muito difícil	11.00
PR1 NIS - Trilho das Jans	Nisa	Circular	11	Médio	4.00
PR2 NIS - Descobrir o Tejo	Nisa	Circular	4,25	Fácil	1.30
PR3 NIS - Olhar sobre a foz	Nisa	Circular	5,75	Fácil	2.00
PR4 NIS - Trilhos do conhal	Nisa	Circular	11,2	Médio	4.00
PR5 NIS - À descoberta de São Miguel	Nisa	Circular	8,5	Médio	3.15
PR6 NIS - Rota dos açudes	Nisa	Circular	10,6	Médio	4.00
PR7 NIS - Entre azenhas	Nisa	Circular	7,5	Fácil	2.30
PR8 NIS - Trilhos do Moinho Branco	Nisa	Circular	12,4	Médio	4.00
GR40 - Caminho Português Interior de Santiago – Etapa de Nisa	Nisa	Linear	35	Muito difícil	12.15

Tabela 5: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 2. Fonte: Autora, 2018.

Com efeito, os concelhos de Sousel, Fronteira e Avis não possuem rotas marcadas, ou rotas com as condições necessárias à segurança e à qualidade que se pretende neste processo. Este facto prende-se com:

- A inexistência do domínio público nos terrenos afetos às rotas, onde a ausência das respetivas autorizações de passagem, para este fim, têm condicionado e inviabilizado a sua concretização;

- A inexistência de áreas protegidas nestes territórios não permitiu a entrada destes municípios no processo de candidatura. Daqui a perda desta oportunidade.

Refira-se também que dos trinta e nove percursos pedonais, apenas um não se encontra homologado pela FCMP - o “Corredor Ecológico de Alegrete”. Tal facto prende-se com a forma como o município de Portalegre executou este processo, não tendo incluído, na altura, todo o trabalho de homologação e licenciamento da rota, na entidade responsável para o efeito.

IDENTIFICAÇÃO - GRUPO 3		DADOS TÉCNICOS SOBRE O PERCURSO			
Designação do percurso	Concelho	Tipo de percurso	Extensão (km)	Grau de dificuldade	Duração aproximada (horas)
PR1 PSR - Percurso da Ribeira de Sor	Ponte de Sor	Circular	11	Fácil	4.00
PR1 PTG - Percurso da Senhora da Lapa	Portalegre	Circular	10	Médio	4.00
PR2 PTG - Percurso pedestre do Reguengo	Portalegre	Circular	10,3	Médio	3.45
PR3 PTG - Percurso pedestre de Alegrete	Portalegre	Circular	10,7	Médio	4.00
PR6 PTG - Percurso do Salão Frio	Portalegre	Circular	9,5	Médio	3.30
PR7 PTG-CVD - Percurso de Carreiras	Portalegre	Circular	9	Médio	3.15
PR8 PTG - Percurso de Vale Lourenço	Portalegre	Circular	18,8	Difícil	7.00
Corredor Ecológico de Alegrete	Portalegre	Linear	1,8	Fácil	1.00
PR1 GAV - Arribas do Tejo	Gavião	Circular	16,2	Difícil	6.00
PR2 GAV - Corredor Ecológico das Ribeiras de Alferreira e Barrocas	Gavião	Circular	18,7	Difícil	7.00
PR3 GAV - No Remanso da Ribeira da Venda - Comenda	Gavião	Circular	16,4	Médio	6.00
PR4 GAV - Rota dos Moinhos da Ribeira da Margem	Gavião	Circular	16,6	Médio	6.30

Tabela 6: Listagem das rotas no Alto Alentejo. Grupo 3. Fonte: Autora, 2018

Atualmente, a rede dispõe de 39 rotas que perfazem um total de 500.35 km; A infraestrutura contém 36 PRs com um total de 373.85 km e 3 GRs com um total de 126.50km, conforme tabela infra.



Tipologia de Rotas	Unidades
Grande Rota	3
Pequena Rota	36
Total	39

Tabela 7:Imagens representativas das tipologias de rotas. Quantificação da REDE AFN. Fonte: Autora, 2018

A vontade política dos executivos que presidem aos municípios da área de intervenção e da concretização dos percursos permitiu que o Alto Alentejo disponibilize, hoje, ao visitante uma infraestrutura que integra um conjunto de equipamentos, de painéis de interpretação da paisagem, de painéis informativos, de observatórios para *birdwatching* e de sinalética direcional.

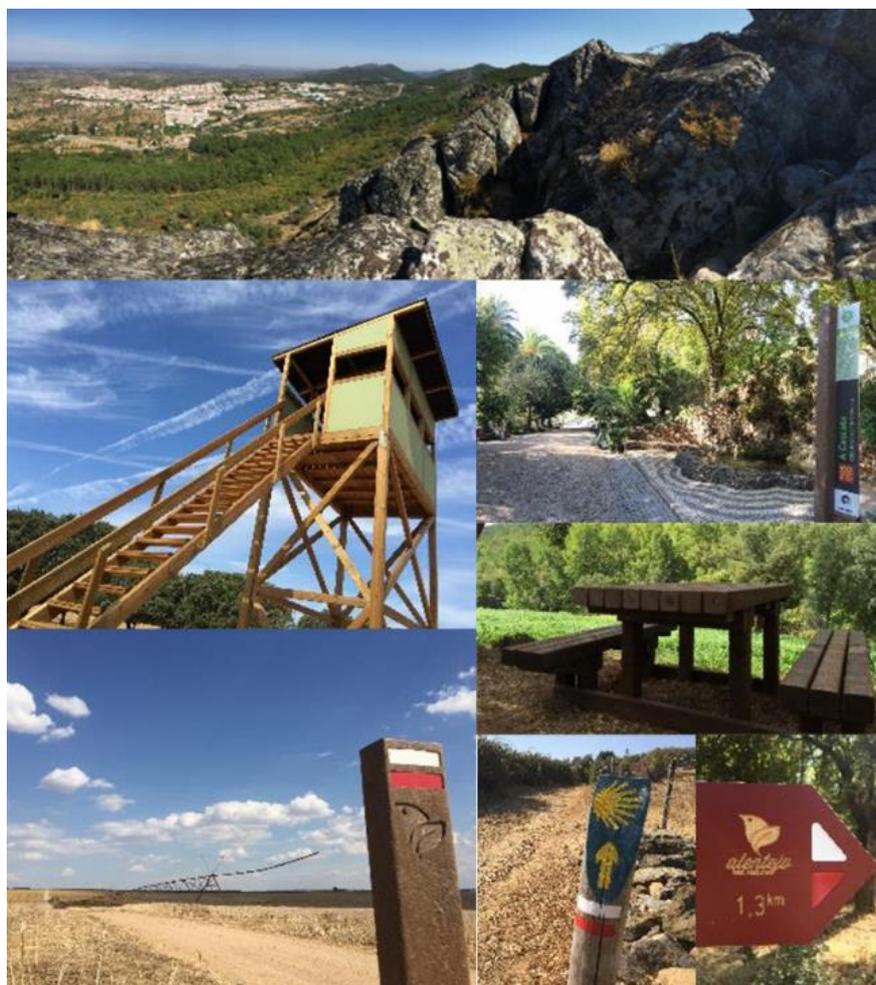


Figura 37: Exemplos de equipamentos, sinalética e mobiliário da REDE AFN. Fonte: autora, 2014.

4. O Percurso na Paisagem – Estudo de Caso

“É nestes caminhos que a arte nos proporciona como que passeios com companhia eleita, e a nossa própria experiência enriquecedora com esta leitura, a passo percorrendo a «paisagem» que se desdobra e se reinventa ante o nosso olhar.”

Rogério Ribeiro

O percurso pedestre, objeto do presente trabalho de projeto, corresponde a uma PR, integrada no concelho de Portalegre, com a identificação: PR6 PTG – Percurso do Salão Frio, que advém do registo nacional de percursos pedestres, emitido pela FCMP.

A sua seleção para o estudo de caso não ocorre instintivamente, mas consciente, ponderada e resultante de várias razões: efetivamente é uma das rotas com maior procura nacional e internacional, quer por estar localizada nas imediações da capital de distrito, quer pela qualidade cénica das suas paisagens, quer pelos seus valores intrínsecos e diversidade de ambientes; por outro lado, sendo a autora natural de Portalegre, esta escolha prende-se também com o reconhecimento da mesma, face ao investimento municipal numa das zonas de maior beleza e diversidade paisagística deste concelho. Assim sendo, este estudo reforçará os motivos que levaram a CIMAA e o município de Portalegre a investirem na requalificação destes caminhos, que ligam o mundo rural à cidade, bem como ao reconhecimento dos valores que lhe estão intrínsecos.

A deambulação pelo mesmo e a observação da sua paisagem revela uma multiplicidade de sinais e de valores passíveis de serem interpretados e reconhecidos que contribuiram para a sua seleção e inclusão na REDE AFN.

Nele a diversidade cultural é tão importante como a diversidade natural. É revelador das histórias dos homens que construíram a sua paisagem e espelha a identidade coletiva da sua população.

Reflete também algum estigma em relação ao mundo rural resultante do abandono de algumas parcelas, outrora importantes quintas de recreio que envolviam a cidade. Hoje, esses espaços correspondem a manchas de mato e

bosque, onde os medronheiros, os castinçais e a esteva proliferam e que levaram ao abandono da floresta, dos pomares e de algumas pastagens de outrora.

O PR6-PTG faz parte do sistema ecológico em construção e multifuncional, sendo uma ponte efetiva entre a cidade e o mundo rural, permitindo aos seus visitantes desfrutarem destes dois mundos, aumentando o interesse e a procura desta paisagem rural por outros utilizadores que não os que nela vivem. Por este motivo, é um percurso inserido numa paisagem, que reflete várias funções: a produção, a conservação e a recreação.

O seu traçado não foi criado. Ele advém de antigos trilhos, azinhagas e calçadas que outrora foram o cordão umbilical do mundo rural à cidade. Este traçado representa a dualidade entre o mundo orgânico e virtuoso com o espaço urbano, criando no seu conjunto o “génio do lugar”, transposto para uma estética singular da paisagem e de poesia na natureza.

Tal como Ribeiro Telles definiu o essencial da Paisagem, e considerando que o percurso é parte integrante da mesma, constata-se que havendo uma condição holística onde “um todo em que cada elemento que a compõem influencia e é influenciado pelos restantes, numa cadeia em permanente movimento, determinada pelo meio e recriada pelo Homem”⁴

Com efeito, sendo parte integrante desta paisagem, sobre o percurso pedestre também ocorrerá o movimento, a dinâmica e a constante transformação, resultante do conjunto de relações que se geram entre as distintas corporeidades que a constituem. Por isso, estará bem patente o vínculo relacional entre *topus* e *locus*, estabelecido não somente com a unidade estrutural ecológica, mas também com a relação que a população estabelece com a natureza. (Carapinha, 2015, p.13)

⁴ RIBEIRO TELLES, Gonçalo (2011). Paisagem Território. AP Arquitetura Paisagista. ISSN 1645-4707. Nº 07 (Junho a Dezembro 2011)

4.1. Unidade de Paisagem

“A paisagem tem inscrita as histórias dos homens.”

Sociedade Exploratória para a Interpretação da Paisagem, 2015

Segundo o PDM de Portalegre, o concelho apresenta as seguintes Unidades de Paisagem: Unidade 1- Serra de S. Mamede; Unidade 2 - Sector Norte do Concelho; Unidade 3 - Plataforma de Portalegre; Unidade 4 – Peneplanície; Unidade 5 - Penha – Fortios.

A rota em causa faz parte da estrutura ecológica municipal e é parte integrante da **Unidade de Paisagem da Serra de S. Mamede**, que apresenta uma orientação dominante noroeste-sudeste, declives acentuados e altitudes entre 500 e 1000m. Destaca-se também pela vegetação muito diversificada, resultante da conjugação de um clima de características mediterrânicas com o clima montanhoso. Nesta unidade, o percurso atravessa espaços onde a ocupação humana é reduzida e bem enquadrada na paisagem. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)



Figura 38: Conjunto representativo de fotos da Unidade de Paisagem de São Mamede. Fonte: Autora. 2015

4.2. Componentes Biofísicas

“A Paisagem é uma materialidade, feita de outras múltiplas materialidades, que sobre uma estrutura genesíaca definida por componentes morfológicas, matriciais, como são o relevo-solo, a vegetação, e a água, se constrói.”

Aurora Carapinha

- **Clima**

Como já foi referido no capítulo 2.2.1., o clima é mediterrâneo temperado, moderado, seco e moderadamente chuvoso. Para o caso concreto da rota em estudo e da zona onde se insere, foram considerados os dados da estação climatológica de Portalegre, situada a 39°17'N - 7°25'W, a uma altitude de 597m.

Com efeito existe uma diversidade climática local proveniente das características morfológicas da serra de São Mamede, registando-se nesta unidade de paisagem um aumento da precipitação e uma diminuição da temperatura, bem como das amplitudes térmicas anuais, dando a esta faixa uma ambiência de carácter pré-atlântico. Este facto deve-se à existência do maciço rochoso da serra de São Mamede, que obriga à ascensão das massas de ar húmido que se tornam instáveis, dando origem à queda de precipitação.

Neste sentido, as características climáticas desta unidade de paisagem determinam fortemente os usos do solo que se observam na paisagem influenciando, não só os processos biológicos, como toda a atividade humana. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Geologia**

Tendo subjacente a informação do capítulo 2.2.2., a rota, à semelhança do concelho de Portalegre, encontra-se inserida na unidade morfoestrutural do Maciço Antigo, apresentando uma grande diversidade litológica, com

idades compreendidas entre a atualidade e o pré-câmbrico superior. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Geomorfologia**

Em termos geomorfológicos, a rota encontra-se inserida na unidade Superfície de Aplanamento do Alto Alentejo, no prolongamento da Meseta Sul Ibérica e inserida no grande conjunto morfológico da Serra de São Mamede. Com efeito, esta corresponde à massa de relevo mais elevada do Sul de Portugal e atinge o seu ponto mais elevado (1027 m) no vértice geodésico de São Mamede, localizado junto à fronteira com o concelho de Marvão. As litologias que constituem a serra correspondem sobretudo a granitos, quartzitos, xistos (intercalados com arenitos e calcários dolomíticos), grauvaques e xistos por vezes ampelitosos com quartzitos e arenitos intercalados. A rota, perfeitamente integrada na Serra de S. Mamede, corresponde naturalmente a uma área “natural” com funções ecológicas, com interesse para a conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. Por esta razão é uma área altamente condicionada, não apenas em termos legais pela classificação como Parque Natural, mas também devido à sua elevação, à acentuação dos declives e densidade da rede hidrográfica. Em termos de talvegues, não se registam linhas de água permanentes e/ou sazonais, constatando-se apenas linhas de drenagem natural para o escoamento da água, encaixadas nas encostas adjacentes. Os usos preferíveis nesta área são de turismo, o que vai ao encontro da Rota PR6-PTG, associada a um turismo em natureza, sustentável e para nichos de mercado. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Solo**

Tendo em consideração as condicionantes conferidas pelo clima, o relevo e a geologia, os solos de Portalegre são de um modo geral pobres, predominando as aptidões de solo para o uso florestal, maioritariamente presente no concelho. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

4.3. Componentes Ecológicas

A promoção efetiva do desenvolvimento e turismo sustentável passa por tornar compatíveis o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção do ambiente. Neste âmbito, considera-se pertinente identificar os recursos e os valores naturais a preservar ao longo da unidade de paisagem e, conseqüentemente, da rota, por forma assegurar a sua continuidade, a estabilidade das suas funções ecológicas e, em simultâneo, sensibilizar e extrapolar esta informação para os utilizadores do percurso.

Tal como é explícito no ponto 3 do Anexo 1, referente ao “Enquadramento Ecológico”, não existe a pretensão de abordar no presente trabalho de projeto todos os fatores ecológicos, pelo que será apresentada apenas uma breve caracterização da sua flora, fauna, estrutura ecológica e inserção nas Redes Internacionais de Conservação, por forma a justificar a definição do traçado da rota e os diversos elementos polarizadores “naturais e culturais”.

Referir também que embora a flora e a fauna sejam elementos biofísicos da paisagem, entende a autora integrar estes elementos neste ponto do trabalho de projeto, por uma questão de coerência com o considerado na Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Portalegre.

- **Flora**

As variações microclimáticas da Serra de São Mamede, ao nível da luminosidade, da temperatura e da humidade, associadas a uma intervenção humana de vários séculos, explicam um elenco florístico muito rico em espécies e uma vegetação com formações vegetais muito diversas. Com efeito, esta unidade de paisagem e as zonas adjacentes englobam cerca de 800 espécies espontâneas e subespontâneas de flora, das quais, cerca de 70% são mediterrâneas, pluriregionais de ampla área de distribuição e cosmopolitas. Cerca de 30% são taxa europeus, ibéricos, atlânticos e sub-atlânticos, o que evidencia a existência de influências oceânicas, devido à inexistência de barreiras orográficas. (Disponível em: www.icn.pt/areas_protegidas/s_mamede/flora.htm)

Do ponto de vista bioclimático predominam as comunidades características dos andares mesomediterrânico inferior e superior das séries do sobreiro (*Quercus suber*) e do carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). A azinheira (*Quercus rotundifolia*), dominante nas zonas de baixa altitude da envolvente da serra, só existe em situações edafoixerófitas sobre solos pedregosos e secos (Disponível em: www.icn.pt/areas_protegidas/s_mamede/flora.htm)

Segundo Antunes (1996) a série mesomediterrânea do carvalho-negral, de marcada

influência mediterrânea, ocorre devido a influências climáticas proporcionadas pela altitude. Neste maciço montanhoso, rodeado de terrenos aplanados, a série *Arbuto unedonis* – *Querceto pyrenaicae sigmetum* contacta com as séries mesomediterrâneas do sobreiro e da azinheira. Com efeito, a deambulação pelo percurso, permite a descoberta destes grandes valores botânicos. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Inserção em Redes Internacionais de Conservação**

A Serra de São Mamede, onde se inclui o percurso pedestre, está inserida na Lista Nacional de Sítios (1ª Fase) ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE), transposta para o direito interno pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. (Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Fauna**

A diversidade das condições ecológicas aponta para a presença de numerosas comunidades animais nesta unidade de paisagem, conferindo-lhe características de uma das zonas mais ricas em avifauna a sul do Tejo, tanto pelo elevado número de espécies existentes, como pela grande população e/ou raridade de outras.

Podem ser observadas aves raras, como a águia de Bonelli, gaviões, águias-cobreiras, peneireiros-cinzentos, milhafres e tartaranhões, bufo-real e coruja-do-mato. (disponível em: www.clube-bio-geo-serra-s-mamede.rcts.pt/fauna.htm e Câmara Municipal de Portalegre, 2006)

- **Estrutura Ecológica**

A unidade de paisagem da Serra de São Mamede faz parte da Estrutura Ecológica Municipal, cujo objetivo é o de garantir o *continuum naturale* das múltiplas funções associadas à proteção dos recursos, à definição de uma rede de recreio, à estabilização ecológica e à requalificação da paisagem natural e agrícola, conforme a figura infra.

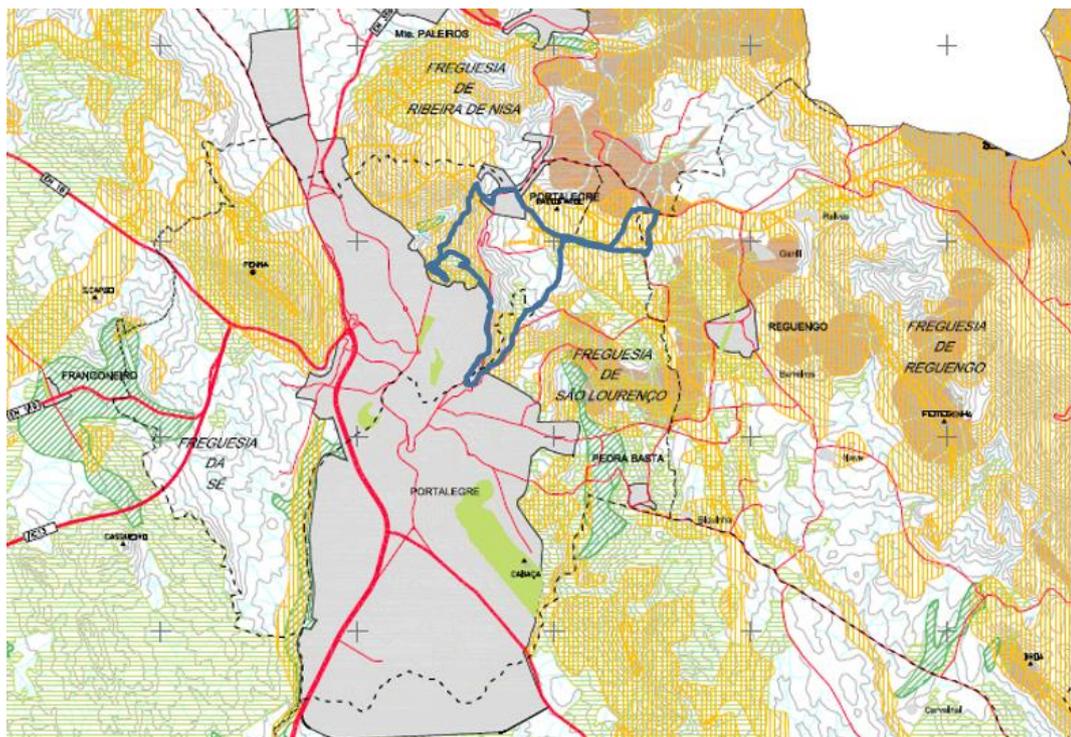


Figura 39: Integração da rota no perímetro urbano da cidade de Portalegre. Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: PDM de Portalegre, sem escala.

Neste sentido, a unidade de paisagem correspondente à serra de São Mamede é constituída por áreas destinadas à conservação da natureza e valorização dos recursos e à preservação da biodiversidade, redes de

equipamentos de tempos livres, bem como a atividades agrícolas com funções ecológicas.

Com efeito, a rota integrada nesta unidade de paisagem integra parte do perímetro urbano da cidade como evidencia a figura infra e abrange zonas de Reserva Ecológica Nacional, montado de sobro, áreas de proteção do PNSSM, matas, bosques e manchas de vegetação com interesse paisagístico e ecológico.

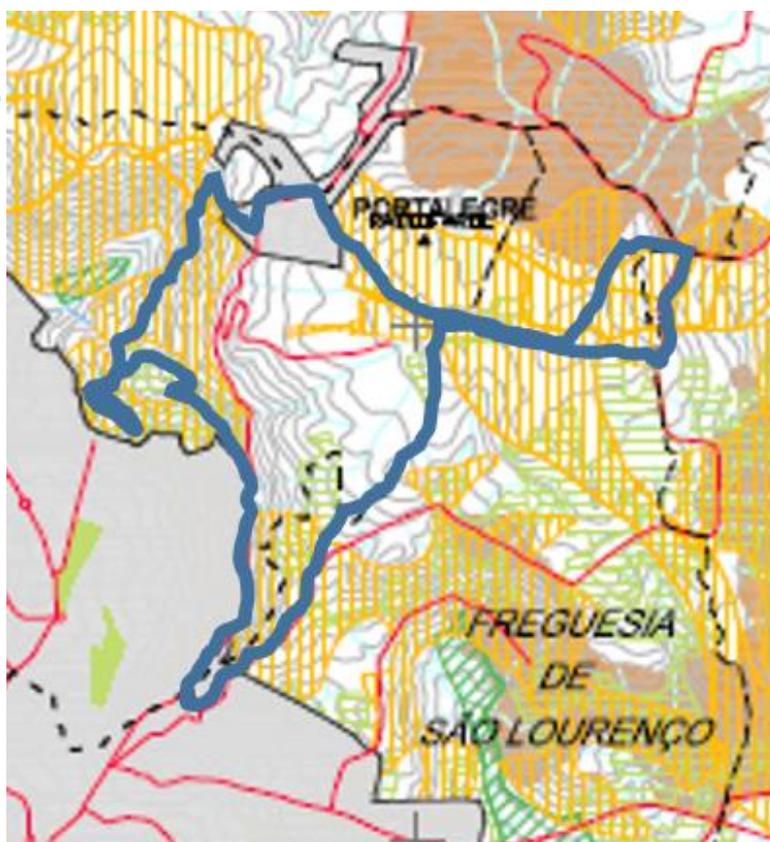


Figura 40: Enquadramento do percurso na Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: PDM de Portalegre, sem escala.

4.4. Componentes Poéticas

“A Paisagem não pode ser mais entendida, só, como aquilo que se contempla, mas sim como produto da relação entre sujeito – espaço que enraíza na diversidade das relações, em perpétuo movimento e em constante evolução, dos fatores bióticos e abióticos, nas distintas e várias funcionalidades, e nas diferentes figurações e significados, inerentes à unidade estrutural ecológica, ao *topus*.”

Aurora Carapinha

À semelhança da paisagem, também no percurso do Salão Frio surge “a linha onde estas duas realidades, *topus* e *locus* se encontram e influenciam mutuamente... Topus e locus fundem-se, são uma e a mesma coisa.” (Carapinha, 2015). O percurso e os seus elementos revelam manifestações da existência humana e social, resultantes das formas de representação do espaço, da matéria e do tempo, proveniente da relação entre o Homem e o sistema natural, ao longo de um intervalo de tempo. Esta atuação com o sítio e com a matéria definem as suas espacialidades. Aqui, o espaço, a matéria e o tempo estão realmente presentes, combinando-se e estruturam-se entre eles de forma incerta e múltipla. Contudo, é sobretudo pelas vivências adquiridas ao longo do tempo que esta rota se revela na sua dimensão plena, evidenciando uma grande diversidade cultural e natural, onde se fundem os valores do espaço com a ambiência. Para Nuno Mendonça (1989), a paisagem é uma unidade variada sem princípio nem fim, onde existe a perceção do espaço, do tempo e do movimento. Esta unidade de paisagem, e o percurso em causa, são uma realidade na qual o Homem está, e não um objeto para o qual olha.

A deambulação pelo espaço permite ao visitante descobrir um conjunto de pontos de interesse conforme imagens infra, correspondentes a espaços culturais e recreativos (1- Fonte dos Amores; 2- Miradouro; 3- Piscina da Quinta da Saúde; 4- Boletim meteorológico; 5- Convento de Santo António; 6- Torre do Atalaião; 7- Igreja de São Cristóvão; 8- Fonte da Amaia).



Figura 41: Fotografias representativas dos espaços culturais e recreativos. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Tratamento da imagem a partir de Clip2ComiC. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Possibilita também a fusão do pedestrianista com as zonas fechadas e de sombra, ou com as zonas abertas, enriquecidas pelas amplas vistas cénicas para a paisagem, conforme a imagem infra.

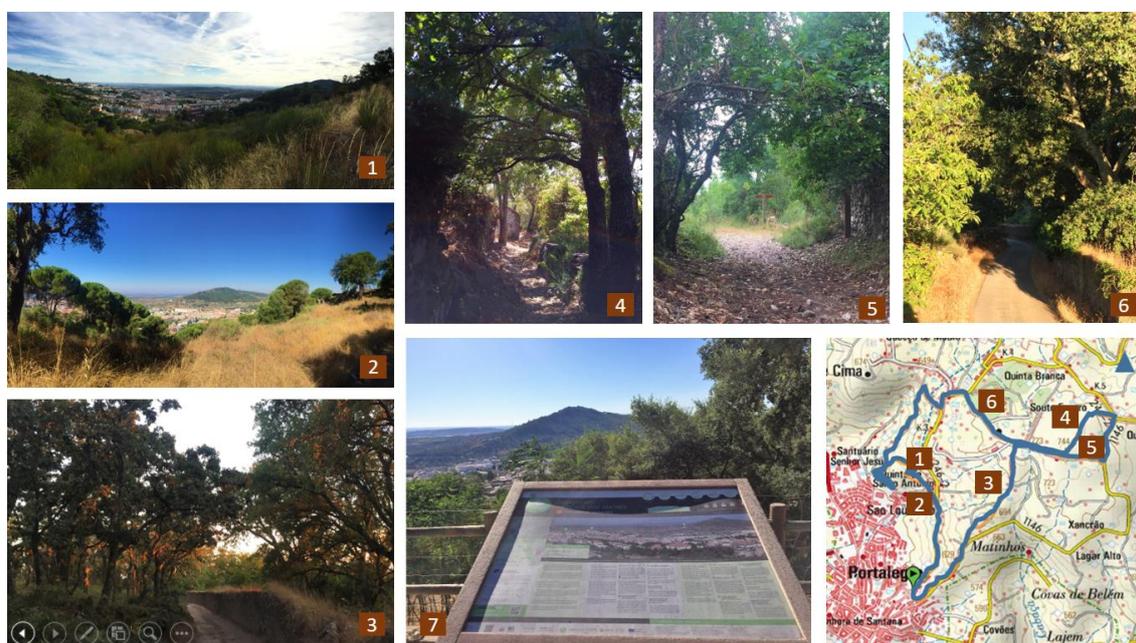


Figura 42: Fotografias representativas das zonas contidas ou amplas da paisagem. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Esta dicotomia entre aberto e fechado, claro e escuro, oferece ao visitante sensações únicas, de frescura, de calor, de arejamento ou de contenção.

O espaço canal da rota apresenta situações variáveis e resultantes da intervenção humana. Os seus limites físicos (conforme imagem infra) surgem em talude, com espécies características da flora local, em passeios dentro do espaço urbano, em muros com uma arquitetura de pedra verdadeiramente extraordinária, em muretes de betão, que em nada dignificam a paisagem, e em vedações ora de madeira, ora metálicas.



Figura 43: Fotografias representativas dos limites físicos do trilho. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

O seu pisar, permite o contacto com a terra, com a calçada antiga que fazia o diálogo entre o espaço rural e a cidade de outrora, com a calçada contemporânea de cubo de granito da região e com o asfalto proveniente da rede viária com baixo fluxo de circulação automóvel. (ver figura infra)



Figura 44: Fotografias representativas do pavimento do trilho. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

O PR6-PTG oferece ambiências únicas e distintas. Concede jogos de luz e sombra, enriquecidos quer pelas estações do ano, quer pelas horas do dia (figura abaixo).

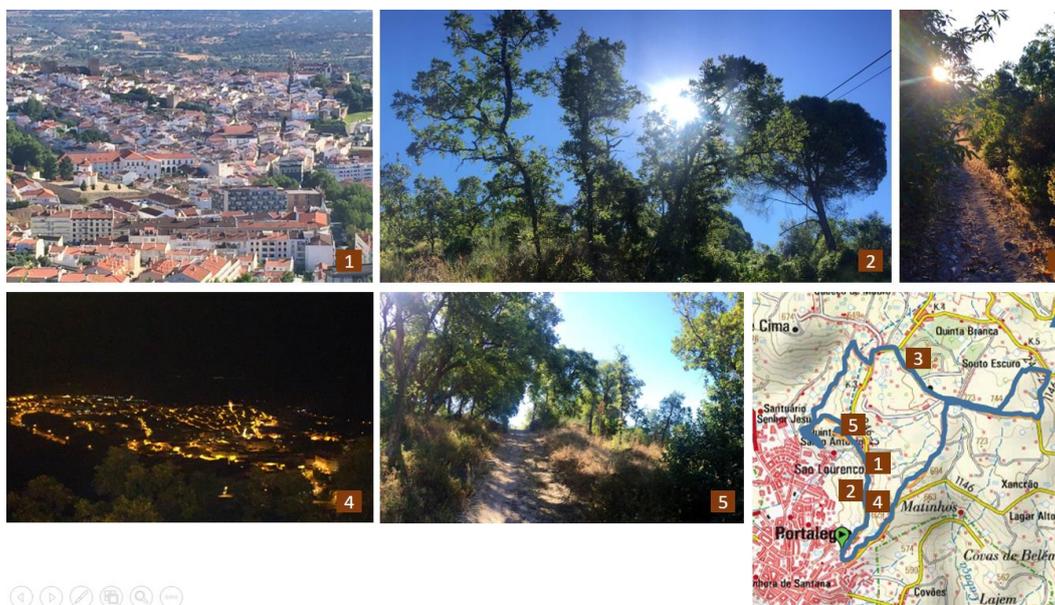


Figura 45: Fotografias representativas dos jogos de luz. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

O pôr-do-sol para a cidade, para a peneplanície e os raios que entram nos bosquetes e nas matas de castinçais são únicos, singulares e dignos de uma poesia. A frescura e as sombras que os carvalhos, os sobreiros e os castanheiros oferecem apenas são superados pelas águas das antigas fontes que ainda são possíveis de encontrar ao longo do percurso.

Quem percorre a rota descobre as cores na paisagem, como nos seus elementos mais singelos. Esta cor, (figura baixo) variável ao longo do ano, faz descobrir os tons terra ou verdejantes das folhagens e dos horizontes. As flores silvestres pontuam estrategicamente e polarizam a vista do observador. O casario branco e imaculado da cidade, que como escrevia José Régio, na Toada de Portalegre:

*“Toda aberta ao sol que abrasa,
Ao frio que tolhe, gela,
E ao vento que anda, desanda,
E sarabanda, e ciranda*

*De redor da minha casa,
Em Portalegre, cidade
Do Alto Alentejo, cercada
De serras, ventos, penhascos, oliveiras e sobreiros.”*

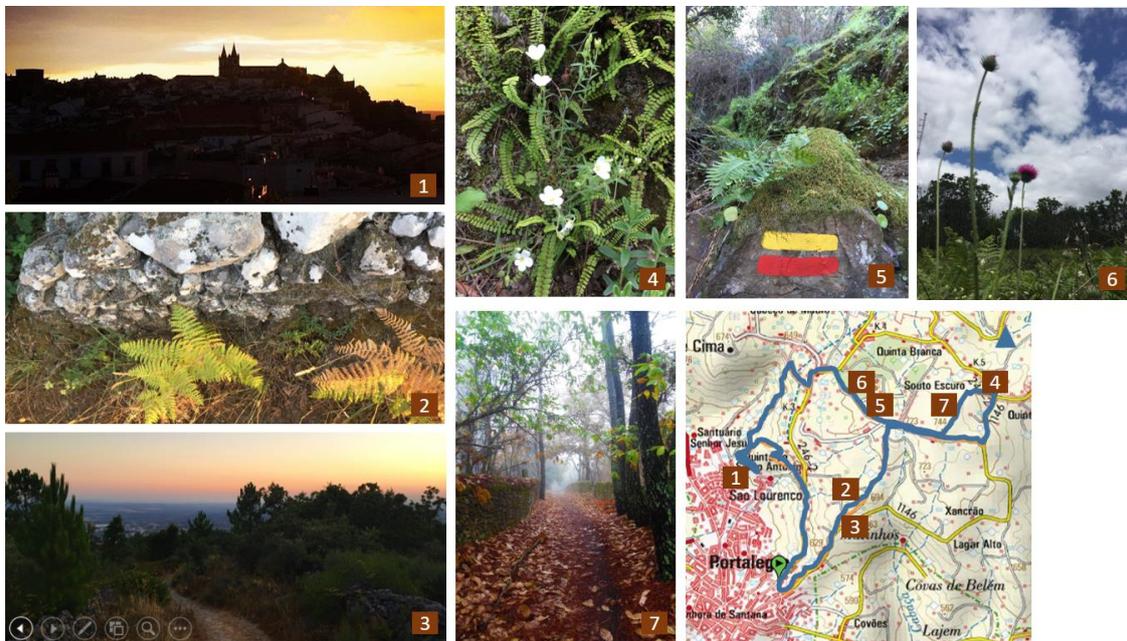


Figura 46: Fotografias representativas dos jogos de cor. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Às sombras e à luz, fixam-se as texturas (figura infra), dos troncos das árvores, da caruma do pinheiro, dos ouriços dos castanheiros, das herbáceas e dos musgos, dos portões antigos das antigas propriedades, das sementes que polvilham o espaço, da folhagem outonal dos carvalhos e das pedras que habilmente fazem parte do puzzle da arquitetura dos muros seculares que ladeiam o percurso.

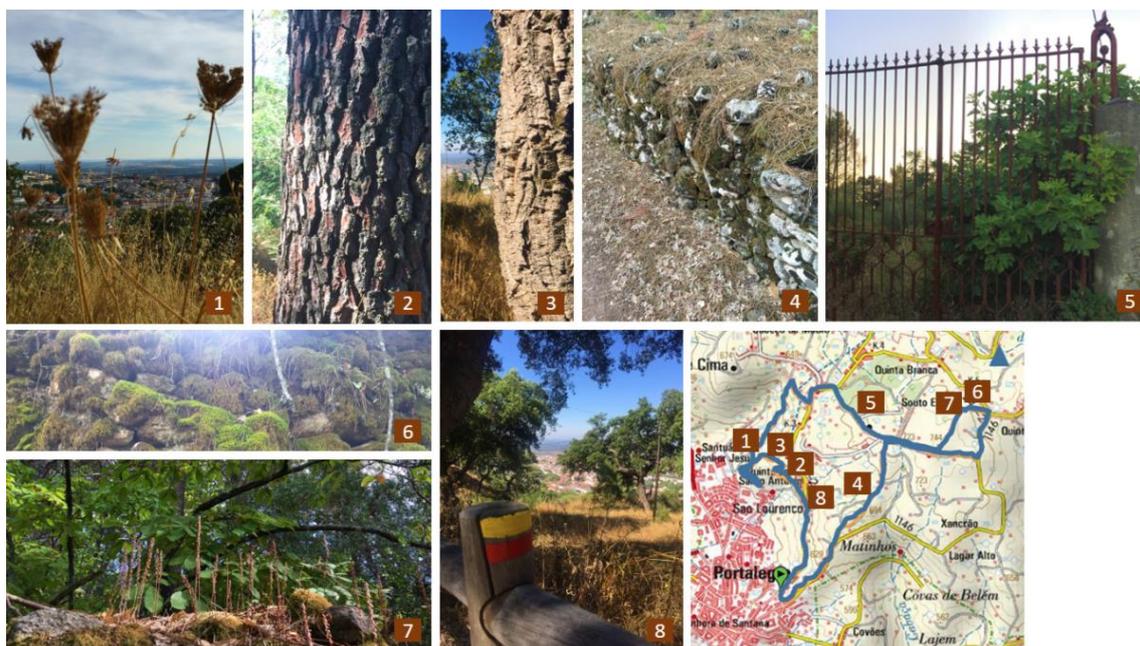


Figura 47: Fotografias representativas texturas. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

A deambulação no percurso permite-nos enriquecer espiritualmente com os sons da natureza, seja pelo chilrear dos pássaros, seja pelo vento que passa por entre as folhagens, seja pelo rachar da madeira dos bosques, seja pelo ruído de uma alfaia que persiste em cuidar dos campos agrícolas ou ainda pelos sonidos da cidade. (figura abaixo)



Figura 48: Fotografias representativas dos sons. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Os aromas da terra seca ou molhada, das folhagens do arvoredo, dos orégãos, dos loureiros que encontramos, da giesta, da esteva ou da bolbosa, que de uma forma presunçosa poetizam a rota e a paisagem. (figura abaixo)



Figura 49: Fotografias representativas dos aromas. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Por fim, a utilização do percurso faz-nos também descobrir os pomares e as hortas, o deleite do sabor das amoras, da doçura da bolota, das uvas, dos

figos, da castanha e da noz, da acidez das cerejas e das ginjas que pontuam com as suas árvores as margens deste espaço canal.

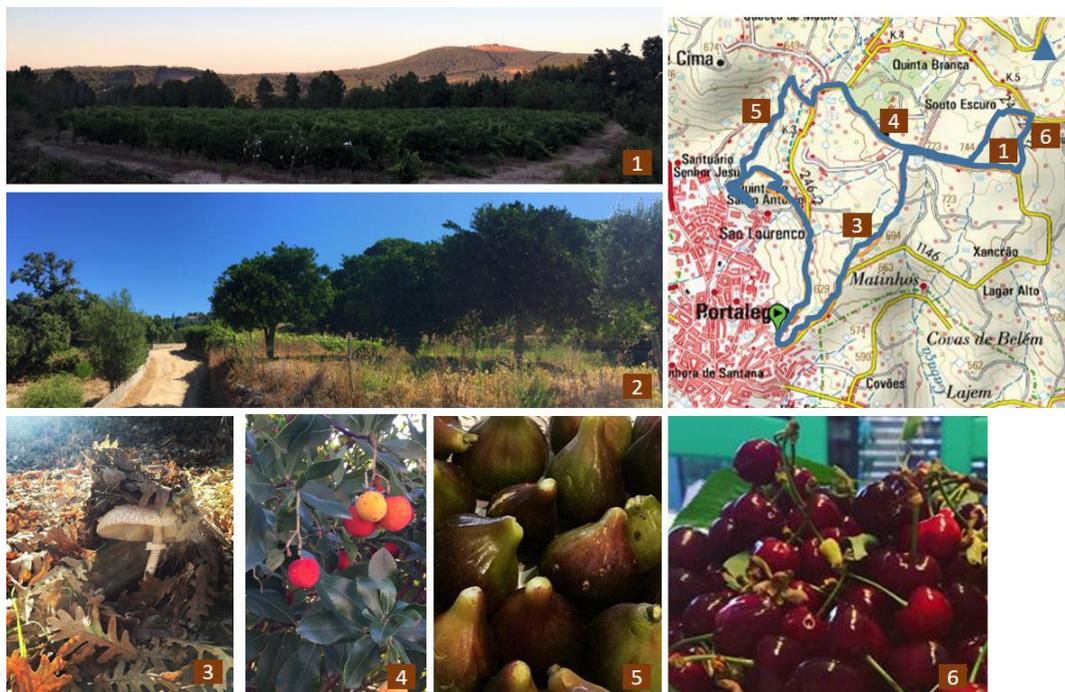


Figura 50: Fotografias representativas dos sabores. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

Topus e *locus* fundem-se respeitosamente, com uma temporalidade e materialidade viva, dinâmica e sistémica do percurso na paisagem. (imagem infra)



Figura 51: Fotografias do trilho e da sua envolvente. Fonte das fotografias: Autora. 2018. Localização dos registos fotográficos com aplicação do Wikiloc pela Autora. (2018). Sem escala.

4.5. A descrição do Percurso na Paisagem

A análise até aqui efetuada referente às componentes biofísicas, ecológicas e poéticas da unidade de paisagem relacionou e articulou a informação cultural com a biológica, fisiográfica e geológica, para entender o *genius* do lugar.

Toda a informação obtida permitiu concluir que o traçado do percurso em causa orientaria a ambição da sua concretização e a sua integração no sistema da paisagem. Claro está que o projeto da infraestrutura da rota relaciona-se com a incerteza do próprio sistema da paisagem, pois existem dinâmicas que nunca o Homem há-de dominar (as alterações climáticas, a formação do solo ou o ciclo da água) e que estão dependentes da longevidade das dinâmicas naturais sem as subjugar ao nosso tempo efémero.

Com efeito, o PR6-PTG é situado no PNSSM, pelo que integra a RNAP e o SNAC. Está integrado numa paisagem conservada, extremamente diversificada e que reflete o posicionamento do Homem na respetiva unidade de paisagem, onde está bem presente a cultura do povo que a humanizou.

Neste sentido, a obra efetuada pretendeu respeitar as dinâmicas naturais da paisagem tirando partido da sua resiliência, da sua capacidade de adaptação e dos equilíbrios biofísicos que nos aliviam o esforço necessário à sua manutenção e à gestão da paisagem. (Sociedade Exploratória para a Interpretação da Paisagem, 2015)

O percurso leva-nos pela envolvente de Portalegre, ao longo dos seus pontos mais altos, a nordeste, ora com panorâmicas para a cidade, de onde conseguimos identificar alguns dos seus edifícios mais emblemáticos, ora por antigas azinhagas muradas e estreitas calçadas que ladeiam as inúmeras propriedades. (Figura abaixo)



Figura 52: Vista ampla do percurso para a cidade. Fonte: Autora, 2018

É um percurso muito verde, com inúmeros núcleos de carvalho-negral, castanheiro, sobreiro e pinheiro que, no seu conjunto, albergam outras riquezas da flora e da fauna. A abundância de musgos e líquenes a revestir os muros (figura infra) e os troncos das árvores proporciona ao visitante a frescura do local, mas também representa a elevada qualidade do ar e ambiental.



Figura 53: Enquadramento da pintura de PR, (amarelo e vermelho), no muro de pedra existente. Fonte: autora. 2017.

Trata-se de uma rota circular, com 9.5 km de distância na qual, em média, o pedestrianista percorre a sua totalidade em 3.30h. Apresenta um desnível acumulado de 345m, o que lhe confere um certo grau de dificuldade; tem por altitude máxima e mínima: 739m e 524m, respetivamente.

A figura abaixo evidencia a configuração do traçado, o seu enquadramento na cidade e/ou na região, bem como indica ao visitante outros pontos úteis que auxiliam a sua estadia, tais como a localização de multibanco, a existência de minimercado, alojamentos, restauração, miradouros, farmácias e postos de informação ou de turismo.

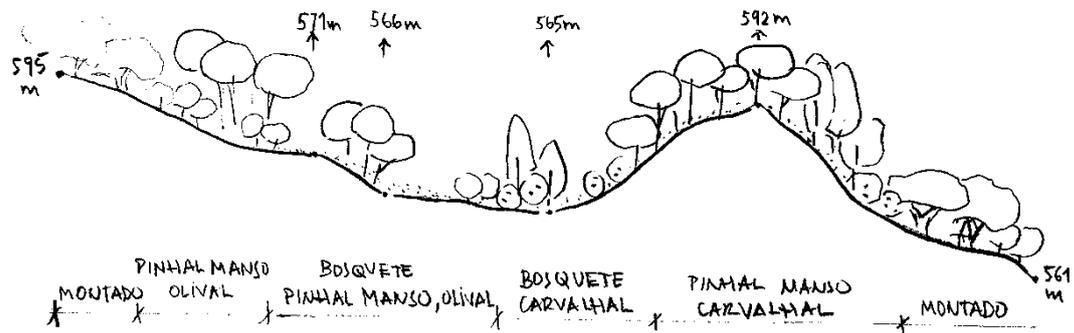


> Pontos de Interesse

- 1 Quinta de Santo António
- 2 Boi de Água / Belo Horizonte
- 3 Salão Frio / Quinta da Saúde
- 4 Três Lagares / Charais
- 5 Paraíso / Matinhos
- 6 Estação Meteorológica
- 7 Torre do Atalaião
- MI Mesa Interpretativa

Figura 54: Percurso do Salão Frio. Fonte: Guia da REDE AFN, CIMAA. 2015

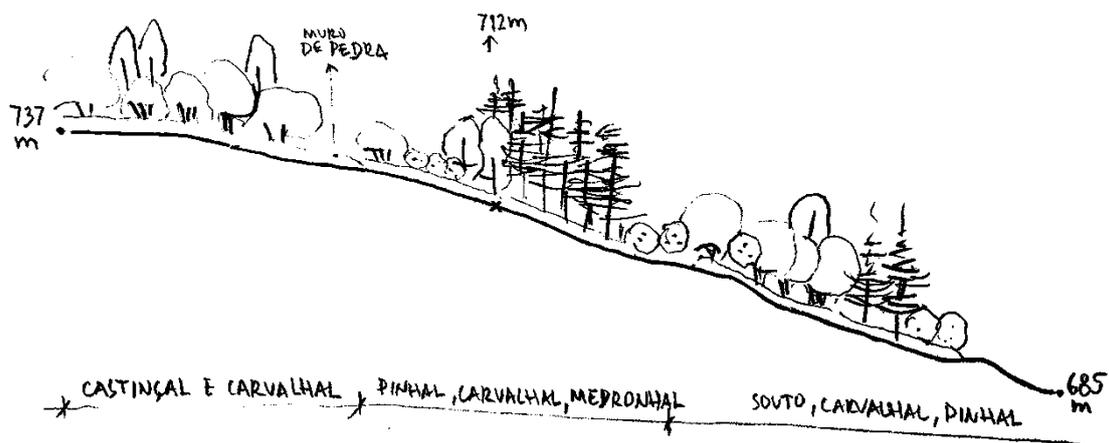
Apresentam-se de seguida três perfis esquemáticos do percurso, evidenciando a tipologia da vegetação.



ENCOSTA NE PARA A CIDADE



AZINHAGA DOS CHARAIS



TRÊS LAGARES

Figura 55: Perfis Esquemáticos do percurso na paisagem. No topo, representando o perfil da encosta NE para a cidade; no meio, representando o perfil na azinhaga dos Charais; em baixo, representando a azinhaga para o sítio dos Três Lagares. Fonte: Autora, 2018

Para facilitar a localização dos perfis, apresenta-se uma carta com os respetivos troços representados.

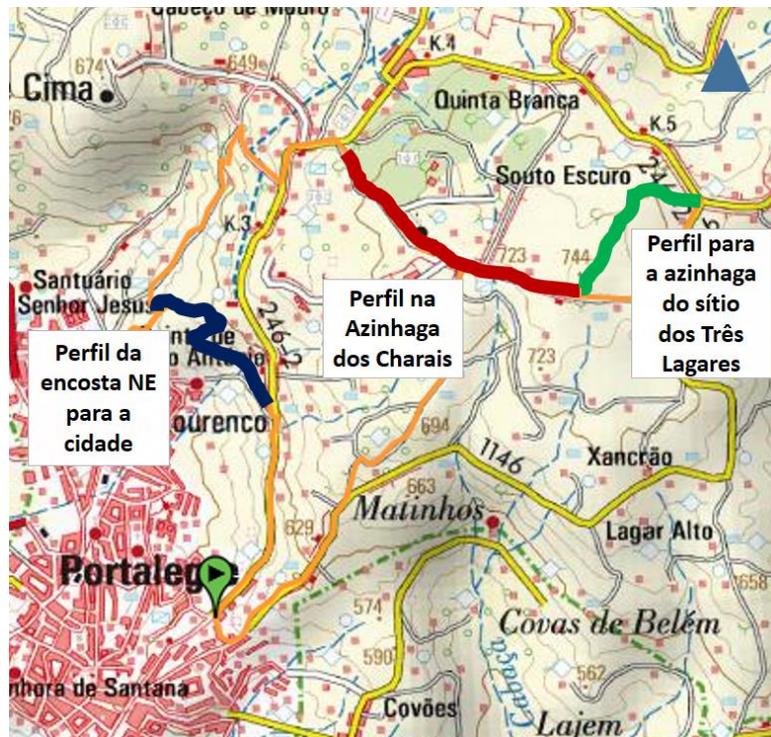


Figura 56: Localização dos perfis. Fonte: Aplicação do Wikiloc pela Autora. 2018

Sob o ponto de vista do pedestrianismo, o percurso apresenta as seguintes características técnicas, conforme a figura infra e o anexo 4.

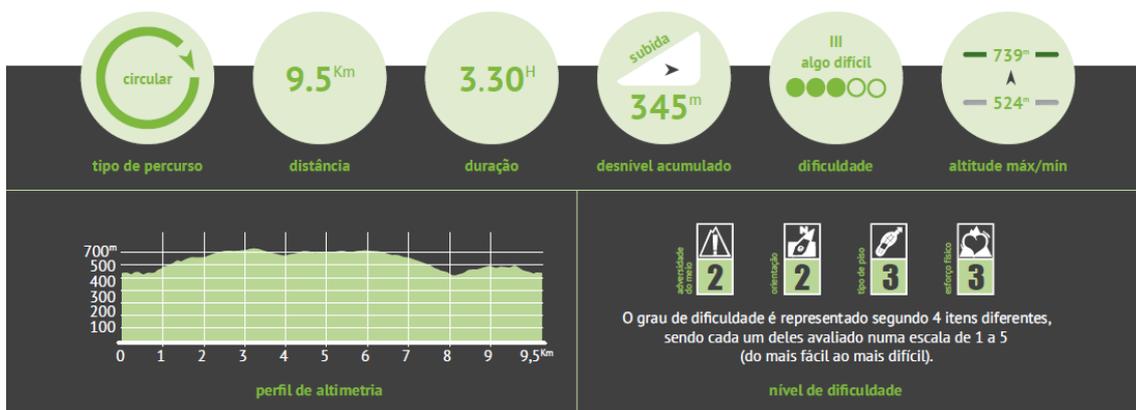


Figura 57: Características técnicas do Percurso do Salão Frio. Fonte: Guia da REDE AFN, CIMAA. 2015

4.6. O Visitante no Percurso e na Paisagem

Tratando-se de um percurso circular opta-se por fazer a descrição do mesmo, sempre na orientação Norte.

O percurso tem início dentro do perímetro urbano da cidade de Portalegre, especificamente nas imediações do antigo convento de Santo António, hoje um edifício fechado e em elevado estado de degradação. Contudo, daqui observam-se, de imediato, grandes vistas para a cidade, assim como resquícios de quintas, pontuadas com pomares. A ascensão à serra de Portalegre ocorre em trilho, muito verde, em larguras pouco amplas, ladeado por muros antigos, em pedra da região que proporciona ao visitante sentir o piso da terra, o toque da vegetação e os aromas das hortas e dos pomares. Neste trajeto consegue-se encontrar distintas quintas, entre as quais a Quinta do Belo Horizonte, localizada na zona de Boi de Água.



Figura 58: Vistas panorâmicas para a cidade de Portalegre, durante a subida da serra. Fonte: Autora, 2016.

A partir deste ponto o visitante encontrará a EN246-2, local onde as inclinações são suaves e que fazem descobrir uma das zonas mais emblemáticas da envolvente da cidade, vulgarmente designada por “Salão Frio”. Esta designação prende-se com o facto de em tempos passados, a população da

cidade subir a serra até esta zona, na procura de condições amenas de temperatura e de sombra. Trata-se, pois, de uma zona aprazível, extremamente fresca, mesmo nas alturas de maior calor. Aqui pode ser visitada a piscina pública integrada na Quinta da Saúde, local donde se desfruta uma vista magnífica para a cidade, para a serra da Penha e para a peneplanície.



Figura 59: Espaços representativos da zona do Salão Frio: Quinta da Saúde (em cima) e a Piscina pública da Quinta da Saúde (em baixo). Fonte: Autora, 2017

A rota é feita na estrada referida, em cerca de 200 metros, num pavimento betuminoso: no final deste revestimento descobre-se a azinhaga dos Charais, ladeada por vegetação mediterrânea, onde se evidenciam os castinçais, os medronheiros, os carvalhos e pinheiros.



Figura 60: Acesso betuminoso à azinhaga dos Charais. Exemplos de representação das marcas e pinturas. Fonte: Autora. 2016

Esta grande e extraordinária alameda verde permite ao visitante escolher, em determinado ponto, a hipótese de efetuar uma rota com maior distância, seguindo até à zona dos Três Lagares e inverter a rota até ao cruzamento dos Charais (conforme figura infra), ou proceder à descida, em terra batida, e calçada antiga, até à envolvente da cidade.



Figura 61: Azinhaga dos Charais, evidenciando uma atividade de animação turística. Fonte: Autora, 2016

Nesta última opção, o visitante encontrará um trilho, ora em terra batida, ora em calçada, assim como poderá observar sobreiros, carvalhos, castinçais e pinheiros, ouvir o som das aves, bem como de outros animais.

Esta descida passará pelos sítios toponimicamente designados por Paraíso e Matinho, que correspondem a prédios rurais adjacentes à rota. A deambulação pelo percurso permite também a passagem pela estação meteorológica, esta localizada à beira da cidade. Um pouco mais abaixo observamos as ruínas de uma antiga estrutura militar, designada de Torre do Atalaião (séc. XIII – XVII/XVIII), que deu o nome ao bairro das imediações.

Numa distância de aproximadamente 200.00m, o visitante poderá descobrir o bairro, as suas vivências e interagir com as suas gentes. O bairro foi na sua génese uma zona dormitório dos operários da antiga fábrica Robinson. Localizando-se na zona alta da cidade oferece vistas privilegiadas tanto para a cidade antiga e tradicional, como para o espaço rural. Hoje é uma zona consolidada, perfeitamente integrada na malha urbana, com uma população diversificada nas suas faixas etárias e que tem no seu coração, o Centro dos Trabalhadores do Atalaião, alguns equipamentos infantis, desportivos e recreativos que são o mote para a interação entre as pessoas do bairro e outros cidadãos que procuram estes espaços públicos.



Figura 62: Vista para a cidade da EN246-2. Fonte: CIMAA, 2017

A continuidade do percurso far-se-á em passeio, adjacente à EN246-2, no qual podem efetuar-se paragens para descanso, ou para contemplação, quer na fonte dos Amores, quer no largo do Miradouro. O regresso a esta estrada é compensado pelas panorâmicas para a cidade, que findam com o retorno à azinhaga que assegura a ligação com o ponto de início da rota.

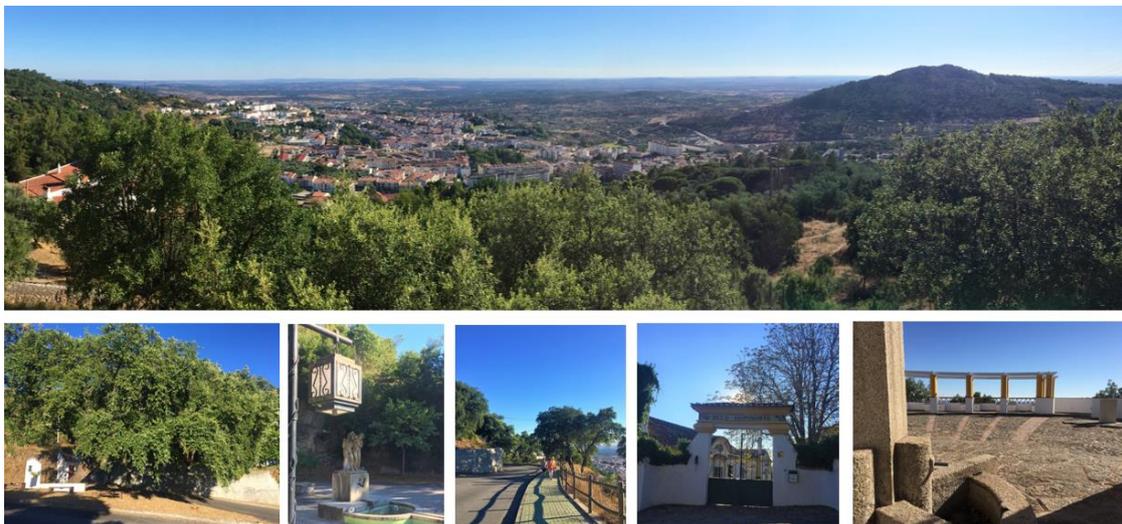


Figura 63: Vista para a cidade da EN246-2 e respetivos elementos polarizadores. Em baixo da esquerda para a direita: Oratório na “curva da morte”, Fonte dos Amores, Passeio, entrada da quinta do Belo horizonte e Miradouro da serra. Fonte: Autora. 2017, 2018.

Para melhor compreender a relação entre o visitante, o percurso, a vegetação e a paisagem, apresentam-se de seguida cortes em três situações distintas: a primeira, sem muros de contenção, mas envolvido parcialmente por vegetação; a segunda, com vegetação adjacente aos muros altos de contenção e a terceira, com uma alameda de vegetação, delimitada por muros de média altura para contenção.

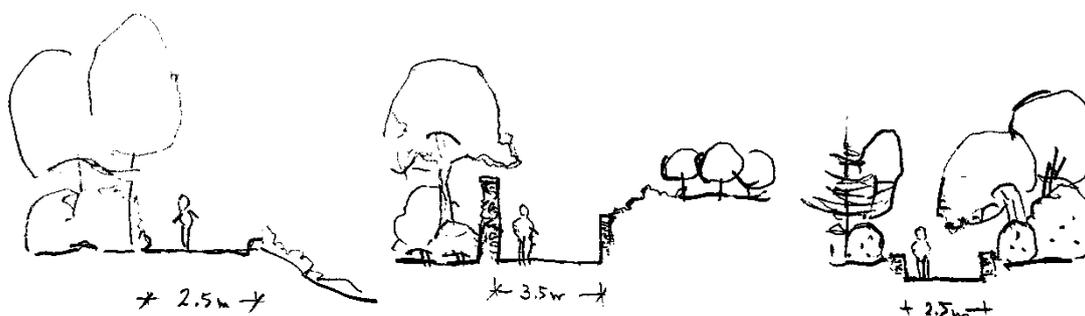


Figura 64: Perfis representativos da relação: visitante-percurso-paisagem. Fonte: Autora, 2018.

Com efeito, o PR6-PTG é um percurso diferenciador pelas ambiências que proporciona ao utilizador, quer numa ótica da população local, como suporte a atividades físicas e recreativas, quer na utilização por turistas, estes oriundos das várias partes do mundo, em busca da descoberta e do gosto de andar a pé.

É um percurso vivo, contemplativo, sensorial que assume o diálogo perfeito entre o espaço rural e o espaço urbano. É, pois, um cordão umbilical entre a natureza, a cidade e a sua população.

4.7. A homologação e os equipamentos da rota

Visando a aplicação dos princípios gerais da marcação dos percursos pedestres adotados na Declaração de *Bachyně*, aprovada na Assembleia Geral da ERA, realizada em Brilon, Alemanha, no dia 9 de outubro de 2004, compete à FCMP a sua implantação e homologação, nos termos expressos no seu Regulamento.

“Um percurso pedestre marcado no terreno poderá equiparar-se a uma instalação desportiva e isso implica a responsabilidade de quem o marca, nomeadamente a responsabilidade civil. Com a homologação de percursos pedestres pretende-se garantir a qualidade de instalações para a prática do pedestrianismo, bem como a segurança dos praticantes e a proteção do meio onde a modalidade se realiza.” (Regulamento da Homologação de Percursos Pedestres, FCMP).

Com efeito, a Homologação dos Percursos Pedestres vem permitir a objetividade, a transparência, a uniformização e o rigor dos processos de implementação, assim como acautelar as ações de manutenção das rotas homologadas, assegurando as convenientes condições de segurança e garantia de todas as regras integradas nas normas aplicáveis, para todos os utilizadores.

Uma adequada homologação pressupõe a aplicação correta da sinalética, das marcas e de outros equipamentos a aplicar durante a obra.



Figura 65: Exemplos da sinalização encontrada ao longo do percurso. Fonte: Autora. 2016, 2018

4.7.1. Da Sinalética

A sinalética da rota efetuou-se através da colocação de elementos, quer por painéis grandes (localizados no início e no fim do percurso), quer por mesas interpretativas, totem de atividade e/ou outra sinalética direcional. Todos estes elementos foram instalados de modo a serem visíveis em ambos os sentidos da marcha e a respeitarem, por um lado, os parâmetros estabelecidos para a sinalização das áreas protegidas, definidos na Portaria n.º 257/2011, de 12 de julho, aprovada pela Direção do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo, e por outro lado, obedecerem às considerações constantes do Regulamento da Homologação de Percursos Pedestres, da FCMP.

A sinalética constitui um elemento imprescindível à circulação balizada e adequada do pedestrianista e é um complemento às marcas pintadas, efetuadas nos suportes físicos existentes. Na rota em causa, a instalação da sinalética teve em linha de conta o equilíbrio entre o enquadramento paisagístico dos distintos elementos no espaço, com a sua capacidade de duração e resistência. Por este motivo, a escolha do seu material recaiu para o plástico compósito, 100% reciclado, na cor castanha, conjugado com placas de compacto fenólico, também desta cor. Este material é durável, de fácil manutenção, é uma alternativa ecológica e exemplo de sustentabilidade para o meio ambiente.

Todos os elementos de sinalética, abaixo descritos, empregam permanentemente o logótipo da REDE AFN.

A. Painel Grande (de início e fim de percurso)

O painel contém informações específicas sobre o percurso, designadamente a ficha técnica, o seu traçado, notas gerais da sua história, da gastronomia, da fauna, da flora, da geologia e outras informações pertinentes sobre a região; informa também sobre as estruturas disponíveis do alojamento, da restauração e do posto de informação. Contém, também, recomendações para o visitante sobre a defesa da floresta contra os incêndios e contatos telefónicos úteis, de proximidade.

Dimensões: Área de impressão= 1420x1220

B. Totem de Atividade

Serve para informar o visitante sobre o imóvel, bem ou valor que se visualiza em determinado ponto do percurso.

Dimensões: altura total=2740mm; altura livre: 2240mm; secção=150x80mm

C. Mesa Interpretativa

Contém informações específicas sobre a paisagem, a fauna, a flora ou outros valores da rota importantes para valorizar o seu traçado e a sua envolvente. À semelhança do Painel Grande contém, também, recomendações para o visitante sobre a defesa da floresta contra os incêndios, assim como contatos telefónicos uteis, de proximidade.

Apresenta as seguintes dimensões: Área de impressão 1260x960mm.

D. Poste e Placa Direcional para Totem Direcional

As placas direcionais, constituídas por setas e postes verticais, indicam a direção e o sentido da rota, bem como os nomes dos lugares por onde esta passa e a distância a que o utilizador se encontra desses lugares. Estas placas

possuem: um quadrado de cor vermelha com as letras PR; o número de registo, a amarelo; dois triângulos, um vermelho e um amarelo, na extremidade correspondente à seta, que indicam o nome de um ou de mais lugares e a distância a que se situam.

Apresenta as seguintes dimensões: 1080x130mm; Dimensões do poste: 2500 mm. Poste em plástico compacto 100% reciclado, com secção retangular de 160x80 mm.

E. Baliza

Em determinados locais da rota o uso de postes, como suporte das marcas, revela-se a única solução para a sinalização. Nestes casos, este elemento corresponde a um objeto vertical que suporta a pintura em ambas as faces, sendo implantado na margem da rota, em local visível nos dois sentidos da marcha.

Apresenta as seguintes dimensões:1400 x 120 x65mm; Altura livre= 1000mm.



Figura 66: Modelos de sinalética aplicados durante a obra. Fonte: Autora. 2015

4.7.2. Das Marcas

Conforme mencionado no art.º 7º do Regulamento da Homologação de Percursos Pedestres, “as marcas são propriedade da FCMP, não podendo ser usadas sem autorização da mesma” sendo que “constituem a sinalização fundamental para a orientação do pedestrianista.”

Na REDE AFN, e em concreto na rota em estudo, privilegiaram-se pinturas em marcas direcionais, aplicadas em elementos físicos existentes, naturais ou construídos, com tinta plástica vermelha e amarela, de acordo com as normas internacionais dos percursos pedestres da FCMP. Toda a marcação tentou acautelar eventuais danos no material vegetal, ou em superfícies inertes que lhes serviram de suporte.



Figura 67: Exemplo de marca aplicada num ramo arbóreo. Fonte: Autora. 2016.

Tal como em todas as outras pequenas rotas, as cores e tipologias utilizadas nas marcas são o vermelho sinal (ral 3001) e o amarelo ovo ou amarelo forte (ral1003), conforme figura infra.



Figura 68: Tipologias de marcas. Fonte: Regulamento da FCMP. 2015.

Sendo que:

1. “O caminho certo é uma marca:
 - a) Que corresponde a dois retângulos paralelos dispostos segundo a horizontal;
 - b) Em que os dois retângulos têm as dimensões recomendadas de 12 centímetros de comprimento e três centímetros de largura, e distam entre si um centímetro;
 - c) Em que as dimensões mínimas dos retângulos são de 10 centímetros de comprimento e 2,5 centímetros de largura;
 - d) Em que as dimensões máximas dos retângulos são 15 centímetros de comprimento e 3,5 centímetros de largura, mas que em situações excepcionais poderão ser maiores;
 - e) Que se coloca no início e ao longo de todo o percurso dando-lhe continuidade e sentido.

2. A mudança de direção é uma marca:
 - a) Que corresponde a dois retângulos paralelos, dispostos segundo a horizontal, e o retângulo inferior vermelho, GR, PR ..., apresenta uma ponta em flecha que indica a direção a seguir e uma barra, de dimensões idênticas, disposta em ângulo reto;
 - b) Em que as dimensões recomendadas dos retângulos são 12 centímetros de comprimento e 3 centímetros de largura, e distam entre si um centímetro;
 - c) Em que as dimensões mínimas dos retângulos são de 10 centímetros de comprimento e 2,5 centímetros de largura;
 - d) Em que as dimensões máximas dos retângulos são de 15 centímetros de comprimento e 3,5 centímetros de largura, podendo em situações excepcionais serem maiores; que se coloca imediatamente antes de um cruzamento para indicar mudança de direção.

3. O caminho errado é uma marca:

- a) Que corresponde a dois retângulos cruzados em “X”, segundo ângulos retos, em que o vermelho na GR, PR...se sobrepõem ao branco ou amarelo;
- b) Em que as dimensões recomendadas dos retângulos são 12 cm de comprimento e 3 cm de largura;
- c) Em que as dimensões mínimas dos retângulos são de 10 cm de comprimento e 2,5 cm de largura;
- d) Em que as dimensões máximas dos retângulos são de 15 cm de comprimento e 3,5 cm de largura, mas que em situações excepcionais poderão ser maiores;
- e) Que se coloca à entrada de caminhos a evitar.” (Regulamento da Homologação de Percursos Pedestres, da FCMP).

Na figura abaixo, encontram-se os registos georreferenciados das balizas e das marcas pintadas nos suportes físicos existentes, colocadas em pontos estratégicos durante a obra, capazes de orientar o pedestrianista nos dois sentidos da rota.



Figura 69: Registos georreferenciados das balizas e marcas. Fonte: Aplicação do Google Earth, pela Autora. 2018.

Sendo que relativamente à figura supra, a legenda é a seguinte:

CC: Baliza com ambas as direções, de caminho certo;

CE: Baliza com um lado, indicando a mudança de direção à esquerda e do outro lado, a confirmação de caminho certo;

CD: Baliza com um lado, indicando a mudança de direção à direita e do outro lado, a confirmação de caminho certo;

X: Baliza gravada numa única face, com indicação de caminho errado;

DE: Baliza, com um lado indicando mudança de direção à direita e do outro lado à esquerda;

EE: Baliza com indicação da mudança de direção à esquerda, em ambas as faces;

DD: Baliza com indicação da mudança de direção à direita, em ambas as faces;

Com maior detalhe fazem-se de seguida duas aproximações visuais ao terreno, para melhor perceção das balizas e demais pinturas.

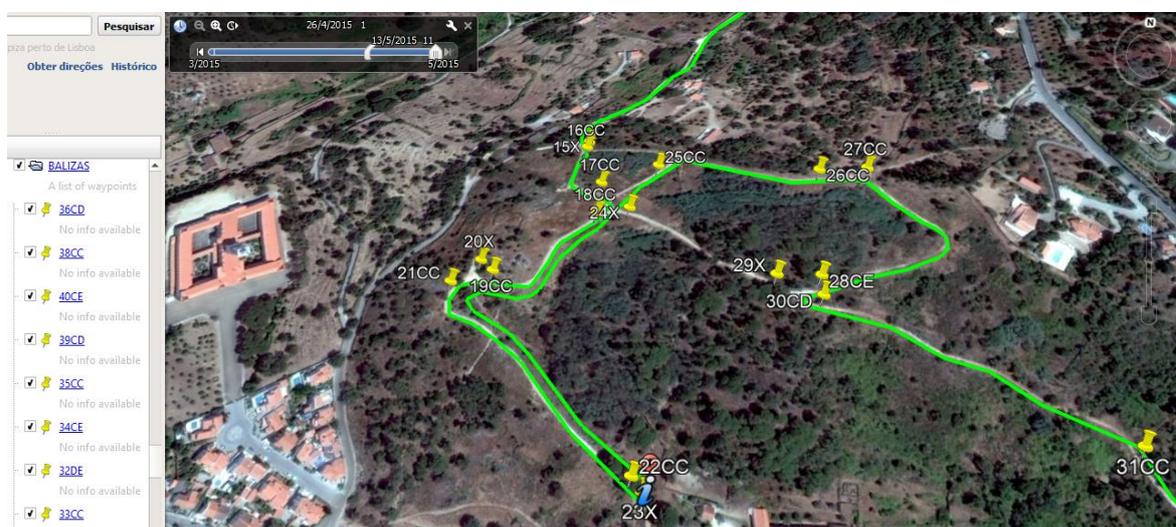


Figura 70: Georreferenciação | aproximação 1. Fonte: Aplicação do Google Earth, pela Autora. 2018.

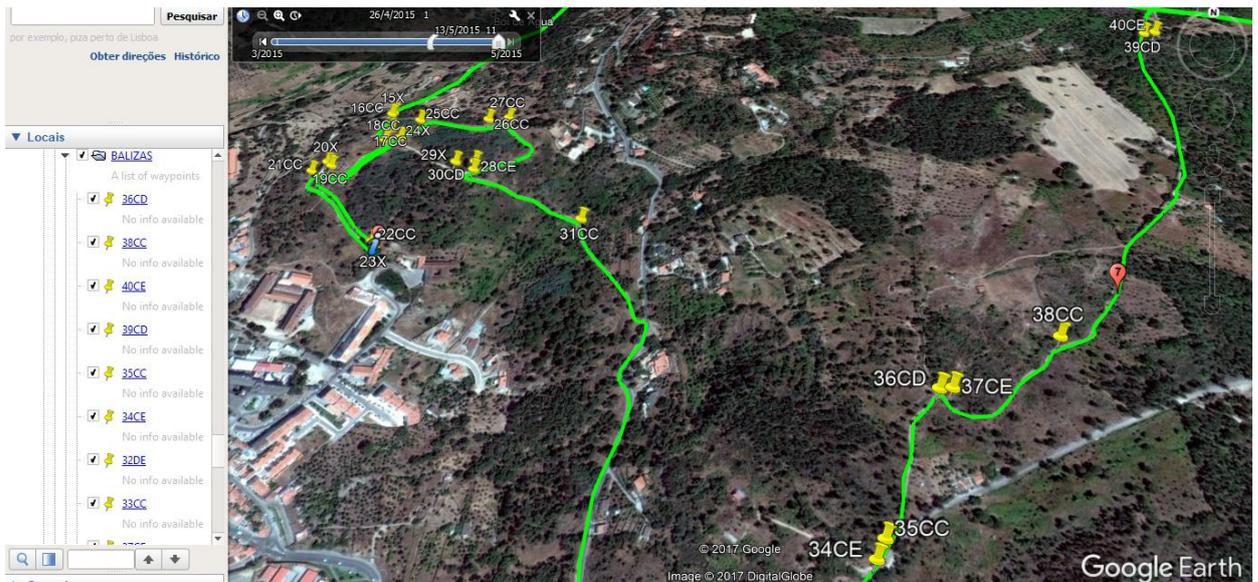


Figura 71: Georreferenciação | aproximação 2. Fonte: Aplicação do Google Earth, pela Autora. 2018.

4.7.3. Outros equipamentos

Na figura abaixo encontram-se os registos georreferenciados dos diversos elementos de mobiliário urbano colocados em pontos estratégicos durante a obra, capazes de induzir ao descanso, à estadia e à orientação do pedestrianista nos dois sentidos da rota.

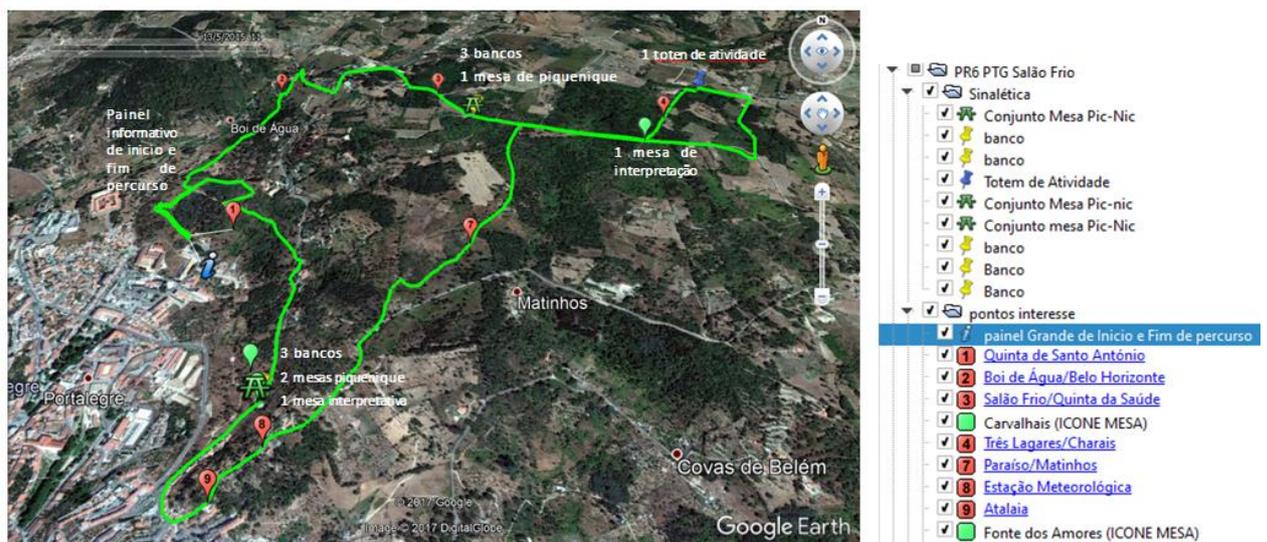


Figura 72: Registos georreferenciados do mobiliário urbano. Fonte: Aplicação do Google Earth pela Autora. 2018.

De seguida, sistematizam-se e quantificam-se, graficamente, os diversos elementos implantados na rota em estudo - marcas, sinalética e outra tipologia de equipamento, capazes de apelar à estadia, orientar, guiar e balizar em segurança o visitante.

Tipologias de balizas								Placas direcionais				
CC	CE	CD	X	DE	EE	DD	TOTAL PERCURSO	Esq	Dta	Dupla	TOTAL PERCURSO	TOTAL CONCELHO
19	7	9	10	1	0	0	46	5	5	2	12	

Outros equipamentos			Mobiliário urbano	
Painel Informativo	Totem de actividade	Mesa Interpretativa	Bancos	Conjunto picNic (mesa + banco)
1	1	2	6	3

Tabela 8: Sistematização dos elementos aplicados. Fonte: Autora. 2018.

4.8. O licenciamento e a obra

O PR6 PTG - Percurso do Salão Frio foi sujeito a projeto de execução, que agregou varias especialidades técnicas, de forma a obter a aprovação nas entidades licenciadoras, nomeadamente na CCDRA, no ICNF, na Câmara Municipal de Portalegre e na FCMP.

A aprovação do projeto tornou viável o lançamento de uma empreitada, por parte da CIMAA, para a respetiva execução.



Figura 73: Registos fotográficos durante a obra. Fonte: Autora. 2014.

A fase final da obra contou com a ação de vistoria dos técnicos acreditados da FCMP, que resultou na elaboração do respetivo trabalho de projeto e parecer técnico durante a fase de homologação. Com base neste parecer favorável, que atestou um controlo da qualidade e de garantia da rota, o dono de obra (CIMAA) obteve a respetiva carta de homologação do PR6-PTG.



Figura 74: Carta de homologação PR6-PTG. Fonte: FCMP. 2017.

A título de exposição apresenta-se na tabela seguinte a medição dos trabalhos e o seu orçamento de execução. Com efeito, a concretização do PR6 PTG teve um custo aproximado de 19 000,00€.

Artigo	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ESTALEIRO				
1.1	Montagem, manutenção e desmontagem do estaleiro de apoio aos trabalhos, incluindo, entre outros, placas de identificação da obra, das equipas projectistas e fiscalização, instalações para fiscalização, direcção de obra e pessoal, conforme caderno de encargos, elaboração e implementação na obra e de acordo com as normas aplicáveis dos planos de Qualidade, de Segurança, Higiene e Saúde e de Ambiente e Gestão de Resíduos. Segurança da obra, sendo o empreiteiro o único responsável por garantir o controlo do acesso aos locais onde se desenvolvem trabalhos, incluindo, entre outras, zonas de estaleiro, de armazenamento e de manobra de máquinas e equipamentos, implementação e manutenção de todas as medidas necessárias para minimizar eventuais interferências com os locais arqueológicos entre outros, independente da sua natureza, que a empreitada possa causar no espaço e edificações envolventes, realização de todos os trabalhos acessórios e complementares que não fazendo parte directa e objectiva da presente empreitada, sem a sua realização a mesma seria impraticável de efectuar, colocaria em risco pessoas e bens, ou em que a sua inobservância viola dispositivos legais e/ou regulamentares, incluindo, a remoção de RCD e o seu depósito em vazadouro autorizado e ainda todo o apoio para a manutenção da obra pelo período de 2 anos, conforme previsto no caderno de encargos.	1	UN	1 000,00 €	1 000,00 €
2	SINALÉTICA				
2.1	Fornecimento e colocação de sinalética, do tipo "Floema", ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários à sua implantação, de acordo com as especificações técnicas do fabricante, assim como todos os demais trabalhos e materiais necessários ao bom acabamento.				
2.1.1	Painel Grande (início e fim de percurso)	1	UN	332,30 €	332,30 €
2.1.2	Mesas interpretativas	6	UN	318,40 €	1 910,40 €
2.1.3	Totem de Atividade / Percurso/ Serviço	1	UN	170,80 €	170,80 €
2.1.4	Poste para Totem Direcional	2	UN	63,27 €	126,54 €
2.1.5	Placa direcional para Totem direcional	5	UN	29,30 €	146,5 €
2.1.6	Balizas	65	UN	35,60 €	2 314,00 €
3	MARCAÇÃO DE PERCURSO				
3.1	Fornecimento e pintura de marcas em suportes existentes, de acordo com as especificações técnicas dos materiais e do regulamento da FCMP.				
3.1.1	Distância do percurso	9500	M	0,05 €	475,00 €
4	MOBILIÁRIO URBANO				
4.1	Fornecimento e colocação de mobiliário urbano, do tipo "extruplás", ou equivalente, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários ao seu assentamento de acordo com as especificações técnicas do fabricante, todo pronto a funcionar.				
4.1.1	Bancos	6	UN	175,00 €	1 050,00 €
4.1.2	Conjunto Mesa PicNic (Mesa + Bancos)	3	UN	350,00 €	1 050,00 €
5	OPERAÇÕES NOS CAMINHOS				
5.1	Limpeza de matos, desmatação, abertura de trilhos e taludes adjacentes.	8000	M	0,38 €	3 040,00 €
5.2	Regularização de trilho, consolidação de pavimento existente, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários à sua boa execução e acabamento.	5000	M	1,00 €	5 000,00 €
5.3	Recuperação de muros em pedra seca.	40	M	47,50 €	1 900,00 €
6	DIVERSOS				
6.1	Execução de telas finais de toda a obra, incluindo a compliação técnica e formalização do processo para a homologação da FCMP, georreferenciação em sistema de coordenadas referenciado no caderno de encargos, de todas as marcas, sinais, mobiliário urbano, outros equipamentos e estruturas constantes de cada percurso, incluindo o fornecimento de cópia em papel e suporte digital, para o dono de obra e todos os demais pertences.	1	UN	500,00 €	500,00 €
Preço Total (valor sem Iva Incluído)					19 015,54 €

Tabela 9: Medição e orçamento. Fonte: CIMAA. 2015.

4.9. A manutenção do percurso

A eficácia e a durabilidade do sistema da paisagem e, conseqüentemente, do PR6-PTG, depende da capacidade de encontrar equilíbrios para um tempo que é o nosso ou dos nossos, embora a espontaneidade da natureza não tenha qualquer entrave, quando é olhada numa escala temporal que não é a nossa, nem do nosso mundo

É bem verdade que tudo se regenera numa outra qualquer coisa, num outro equilíbrio, numa outra beleza, mas que sendo uma infraestrutura pública, exige alguns trabalhos de manutenção e de conservação. (Veludo, 2015)

Com efeito, à semelhança das demais rotas da REDE AFN, o PR6-PTG foi alvo de preocupação no que respeita à definição de uma estratégia concertada para a sua manutenção e conservação. Este facto deveu-se aos poucos recursos humanos que a CIMAA e os seus municípios dispõem para assegurar, convenientemente, um conjunto de tarefas determinantes ao bom estado das rotas desta rede supramunicipal.

Neste sentido, e considerando a necessidade de manter esta infraestrutura pública vocacionada para o turismo de natureza do Alto Alentejo em perfeitas condições de conservação, funcionamento e de segurança, assim como potenciar a monitorização dos seus percursos pedestres, a CIMAA lançou ao mercado e concluiu um procedimento para um concurso limitado, por prévia qualificação, capaz de assegurar a celebração de acordo quadro, entre uma empresa e os municípios de Alter do Chão, Elvas, Monforte, Nisa e Portalegre.



Figura 75: Ações de manutenção na rota. Fonte: Autora. 2014.

Durante a realização do procedimento foram identificados fatores condicionantes que contribuem para a deterioração dos percursos, das suas marcas, dos respetivos elementos de sinalética e seus equipamentos:

- Fatores naturais, tais como incêndios, cheias e inundações, crescimento e desenvolvimento vegetal, ação da fauna local e erosão;
- Fatores humanizados, tais como materiais deficientes e inadequados, vandalismo, excesso da capacidade de carga do local.

O procedimento para a manutenção do percurso acautela as seguintes operações:

- Limpeza de infestantes ou de outros materiais inertes no espaço canal da rota, por forma a permitir a circulação em segurança do pedestrianista e a visibilidade da sinalética e das marcas. Para o efeito, cabe ao adjudicatário recorrer a maquinaria, ou outro tipo de equipamentos próprios para o efeito, precavendo e acautelando, desde logo, as épocas especiais de proteção da fauna e da flora, assim como a demais legislação em vigor;
- Reforço da pintura das marcas para perpetuar a visibilidade e as boas práticas de circulação, conforme as normas do Regulamento da Homologação de Percursos Pedestres, da FCMP;
- Substituição e/ou reparação de elementos de sinalética ou de outro tipo de equipamento.

Foi salvaguardado no caderno de encargos que, sempre que os elementos de sinalética e/ou outros equipamentos se encontrem danificados ou desaparecidos, compete ao adjudicatário a sua reparação e substituição, conforme o caso. Apresentou-se uma taxa de 10% para a substituição e/ou reparação destes elementos, de forma a tornar claras as obrigações e os direitos do adjudicatário; acima deste intervalo, os custos serão suportados pelo município de Portalegre. Foi também previsto um cronograma anual das operações, conforme figura infra.

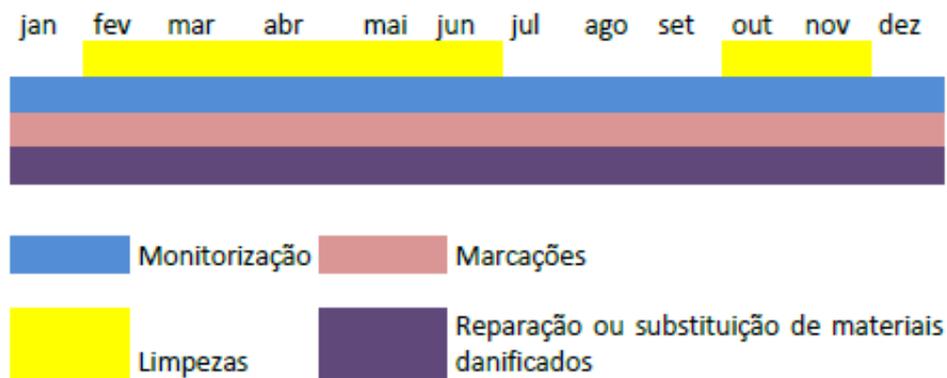


Figura 76: Cronograma das operações de manutenção. Fonte: Autora. 2017.

Referir que este procedimento concluiu-se em setembro de 2017 e determinou que, durante 3 anos, a empresa com as melhores condições apresentadas a concurso e com a qual foram celebrados os acordos quadro com os municípios identificados esteja, até 2020, a assegurar a manutenção das rotas da REDE AFN e, neste caso concreto, do percurso PR6 PTG. Resultante das operações subjacentes ao contrato, o adjudicatário emite um relatório trimestral/rota, conforme o anexo 5.

4.10. O código de conduta de boas práticas e as recomendações para o visitante

De acordo com o n.º 5 da RCM n.º 51/2015, de 21/07, a estratégia de implementação do PNTN consagra a integração e a sustentabilidade dos seguintes vetores: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da oferta turística.

Nesse sentido, durante o processo de licenciamento e com a respetiva concretização da obra foi definido um código de boas práticas para os visitantes da rota, no sentido de envolvê-los, sensibilizá-los e apelar a um papel ativo de parceria durante os momentos de visitaçã, em prol da conservação dos seus valores intrínsecos, sejam eles de carácter ambiental ou cultural.

Considera-se, pois, essencial envolver as populações, as empresas, as escolas e os visitantes neste processo de aplicação de boas práticas turísticas, como uma estratégia de conservação, preservação e valorização da rota.

Este mote foi também extrapolado para os vários mecanismos promocionais e de divulgação do PR6-PTG, onde no seu folheto específico e no guia da REDE AFN, se sugere ao pedestrianista os seguintes comportamentos:

- Seguir apenas pelo trilho sinalizado;
- Respeitar a propriedade privada;
- Evitar fazer ruídos desnecessários;
- Observar a fauna à distância;
- Não danificar nem recolher amostras de plantas ou rochas;
- Não deitar lixo ou outros vestígios de passagem;
- Não fazer lume e ter cuidado com as beatas dos cigarros;
- Ser afável com os habitantes locais;
- Dar particular atenção à presença de gado, não deixando as cancelas abertas;



Figura 77: : A rota e os pedestrianistas. Fonte: CIMAA. 2017

Também se recomenda que o percurso possa ser efetuado em qualquer época do ano, devendo os seus utilizadores tomar algumas precauções com as elevadas temperaturas que se podem fazer sentir durante o verão e ao piso escorregadio durante o inverno.

Em simultâneo são efetuadas sugestões, nomeadamente que o visitante leve água, mantimentos, saco para o lixo, calçado e roupa adequados, chapéu, protetor solar, mapa da rota, bússola e que tenha consigo alguns contactos úteis (Câmara Municipal de Portalegre, do Posto Municipal de Turismo, SOS Emergência, SOS Floresta, do Centro de Saúde, do Hospital, das Informações antivenenos, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, dos Bombeiros Voluntários, das Uniões das Freguesias de Sé e São Lourenço, da Ribeira de Nisa e Carreiras).

5. O futuro

“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente.”

Mahatma Gandhi

Sendo a Rede e a marca “Alentejo Feel Nature” uma bandeira da estratégia de desenvolvimento territorial da CIMAA é, pois, um processo evolutivo, cujo objeto é a paisagem, com os seus valores existentes e as suas gentes.

Não sendo apenas uma infraestrutura ou equipamento público, que exige as habituais considerações e operações de manutenção, torna-se premente para a sua entidade gestora (CIMAA) e para todos os parceiros envolvidos, a capacidade de a tornar evolutiva e coesa.

A Rede exige evolução, consolidação, melhoramentos, novos inputs, capazes de responder a um sector extremamente competitivo, mas acautelando, em permanência, a paisagem, a sua conservação e a valorização dos seus ativos ambientais, ecológicos, humanos e culturais.

O futuro da Rede e da Marca “Alentejo Feel Nature” passará pelo desenvolvimento e pela concretização de várias ações:

- **Consolidação física da infraestrutura:** permitindo a integração de novas rotas de apoio ao turismo de natureza nos concelhos de Avis, Fronteira, Crato e Sousel;
- **Criação de rotas inclusivas e/ou a adaptação de existentes:** pretende-se que o Alto Alentejo seja um destino acessível e inclusivo, quer pela adaptação física de percursos, ou troços, quer pela disponibilidade de *joelletes* e ainda por áudio-guias;
- **Implementação do portal e da app “Alentejo Feel Nature”:** estas novas tecnologias de informação e de comunicação “on-line”, serão decisivas para a promoção da marca e da paisagem. Desenvolvidas em vários idiomas irão permitir estabelecer uma primeira aproximação entre o potencial visitante e o Alto Alentejo, sendo que constituirão um veículo

essencial para a divulgação dos agentes da região, capacitados para enriquecer as experiências do visitante (alojamentos, restaurantes, empresas agroalimentares, empresas de animação turística, espaços de visitação e eventos);

- **Perpetuação da manutenção das rotas:** recorrendo à continuidade do acordo de quadro⁵, ao incentivo a ações de voluntariado ou ainda atribuindo esta responsabilidade a outras entidades da região (clubes e associações);
- **Potenciar a Rede e adaptar a sua sinalética existente a um novo mercado – o *Cycling*:** a infraestrutura existente pode e deve ser valorizada para novos públicos, cuja visitação em bicicleta deve acautelar todas as passagens nos locais ambientalmente sensíveis. Sendo este um segmento de mercado que procura, com muita regularidade, as especificidades das características geográficas do Alto Alentejo, entende-se que poderá ser uma oportunidade para valorizar o investimento já efetuado, bem como outros circuitos que possam enriquecer a oferta;
- **Calendário de atividades:** recorrendo à concretização regular de ações interativas entre a entidade gestora, os municípios, os agentes do território e as populações, para que sejam o mote à sensibilização, à valorização ambiental e paisagística e se destinem, de igual modo, a potenciar o apoio e a limpeza das rotas;
- **A criação de uma entidade:** que assegure a venda do produto turístico “*Walking Alto Alentejo*”, que resulte de parcerias públicas e privadas, em prol do desenvolvimento regional, da geração de riqueza e da constituição de postos de trabalho. Efetivamente, sendo a entidade gestora da Rede, uma entidade pública, não pode assegurar a venda de pacotes ou de produtos turísticos o que torna frágil a vertente comercial da Rede e da Marca “Alentejo Feel Nature”. Existe, assim, o desafio de encontrar o consenso e a congregação de vontades para identificar os parceiros capazes de materializar esta entidade;

⁵ Acordo de Quadro: é o contrato celebrado entre uma ou várias entidades adjudicantes e uma ou mais entidades, com vista a disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos.

- **Aumento e fixação de recursos humanos na área do turismo e da conservação da natureza:** a escassez de recursos humanos qualificados para a dinamização turística da região traduz-se em condicionalismos para o visitante, que procura as empresas de animação turística, bem como, e de um modo geral, para outras carências de recursos humanos nas áreas da hotelaria e da restauração. Será, pois, um grande desafio para o futuro, a captação de jovens que pretendam frequentar as instituições de ensino da região, assim como a fixação daqueles que concluíam os seus estudos e tenham a vontade de permanecer neste alto do Alentejo;
- **Monitorização dos fluxos de visitantes e utilizadores:** pela recolha e tratamento de dados resultantes da concretização das TICs (portal, app), das redes sociais (*facebook*) e da aplicação de contadores físicos, localizados em pontos estratégicos de algumas rotas piloto da Rede. A informação recolhida e devidamente tratada permitirá, por um lado, saber quantos utilizadores existem, quais as suas nacionalidades, o género e a faixa etária. Por outro lado irá possibilitar aos decisores do Alto Alentejo a tomada de decisões conscientes, sobre a necessidade de maior ou menor investimento, no processo de desenvolvimento turístico sustentável dos seus concelhos;

O ponto fulcral de todas as intervenções na Rede, para o futuro, deverá estar **centrado na paisagem e no Homem**; isto é, a estratégia de desenvolvimento que, embora prioritariamente esteja alicerçada no aproveitamento turístico da paisagem, deverá ter como meta final a **preservação dos valores ambientais e paisagísticos do Alto Alentejo, assim como a melhoria das condições de vida das suas populações residentes** criando emprego e qualificando os recursos humanos, permitindo o surgimento de uma nova base económica.

Com efeito, à semelhança da Arquitetura Paisagista, “trata-se de um equilíbrio de forças que é preciso manter numa certa direção. Ora, tal como não se governa um barco fixando o leme mas, pelo contrário, corrigindo a rota a cada

momento, assim a conservação e o tratamento da paisagem.” (Cabral, Caldeira. 1962)

O futuro terá que passar por reconhecer e valorizar a paisagem do Alto Alentejo como um ecossistema multifacetado e duradouro.

Um território onde o papel do arquiteto paisagista seja contribuir para a construção de uma paisagem indivisível onde a cidade, o campo e a indústria (do turismo) sejam “um todo em beleza, na colaboração das suas funções próprias, e na compreensão das pessoas”. (Cabral, Caldeira. 1962)

O Alto Alentejo deverá ser reconhecido como uma região capaz de gerar, a partir dos seus recursos endógenos e dos seus produtos turísticos, novas dinâmicas locais constituindo-se, assim, como um Destino Turístico, Inclusivo e Sustentável. O Alto Alentejo deve “...ACREDITAR no seu potencial, COMPROMETER os agentes locais, VALORIZAR os recursos, ORGANIZAR a oferta turística e PROMOVER os seus produtos turísticos.” (CIMAA, 2014).

6. Considerações Finais

O trabalho apresentado reflete uma Rede.

Uma Rede...de vontades, de parceiros, de empenhos, de caminhos numa paisagem!

Uma Rede onde o objetivo primordial consiste na ordem humana, relativamente aos interesses económicos, materiais, estéticos, científicos e históricos.

Uma Rede que espelha um processo de coordenação por parte da arquitetura paisagista, relativamente a outros ramos e especialidades, sendo que os resultados alcançados advieram do espírito de colaboração entre as partes, fossem elas, o setor público e o privado e a paisagem e o Homem.

Neste processo estabeleceram-se pontes, congregaram-se vontades, mediaram-se interesses e materializaram-se objetivos.

No seu decurso realizaram-se ações de conservação e de sensibilização ambiental, criaram-se dinâmicas de responsabilidade social, fomentaram-se práticas de motivação populacional, de gestão política, de articulação e de parceria.

Com efeito, a concretização da REDE AFN conseguiu perpetuar os valores do passado e convertê-los numa janela de oportunidades para o futuro, enquanto mais-valias estratégicas para uma região despovoada, mas ambientalmente preservada. A reutilização dos caminhos e dos corredores verdes que marcam a paisagem do Alto Alentejo, associados às novas funções da “indústria do lazer”, são imperativas para a sua conservação, determinantes para a perpetuação às gerações futuras e fulcrais para o reforço da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, regional e suprarregional.

A REDE AFN permitiu criar condições para a abertura de uma região do interior a uma vertente turística, pouco explorada, onde aquilo que começou por ser um projeto de planeamento territorial evoluiu para uma infraestrutura pública e, posteriormente, para uma marca nacional, reconhecida internacionalmente.

Hoje, a REDE AFN é um produto estruturante da oferta turística do Alto Alentejo que tem na Paisagem o seu suporte e que apresenta um peso estratégico no desenvolvimento da região e na atratividade da atividade de dinamização turística.

Ambiciona-se que a sua continuidade temporal revele um posicionamento holístico – que conjugue as realidades e as potencialidades do Alto Alentejo num encadeamento equilibrado, onde a paisagem, a conservação da natureza, a infraestrutura, o turismo e o “touring” cultural e paisagístico não sejam fracionados relativamente ao meio que os rodeia, mas que o seu efeito seja indivisível, uno e sustentável.

Deseja-se que seja duradouro e não depredatório da paisagem que o alimenta, assim como deve de alicerçar-se na interação permanente com as vivências, com o saber fazer, com as gentes e com outros “stakeholders” locais.

O Alto Alentejo é uma região em mudança e há, hoje, uma maior capacidade de incentivar o dinamismo empreendedor e de potenciar a valorização dos seus recursos endógenos, abrindo possibilidades para que esta paisagem concilie o que fez bem no passado, com os novos desafios e oportunidades do futuro.

A REDE AFN não é, de todo, um processo estático. Deverá acompanhar a mudança e ter o engenho e a arte para tirar partido disso mesmo.

O presente trabalho resultou de uma oportunidade e, hoje, é também um veículo de divulgação da REDE, da sua paisagem, dos seus constrangimentos e das suas mais valias. É um convite para quem o lê...à descoberta das gentes, dos seus hábitos, das paisagens que construíram e que os alimenta e dos seus trilhos ancestrais, como é o PR6-PTG.

Esta realização reflete o privilégio de alguém que defende e acredita piamente na sua paisagem. Alguém com a consciência de que muito há por fazer! Alguém com a infinita vontade de contribuir, para posicionar este pedaço do Alentejo lá no Alto.

Como dizia Steve Jobs “Os que são loucos o suficiente para pensar que podem mudar o mundo, são aqueles que realmente o fazem.”

Haja loucura!

Referências bibliográficas

Documentos Impressos

- Antunes, J. (1996). Aspetos Sinfitosociológicos da Serra de S. Mamede. *Silva Lusitana* 4(1): 97-107; EFN, Lisboa.
- Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas. 2007. O arquiteto paisagista, Conceito e Obra. Lisboa.
- Barbosa, A. Vilas Boas, T. QCAIII. Percursos de natureza do Norte Alentejano, Região de Turismo do Norte Alentejano. Edições da Região de Turismo de São Mamede.
- Cabral et al. (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.
- Cabral, F. C. (1962). Fundamentos da Arquitetura Paisagista, Discurso da tomada de posse para Presidente da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas. Jerusalém.
- Cabral, F. C. (1973). Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura (Vol. XIV). Lisboa: Verbo.
- Cabral, F. C., & Ribeiro Telles, G. (1999). *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Câmara Municipal de Nisa (2010). Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa – relatório II – Caracterização do território municipal – Sector Biofísico Nisa
- Câmara Municipal de Portalegre (2006). Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre. Estudos de Base – Volume 2- Sistema Biofísico. DHVFBO, Intersismet.
- Cancela D'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Vols. I, IV). Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.
- Carvalho, A. M. G. (2004). Alguns aspetos da geologia do Alentejo. II Encontro Regional de Educação Aprender no Alentejo. Évora.
- Comissão de Coordenação Regional do Alentejo (2009). Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral. Plano Regional de Ordenamento do Território Alentejo. Évora.

- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (2015). Alentejo Feel Nature - Rede de Percursos em natureza. Portalegre.
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (2014). Plano Operacional do Turismo do Alto Alentejo. Portalegre.
- Costa, J. B. (1985). Caracterização e Constituição do Solo. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, J. C., Aguiar, C., Capelo J. H., Lousã, M. & Neto, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental in Quercetea revista da AFLA.
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo (2015). Plano Estratégico para o desenvolvimento do “touring” cultural e paisagístico do Alentejo e Ribatejo, Estudo de Diagnóstico. ERT. Évora.
- Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (2006). Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres. Lisboa.
- Feio, M., Martins, A. (1993). O relevo do Alto Alentejo (traços essenciais), Finisterra, XXVIII.
- Ferreira, A.J. e Sousa, J.P. (2008). Biodiversidade do Concelho de Nisa. - Relatório Final. Instituto do Ambiente e Vida, Universidade de Coimbra.
- Foge Comigo! (2016). Alto Alentejo - Ainda somos um segredo. Santa Comba Dão.
- Galeano, Eduardo (1994). Revista Prosa Verso e Arte. Las palabras andantes? Siglo XXI.
- L., Alves, M., Proença, V., Canaveira, P., Reis, M. Estudo encomendado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- IPI Consulting Network (2017). Plano regional de Ordenamento da Floresta do Alentejo-Decreto Regulamentar, Fase II. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
- Magalhães, M. (2001). A Arquitetura Paisagista: Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa.
- Magalhães, M. (2007). Paisagem - Perspetiva da Arquitetura Paisagista. Philosophica (29).

- Marta-Pedroso, C., Gama, I., Laporta L., & Domingos, T. (2014) Mapeamento e Avaliação dos Serviços de Ecossistema em Portugal: Estudo da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para o Parque Natural de S. Mamede. Estudo encomendado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- Marta-Pedroso, C. & Domingos, T. (Eds.), Mesquita S., Capelo J., Gama, I., Laporta L., Alves, M., Proença, V., Canaveira, P., Reis, M. (2014) Mapeamento e Avaliação dos Serviços de Ecossistema em Portugal. Relatório Final. Estudo encomendado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Matos, Rute (2010). Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. Évora.
- Mendoça, N. (1989). Para uma poética da paisagem. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. Évora.
- Oliveira, Maria. (2014). A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira - Mestrado em Turismo Especialização em Gestão Estratégica de Eventos, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.
- OMT. (2001). Introdução ao turismo, com tradução de Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo.
- Pessoa, Fernando. (2008). Livro do Desassossego. Edições Relógio D'Água. Lisboa.
- Ribeiro Telles, G. (1994). Paisagem Global. Em A. A. Alves, A. Espenica, E. C. Caldas, F. C. Cary, G. Ribeiro Telles, I. A. Araújo, & M. R. Magalhães, Paisagem (pp. 29 - 42). Lisboa: DGOTDU
- Ribeiro Telles, G. (2011). Paisagem Território. AP Arquitetura Paisagista. ISSN 1645-4707. Nº 07 (junho a dezembro 2011)
- Ribeiro, O. (1998). Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa

Documentos Eletrónicos

- A terceira dimensão, Fotografia aérea de Elvas, disponível em: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas>.
(consultado em maio de 2018).
- A terceira dimensão, Fotografia aérea de Juromenha, disponível em: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Elvas>.
(consultado em maio de 2018).
- Albuquerque, P. M. (1984). Carta ecológica de Portugal. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos>
- Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. 2018. Programa Nacional de turismo de natureza. Disponível em: <http://www.ahresp.com>
- Carapinha, A. (2015). Do Topus e do Locus. Revista Fazer Paisagem. Arquitetura Paisagista, Edição On-line.
- Centro de Estudos de Migrações e de Proteção de Aves (1989). Atlas das Aves que Nidificam em Portugal Continental. Lisboa. Disponível em: <http://biblioteca.avesdeportugal.info/atlasnac1.html>
- Charneca Ribatejana Disponível em: <http://like3za.pt/10-barragens-portuguesas-que-tem-de-conhecer/> (consultado em junho de 2018).
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Alentejo Feel Nature. Disponível em: <http://cimaa.pt/>, <http://inmotion.cimaa.pt/pt/percursos>, <https://www.facebook.com/alentejofeelnature/>
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Geoportal. 2014. Distribuição do património natural. Disponível em <http://sigaa.cimaa.pt/>
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Geoportal. 2014. Recursos turísticos. Disponível em <http://sigaa.cimaa.pt/>
- Direção Geral do Território. Carta das Unidades de Paisagem em Portugal Continental (CUP). Disponível em: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/cup/

- Fauna da Serra de São Mamede. Disponível em: www.clube-bio-geo-serra-s-mamede.rcts.pt/fauna.htm
- Instituto da Água, I.P. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Cartografia Atlas Digital (2003). Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt/>
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. 2018. Turismo de natureza. Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/ts/pntn>
- Instituto da Conservação da Natureza. Áreas Protegidas. Parque Natural da Serra de São Mamede. Flora. Disponível em: https://www.icn.pt/areas_protegidas/s_mamede/flora.htm
- Instituto do Ambiente, Atlas do Ambiente Digital: www.iambiente.pt (consultado em maio de 2018).
- Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Informação, IP. Carta Geológica de Portugal. 2018. Disponível em: <https://bqnaescola.wordpress.com>
- Miguel, C. (2014). Contributo para a salvaguarda e valorização da Paisagem Rural. Caso de Estudo da Herdade do Pereiro (Marvão – Alentejo). Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista.
- Planta de localização do PR6-PTG. (2018). Wikiloc. Disponível em: www.https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/pr6-ptg-percurso-do-salao-frio-14318494
- Sociedade Exploratória para a Interpretação da Paisagem (2015). A paisagem tem inscrita as histórias dos homens. Revista Fazer Paisagem. Arquitetura Paisagista, Edição On-line.
- Turismo de Portugal. 2018. Estratégia para o Turismo 2027. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt>
- Turismo de Portugal. 2018. Rede Alentejo Feel Nature. Os traçados da Rede AFN. Disponível em: <https://www.portuguesetrails.com/pt-pt/routes/alentejo-feel-nature>, <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/pr6-ptg-percurso-do-salao-frio-14318494>
- Veludo, J. (2015). Todos somos poucos. Revista Fazer Paisagem. Arquitetura Paisagista, Edição On-line.

Legislação Consultada

- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho. Diário da República n.º 142/2008, Série I de 2008-07-24. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro. Diário da República n.º 39/1999, Série I-A de 1999-02-16. Lisboa: Ministério da Economia
- Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro. Diário da República n.º 31 – I Série – A. Lisboa
- Inalentejo. 2013. Aviso n.º 1/GAEPC/2013
- Portaria n.º 257/2011, de 12 de julho, publicada no Diário da República n.º 155/2013, Série I de 2013-08-13. Lisboa. Ministério da Agricultura e do Mar
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro. Diário da República n.º 187/2017, Série I de 2017-09-27. Lisboa. Conselho de Ministros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto. Diário da República n.º 148/2010, Série I de 2010-08-02. Lisboa. Conselho de Ministros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio de 2018. Diário da República n.º 87/2018, Série I de 2018-05-07. Lisboa: Conselho de Ministros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho. Diário da República n.º 140/2015, Série I de 2015-07-21. Lisboa: Conselho de Ministros

Anexos

Anexo 1 | Contextualização

“O ambiente é a alma das coisas. Cada coisa tem uma expressão própria e essa expressão vem-lhe de fora. Cada coisa é a intersecção de três linhas, e essas três linhas formam essa coisa: uma quantidade de matéria, o modo como a interpretamos, e o ambiente em que está.”

Fernando Pessoa

1. O Enquadramento Administrativo

A CIMAA abrange os 15 concelhos do distrito de Portalegre, situando-se na região do Alentejo e na sub-região NUT III do Alto Alentejo. Integra uma área total com cerca de 6.084,00 km², é limitada a norte pelo distrito de Castelo Branco, a sul pelo distrito de Évora, a oeste pelo de Santarém e a este pela região espanhola da Estremadura.

A cidade capital de distrito, Portalegre, é a que apresenta o maior número de habitantes, seguindo-se Elvas e Ponte de Sor, representativas dos maiores centros urbanos citadinos do Alto Alentejo. Os restantes concelhos contêm apenas vilas, com uma população inferior a 10 mil habitantes.

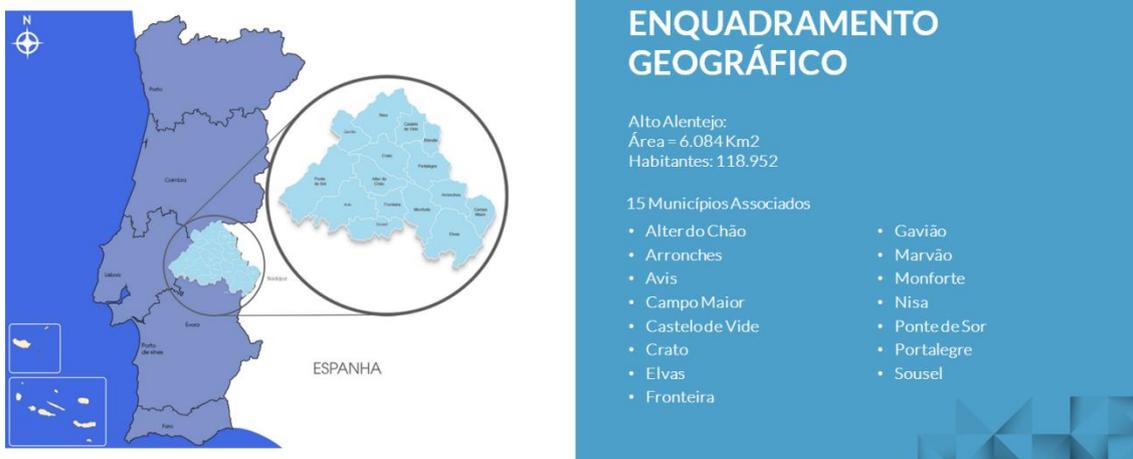


Figura 78: Enquadramento geográfico da CIMAA (CIMAA, 2016)

Sob o ponto de vista das acessibilidades, o Alto Alentejo é cruzado pela autoestrada 6, que liga Lisboa-Elvas-Madrid, e pelo itinerário principal 2, que faz a ligação entre o Algarve e Trás-os-Montes. O território beneficia, ainda, da proximidade à autoestrada 23 (Lisboa – Guarda) bem como de um conjunto de estradas nacionais e municipais que contribuem para facilitar as deslocações entre os vários concelhos. Esta área encontra-se bem posicionada relativamente aos principais centros urbanos do sudoeste da Península Ibérica.

2. O Enquadramento Biofísico

Procedeu-se à análise dos componentes naturais e culturais da paisagem, de forma a compreendermos o enquadramento abiótico e biótico da área de intervenção. Nesta paisagem a peneplanície é o elo de ligação entre as paisagens de altitude das beiras e as extensas planícies do Alentejo central e do baixo Alentejo.

2.1. Clima

Do ponto de vista climático, a paisagem apresenta um clima mediterrâneo com grande deficiência de água no verão e com pequena concentração estival de eficiência térmica, o que confere um certo grau de aridez ao ambiente climático.

Para além de fatores geográficos relacionados com a posição do território nacional (latitude e longitude), o relevo constitui um fator decisivo na variação da temperatura e, especialmente, da precipitação.

Com efeito, constata-se que a área de intervenção apresenta um baixo teor de humidade ao longo do ano tendo o inverno temperaturas, de uma forma geral, moderadas, concentrando-se a precipitação nesta estação. O verão é quente e seco. Neste sentido registam-se amplitudes térmicas acentuadas, que vão desde temperaturas mínimas negativas até máximas que ultrapassam os 40 °C, atingindo valores absolutos de -8,2 °C para a temperatura mínima e de 41,6 °C para a máxima. Relativamente à precipitação verificam-se valores médios

anuais, nos intervalos entre os 1200mm e os 700mm, distribuídos por esta paisagem.

Estas características favorecem valores altos de evapotranspiração, desfavorecem a permanência de água infiltrada a pouca profundidade e contribuem para a existência de grandes oscilações dos níveis freáticos ao longo do ano.

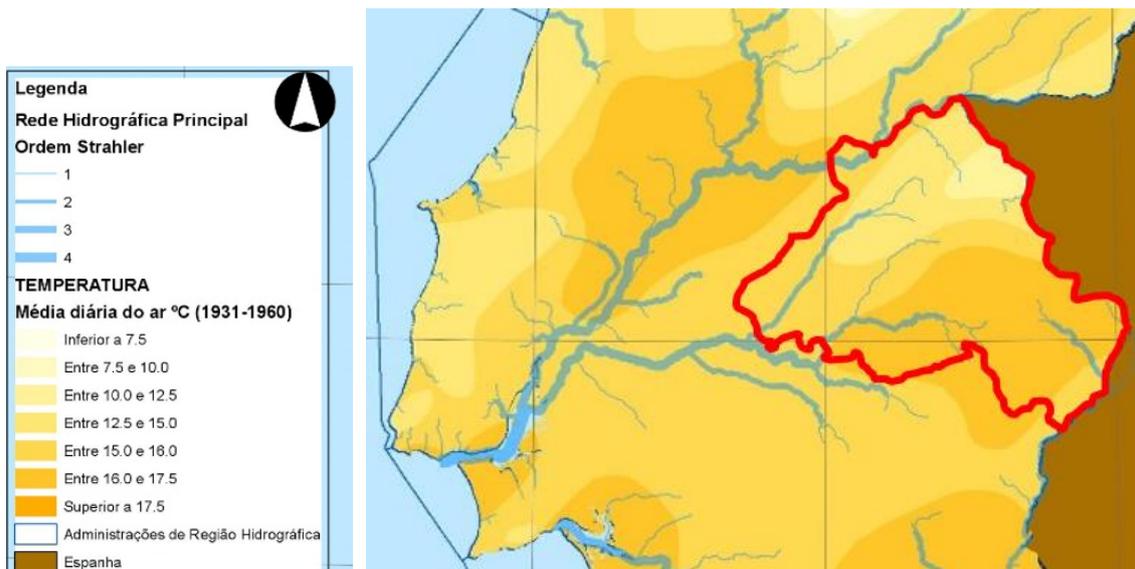


Figura 79: Temperatura Atlas Digital. 2003. Sem escala (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt/>)

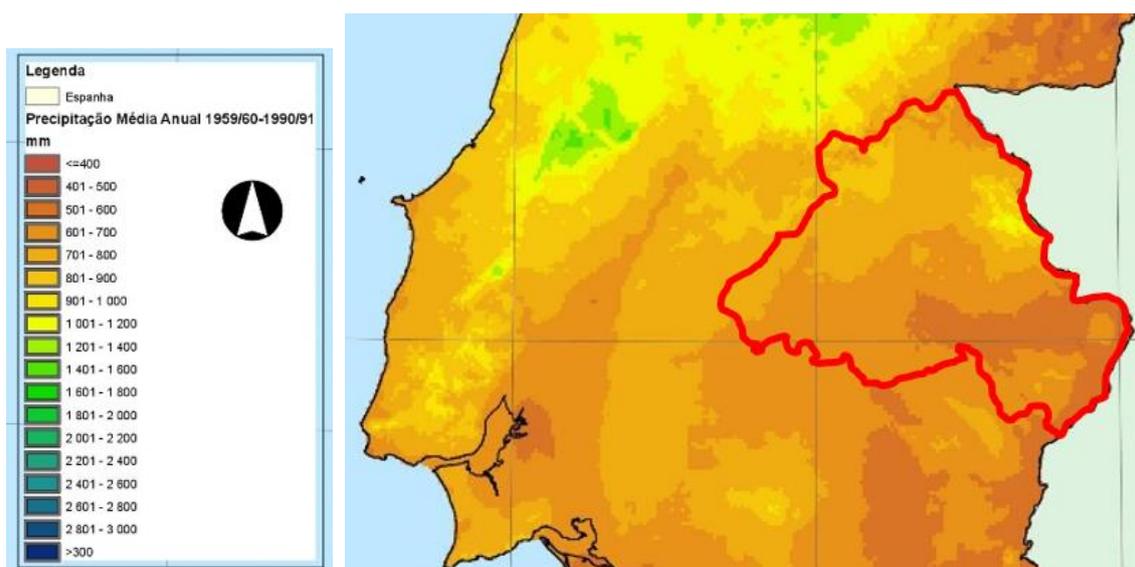


Figura 80: Precipitação Média Anual Atlas Digital. 2009. Sem escala (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt/>)

Tendo por referência a estação meteorológica de Portalegre (Estação n.º 571; Lat. 39º17', Long. 07º25'; Alt. 597m) conclui-se que a área de intervenção apresenta um clima mediterrâneo, relativamente ameno e ensolarado, propício às caminhadas e a outras atividades turísticas ao ar livre.

2.2. Geologia

O Alto Alentejo tem uma geologia diversificada, marcada por áreas de bacias sedimentares meso-cenozóicas do terciário, assim como granitos e ortognaisses do magmatismo paleozóico. Registam-se também algumas manchas de câmbrio do proterozóico superior.

Destaque também para uma falha geológica que atravessa os concelhos de Campo Maior e Elvas e distintos carregamentos de cavalgamento que se distribuem pela superfície do Alto Alentejo, conforme se verifica na figura infra.

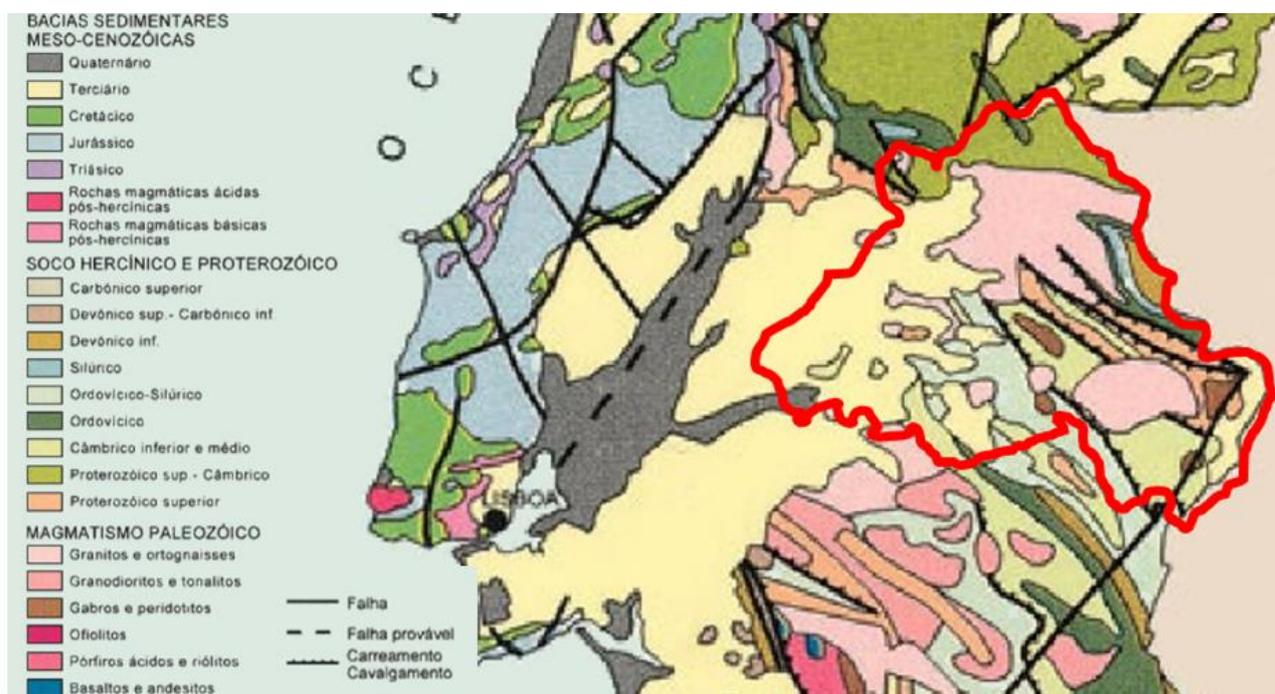


Figura 81: Carta Geológica de Portugal. Sem escala (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Informação, IP.).
Fonte: CIMAA, 2018

2.3. Geomorfologia

Neste ponto do trabalho de projeto estão reunidos os parâmetros relativos à hipsometria, à hidrografia e aos declives necessários à caracterização geomorfológica da paisagem do Alto Alentejo.

Com efeito, a distribuição dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal continental está intimamente relacionada com as ações geológicas que moldaram o nosso território.

A correspondência entre a distribuição e as características dos aquíferos, com as unidades geológicas da área de intervenção permitem identificar respetivamente duas unidades hidrogeológicas, que correspondem ao “Maciço Antigo”, também designado por “Maciço Ibérico ou Maciço Hespérico” e a “Bacia Terciária do Tejo-Sado”, abreviadamente designada por “Bacia do Tejo e do Sado”.



Figura 82: Unidades Hidrogeológicas. Sem escala (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Informação, IP. Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt/>)

Com efeito, esta paisagem desenvolve-se maioritariamente por terrenos do Maciço Antigo, testemunhado pelo afloramento da faixa, localmente designada de “Portalegre – Esperança” que, apresenta uma orientação próxima de oeste – este, com continuidade em território espanhol. O Maciço Antigo, constituído fundamentalmente por rochas eruptivas e metassedimentares, dispõe, em geral, de poucos recursos, embora se assinalem algumas exceções, normalmente relacionadas com a presença de maciços calcários. Pese embora o Maciço Antigo abranger a maior superfície do Alto Alentejo, conforme se

visualiza na figura abaixo, a extremidade do sector ocidental da paisagem da área de intervenção incorpora a unidade hidrológica da bacia sedimentar do Tejo e do Sado.

Do ponto de vista hidrográfico, a paisagem desenvolve-se pelas bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana. É em função do rio Tejo que grande parte da rede hidrográfica do sector setentrional e ocidental desta paisagem se define, delimitando inclusivamente a paisagem na sua extremidade Norte. Os principais afluentes do rio Tejo são as ribeiras de Sor e Raia, sendo que a bacia hidrográfica do rio Sorraia, com as suas cabeceiras na serra de São Mamede, drena uma elevada densidade de linhas de água com um carácter fortemente erosivo. Por seu turno, com um percurso de sul para norte, a ribeira de Nisa, com origem na vertente noroeste da serra de São Mamede, desagua no Tejo, a jusante das Portas do Ródão, na barragem de Fratel.

O sector sudeste da paisagem do Alto Alentejo integra a bacia do Guadiana, onde se destaca o rio Caia que tem origem na face meridional da serra de São Mamede, sendo a principal linha de água deste sector da paisagem que desagua na margem direita do Guadiana, a sudeste da cidade de Elvas.



Figura 83: Rede Hidrográfica Principal (Ordem de Strahler). Sem escala (Atlas Digital 2003; Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt/>)

“O relevo do Alto Alentejo é complexo e, na maior parte, tem formas pouco características. Lembra um mosaico fraturado e desnivelado, mas os desníveis são quase sempre pequenos e, por isso, os degraus em regra são pouco vigorosos (Feio & Martins,1993, p. 149). Com efeito, a paisagem do Alto Alentejo apresenta uma altimetria diversificada, com destaque para a peneplanície e para outros acidentes tectónicos:

- Peneplanície: apresenta uma altitude na ordem dos 550-600 metros, sendo que a sul da área de intervenção, esta forma de relevo é mais baixa do que na área norte;
- Serra de São Mamede: é a forma de relevo com maior altitude, não só do Alto Alentejo, mas de toda a paisagem a sul do Rio Tejo; situada junto à fronteira, levanta-se a 1027 m e está completamente rodeada pela peneplanície, a sul, com cerca de 350-400m. A parte ocidental da serra é formada por granitos e a este por xistos, com intercalações de quartzítico. É uma paisagem marcada também pelas cristas de quartzítico, sendo que uma delas, a sul, passa justamente por Portalegre;
- Degrau de Póvoa e Meadas até Nisa: um pouco ao norte destas povoações, desenvolve-se o extenso degrau, pequeno mas continuado, correspondendo ao degrau tectónico de Póvoa e Meadas;
- A crista quartzítica de Rodão: resultou da erosão da peneplanície que pôs a descoberto as cristas. É constituída por materiais quartzíticos e a sua altitude ronda os 570-460 metros;
- O fosso tectónico do Arneiro: localiza-se na povoação do Arneiro e é constituída por uma escarpa de falha. (Feio et al.,1993).

Relativamente aos declives e tendo em linha de conta de que estes representam um dos fatores físicos de maior importância na forma de ocupação humana da paisagem, verificam-se que, de um modo geral, o Alto Alentejo tem declives suaves a moderados, sendo que os mais significativos estão relacionados com os principais relevos de altitude desta paisagem, nomeadamente o cume de São Mamede, bem como com a incisão dos principais cursos de água (ver figura infra).

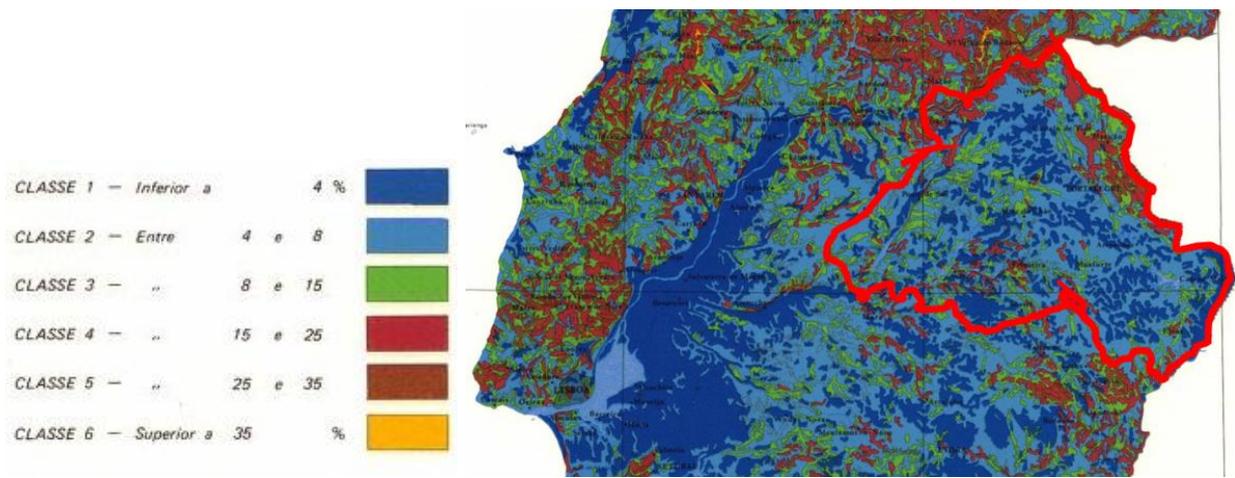


Figura 85: Carta de Declives - Atlas do Ambiente. Comissão Nacional do Ambiente. 1986. Sem escala. (Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais; Direção Geral dos Recursos Naturais; Fonte: CIMAA)

2.4. Solos

Segundo Joaquim B. da Costa (1985) o solo “pode definir-se como o meio natural para o desenvolvimento das plantas terrestres, tal como se formou (solo dito natural), ou mais ou menos modificado como resultado da sua utilização pelo Homem.”⁷

Com efeito, o solo corresponde a uma etapa relativamente superficial e instável do vasto processo geológico, iniciado com as transformações da crosta terrestre, que se traduz pela desintegração das rochas consolidadas e pelo ciclo de desagregação, transporte e depósito dos materiais.

A formação do solo é fortemente determinada pelo processo geológico e por outros cinco fatores: o clima (principalmente a temperatura e a precipitação), a

⁷ Costa, J. B. (1985). Caracterização e Constituição do Solo. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 53.

presença e a interação dos organismos vivos (como os animais do solo e a ação humana), a natureza do material rochoso original, a topografia e o intervalo de tempo que os materiais iniciais levam a alterar-se.

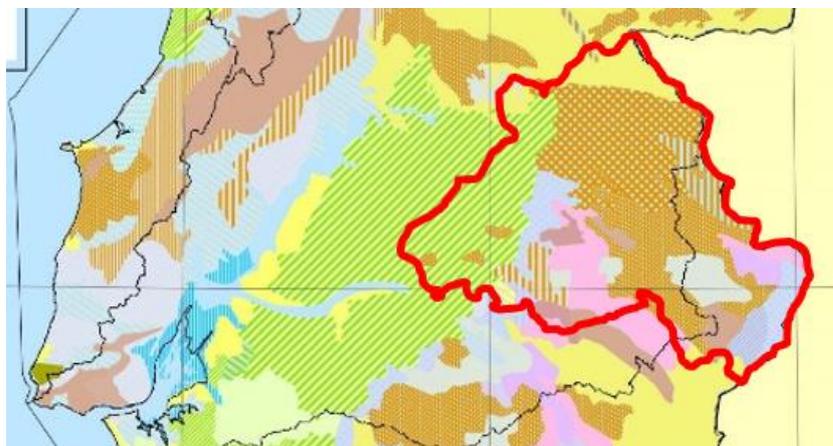


Figura 86: Tipo de Solo - Atlas Digital 2003. Sem escala. (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://snirh.opambiente.pt/>)

Os processos geológicos que ocorrem, associados aos fatores acima mencionados, dão corpo à formação do solo, pelo que a natureza do material

rochoso original define as suas características, tais como a textura e a acidez. Neste âmbito, pode dizer-se que a diversidade que se observa no Alto Alentejo relaciona-se com as características do substrato rochoso que conduzem a uma erosão diferencial, tornando evidentes as diferenças entre o modelado desenvolvido dos granitos e dos xistos, sendo estes últimos os terrenos mais antigos do Alentejo, que se localizam no concelho de Arronches, com mais de 600 milhões de anos.

O Alto Alentejo apresenta, de um modo geral, grande heterogeneidade de solos, conforme demonstra a figura supra.

2.5. Humanização

Da figura abaixo efetua-se uma leitura sobre a distribuição das diferentes tipologias de ocupação do solo e sua interação com outras classes. Com efeito, as manchas tipológicas com maior dominância na paisagem do Alto Alentejo são as classes de floresta, as áreas agrícolas heterogéneas, as áreas de vegetação arbustiva ou herbácea, as terras aráveis e as culturas anuais.



Figura 87: Uso do Solo - Atlas Digital 2003. Sem escala. (Instituto da Água, I.P.; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://snirh.apambiente.pt>)

De facto, nesta paisagem o setor primário está na base de muitos dos mais importantes atributos turísticos do Alto Alentejo, com destaque para os usos da

paisagem, onde predominam os olivais e as pastagens, associadas à vida do campo, à cultura local, aos produtos da terra e à ligação desses produtos com a gastronomia regional. Algumas das fileiras agrícolas desta paisagem são partes interessadas no desenvolvimento de alguns produtos turísticos mais segmentados, como são os casos do olivoturismo e do enoturismo.

Refira-se, também, que tendo uma forte presença nas vivências e na identidade da paisagem, a exploração da cortiça e o montado de sobro é outra atividade primária e forma de ocupação do solo, com forte potencial turístico, quer em termos paisagísticos, quer etnográficos e históricos.

3. O Enquadramento Ecológico

O presente capítulo trata do enquadramento ecológico da área de intervenção, no qual se considera importante compreender a importância do “ecossistema”, os seus serviços e a sua distribuição geográfica na paisagem do Alto Alentejo.

Com efeito a definição de ecossistema aplicada ao presente projeto “compreende áreas relativamente homogêneas em termos espaciais, a que estão associadas um conjunto de componentes e processos que determinam o seu funcionamento ecológico e o nível de fornecimento de serviços de ecossistema, isto é, o seu contributo potencial para o bem-estar humano, contributo esse que pode ocorrer a escalas desde a local à global.” (Marta-Pedroso, C., Gama, I., Laporta L., & Domingos, T. 2014 p. 28)

Os serviços dos ecossistemas correspondem à sua capacidade de fornecer, serviços de forma durável, quer ao nível da regulação climática, purificação de água, produção de alimentos, quer de fornecimento de materiais de origem florestal, entre outros.

Segundo Marta-Pedroso, C. & Domingos, T., Mesquita S., Capelo J., Gama, I., Laporta L., Alves, M., Proença, V., Canaveira, P., Reis, M. (2014) o teor de matéria orgânica, o valor ecológico das comunidades vegetais, a fitodiversidade, a zoodiversidade, a proteção do solo, a regulação climática devido ao sequestro de carbono, a produção de fibra, a produção vegetal e a

produção animal foram tidos em consideração no mapeamento dos ecossistemas e na classificação dos seus habitats, espelhados na carta de ecossistemas de Portugal. Esta é uma ferramenta crucial ao planeamento regional, com detalhe e extensiva às vertentes da conservação da natureza e dos serviços de ecossistemas, com vista ao bem-estar humano, conforme a figura infra.



Figura 88: Carta de Ecossistemas. Mapeamento e Avaliação dos Serviços de Ecossistema em Portugal. Relatório Final. Sem escala. 2014. (Carta 02/14, EUNIS Nível 1) Marta-Pedroso, C. & Domingos, T. (Eds. Mesquita S., Capelo J., Gama, I., Laporta L., Alves, M., Proença, V., Canaveira, P., Reis, M. Estudo encomendado pela Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Não havendo a pretensão de abordar no presente trabalho de projeto todos os fatores subjacentes à carta de ecossistemas da área de intervenção, apenas será apresentada uma breve caracterização da sua flora e fauna, assim como das suas áreas protegidas e classificadas que tiveram por base a proteção dos seus atributos relativos à biodiversidade e à geodiversidade.

A perspetiva adotada nesta análise reflete uma preocupação de identificar, através das espécies que ocorrem no Alto Alentejo, os habitats de maior interesse ou os mais sensíveis do ponto de vista ecológico e que justificaram a definição dos traçados da REDE AFN. (imagem infra)



Figura 89: Fotografias representativas da diversidade de ecossistemas do Alto Alentejo. Fonte: Autora. 2017, 2018.

3.1. Flora

“A flora mediterrânea é ao mesmo tempo antiga e rica.”

(Ribeiro, 1945)

À semelhança da flora mediterrânea, a paisagem do Alto Alentejo possui uma elevada riqueza ecológica no que concerne à flora, proporcionada pela heterogeneidade climática e geomorfológica, revelada pela forte dicotomia entre as zonas norte-noroeste (correspondendo ao território do PNSSM) e as zonas sul-sudoeste-sudeste (tipicamente mediterrânicas).

Observa-se uma dominância das espécies mediterrânicas adaptadas ao período de seca estival, característico da região, seguidas pelas espécies atlânticas que confirmam a influência da proximidade de zonas de maior altitude (com um clima mais frio e húmido). Com efeito, a repartição das diversas espécies vegetais surge em função das suas preferências de solo e de clima, constatando-se que a área de intervenção se integra na região biogeográfica mediterrânica. (Costa, J. C., Aguiar, C., Capelo J. H., Lousã, M. & Neto, C., 1998).

Em termos fitogeográficos, e de acordo com a classificação proposta por Pina Manique e Albuquerque (1984), na carta ecológica de Portugal, o Alto Alentejo insere-se nas seguintes zonas ecológicas fitoclimáticas, de nível Basal (Inferior a 400 m):

Submediterrânea (SM) e Submediterrânea x Iberomediterrânea (SM.IM), com a seguinte síntese vegetativa:

Carvalhal e Montado

Os montados constituem formações florestais seminaturais, caracterizadas principalmente por um estrato arbóreo normalmente pouco denso, e por um sub coberto formado por matos ou pastos naturais ou seminaturais (Ferreira e Sousa, 2008). O estrato arbóreo é dominado por *Quercus pyrenaica* (Carvalho-negral), *Quercus suber* (Sobreiro) e *Quercus rotundifolia* (Azinheira), ou por vários *Quercus sp.* Podem ainda ocorrer na forma de montados mistos.

Os montados do Alto Alentejo são o *habitat* mais representativo desta região; contudo, algumas destas áreas denotam um acentuado grau de degradação com sub-coberto arbustivo nulo e baixo coberto arbóreo. Tal facto ocorre com diferentes intensidades e em áreas distintas, devendo-se principalmente à sobre-exploração, a práticas silvícolas e a uma gestão incorreta que deverá ser evitada e corrigida, de forma a proteger este importante sistema agro-silvo-pastoril.

O seu sub coberto é constituído essencialmente por matos de sargaço, por esteva e por rosmaninho que demonstram uma etapa avançada da degradação destes bosques e pré-bosques.

Mato

Formação predominantemente lenhosa de porte variável entre 1 e 3m com domínio de *Cistus ladanifer* (Esteva) e com a presença de outros *Cistus sp.* e ainda *Cytisus striatus* (Giestaamarela), *C. grandiflorus* (Giesteira-das-sebes), *Adenocarpus complicatus* (Codeço), *Helichrysum*

stoechas (Marcenilha), *Daphne gnidium* (Trovisco), *Lavandula luisieri* (Rosmaninho) e *Lavandula pedunculata* (Rosmaninho-maior).

Olival

Estrutura vegetal dominada pela oliveira (*Olea europaea* var. *europaea*), em mancha contínua ou intercalada com o montado, que se apresenta alternadamente com o subcoberto de pasto ou de mato, na composição atrás referida e ao nível do estrato arbóreo.

Culturas arvenses

Esta unidade é predominantemente constituída por culturas agrícolas, nomeadamente, pela cultura do centeio ou por campos em pousio. Estes últimos são muitas vezes um mosaico de formações herbáceas dominado por gramíneas e terófitos diversos.

Pinhal

Povoamentos menos significativos que os eucaliptais, com estrutura de bosque, constituídos por um subcoberto de *Calluna vulgaris* (Queiró), *Phillyrea angustifolia* (Lentisco), *Daphne gnidium* (Trovisco) e *Genista tridentata* (Carqueija). De realçar a presença do *Allium pruinaum*, outro endemismo lusitano nesta unidade.

Eucaliptal

Estrutura silvícola dominada por *Eucalyptus globulus* apresentando um subcoberto de características variadas com a presença de muitas espécies referenciadas sobretudo no biótopo matos, como *Genista tridentata* (Carqueija), *Daphne gnidium* (Trovisco), *Cistus ladanifer* (Esteva) e *Erica arborea* (Urze-branca), tendo ocasionalmente preservados, no seu interior, exemplares de outras espécies arbóreas como *Quercus suber* (Sobreiro) e *Crataegus monogyna* (Pilriteiro).

Galeria ripícola

As galerias ripícolas apresentam uma estrutura e composição diversificada, sendo decisivas para a proteção das margens das linhas de água. Ocorrem os estratos arbustivo e arbóreo bem estruturados e

são constituídas por espécies como o *Fraxinus angustifolia* (Freixo), o *Alnus glutinosa* (Amieiro), *Populus nigra* (Choupo), *Salix alba*, *Salix atrocinerea* (Salgueiros) e *Ulmus minor* (Ulmeiro).

Também no Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Alentejo⁸, foram identificadas três sub-regiões homogêneas nos espaços florestais do Alto Alentejo, com as seguintes funções:

1. Charneca do Alto Alentejo (produção-proteção-silvo pastoril, caça e pesca)

Apresenta como pontos fortes: elevado potencial produtivo lenhoso – Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, Eucalipto; bom potencial para a produção de cortiça; existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos; potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética; potencial para a atividade piscatória nas águas interiores decorrente da existência de albufeiras com potencial para a pesca; região de grande interesse paisagístico pela paisagem com valor estético centrado no mosaico, onde alternam as manchas agrícolas e as florestais, de mata ou pinhais; existência de áreas significativas com valor para a conservação da natureza.

Apresenta como pontos fracos: solos com suscetibilidade à desertificação nas linhas de água e em locais com declive acentuado.



Figura 90: Fotografia representativa da Charneca do Alto Alentejo. Fonte: Autora.2016.

⁸ IPI Consulting Network (2017). Plano regional de Ordenamento da Floresta do Alentejo-Decreto Regulamentar, Fase II. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

2. Peneplanície do Alto Alentejo (produção-proteção- silvo pastoril, caça e pesca)

Apresenta como pontos fortes: elevado potencial para a atividade silvo pastoril e cinegética; elevada dimensão da propriedade; elevada ocupação florestal centrada nos montados de sobro e de azinho; existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos, tais como cogumelos silvestres e ervas aromáticas; grande interesse paisagístico pela paisagem resultante da ocupação de solo existente, centrada nos montados de sobro e azinho.

Apresenta como pontos fracos: reduzida densidade populacional e população envelhecida; falta de mão-de-obra qualificada, com destaque para os operários especializados como tiradores de cortiça; montado envelhecido e com fraca regeneração natural, resultante dos desequilíbrios na gestão destes ecossistemas, a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvo pastoril.



Figura 91: Imagens representativas da Peneplanície do Alto Alentejo. Fonte: Autora.2017

3. Serra de São Mamede (conservação-produção-proteção)

Apresenta como pontos fortes: potenciais de recreio e lazer elevados para o turismo de natureza e em especial para “Walking”; elevado interesse paisagístico, resultado dos valores cénicos das paisagens do PNSSM; elevado potencial produtivo lenhoso e bastante diversificado

para o carvalho negral, castanheiro, madeiras nobres, além do pinheiro bravo e outras folhosas; região com potencial para a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente cogumelos, mel e castanha; existência de habitats florestais do Sítio de S. Mamede, no que respeita a vegetação herbácea ripícola e arbórea de elevado valor (*Quercus pyrenaica* entre outros).

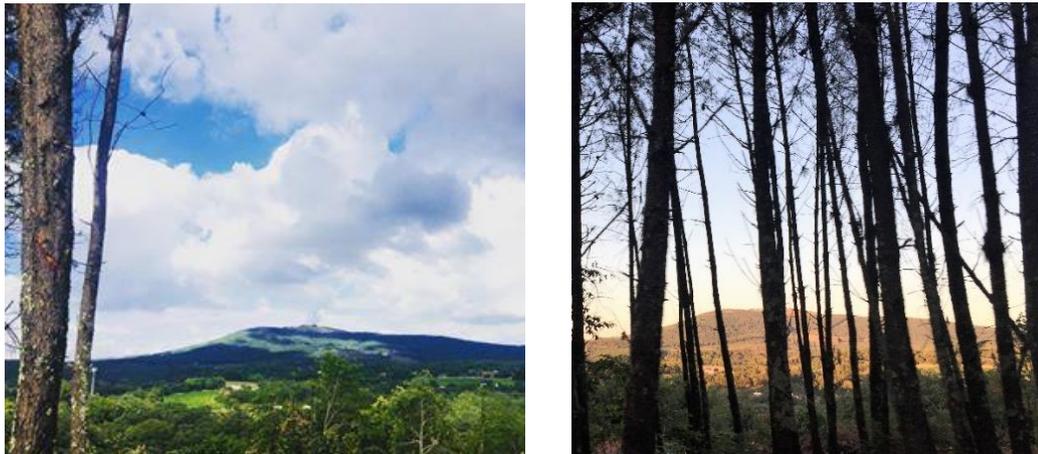


Figura 92: Imagens representativas da Serra de São Mamede. Fonte: Autora.2018

Apresenta como pontos fracos: risco de erosão médio e em alguns locais elevado, como sejam as áreas montanhosas com relevo acentuado, vales profundos e encaixados onde se registam valores de precipitação elevados; elevada probabilidade de ocorrência de fogos florestais; existência de grandes manchas contínuas de resinosas e eucaliptos; subaproveitamento do potencial cinegético, pela subexploração das potencialidades cinegéticas da região; pequena dimensão da propriedade florestal.

Para estas três sub-regiões florestais da paisagem do Alto Alentejo foram definidos os seguintes objetivos no Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Alentejo: aumentar a produtividade por unidade de área; conservar a biodiversidade e a riqueza paisagística; melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvo pastoril;

promover o aproveitamento de biomassa para energia; reabilitar do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação; recuperar as galerias ripícolas; aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações; melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvo pastoril; preservar os valores fundamentais do solo e da água; promover o aproveitamento de biomassa para energia; reabilitar o potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação; recuperar o montado de sobro e azinho e promover a regeneração natural; promover o aproveitamento de produtos não lenhosos; aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio; melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados; promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas. (IPI Consulting Network, 2017).

3.2. Fauna

A riqueza e a diversidade da paisagem também se refletem na fauna.

A informação existente é maioritariamente de nível nacional e regional, pelo que foram utilizados os estudos efetuados pelo Centro de Estudos de Migrações e de Proteção de Aves (CEMPA) compilados no “Atlas das Aves que Nidificam em Portugal Continental”, Lisboa 1989; e os estudos descritos no “Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal”, Lisboa 1990.

Com efeito, o Alto Alentejo reúne um número bastante diversificado de tipos de habitat, incluindo muitos locais com elevada diversidade faunística e algumas espécies de vertebrados terrestres com considerável valor conservacionista.

A diversidade das condições ecológicas aponta para a presença de numerosas comunidades animais, apesar do impacte negativo decorrente de determinadas atividades humanas. Importa realçar que a serra de São Mamede constitui uma das zonas mais ricas em avifauna, das que se encontram ao sul do Tejo, não

só pelo elevado número de espécies existentes, mas também pela raridade de umas e pela grande população de outras.

Segundo o Atlas das Aves que Nidificam em Portugal Continental, realizado pelo Centro de Estudos de Migrações e Proteção de Aves, 1989, no Alto Alentejo, destacam-se as seguintes espécies de aves: águia-de-asa-redonda, águia-calçada, milhafre-preto, garça-boieira, garça-real, coruja-do-mato, coruja-das-torres. No que diz respeito aos mamíferos, o realce vai para o javali, o veado, o texugo, o sacarrabos, a geneta, a raposa e o coelho. Assinala-se também a presença de numerosos anfíbios e répteis entre os quais se destacam, por constituírem endemismos ibéricos: o lagarto-de-água, sapo-parteiro-ibérico, tritão-de-ventre-laranja e rã ibérica.

Existem também algumas espécies com estatuto de conservação a nível nacional. De acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, na paisagem do Alto Alentejo podem identificar-se as seguintes espécies:

- Aves: Abutre-do-Egipto, Águia-de-Bonelli, Ógea, Peneireiro-das-torres, Tartaranhão-caçador, Peneireiro-cinzento, Bufo-real;
- Mamíferos: Gato-bravo, Toirão, Lontra, Lobo, Lince Ibérico;
- Répteis e Anfíbios: tanto os anfíbios como os répteis estão ligados a biótopos particulares que se caracterizam pela sua fraca mobilidade; daí a grande dificuldade em recolonizarem novas áreas no caso de destruição ou de alteração dos seus habitats naturais. Nesta ótica podem, generalizadamente, ser considerados como grupos potencialmente ameaçados.

3.3. As áreas classificadas

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho define um SNAC, que integra a RNAP, as áreas da Rede Natura 2000 e as demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. Estas áreas são locais privilegiados para o turismo, no contexto internacional e

nacional, pelos seus valores naturais e culturais, ativos fulcrais, indissociáveis do turismo de natureza e nas quais importa fomentar o equilíbrio entre os valores existentes e a atividade turística.

Conforme é explícito na RCM nº 51/2015, de 21 de julho, nestas áreas “o turismo deve ser sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade e contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento económico local garantindo que a utilização dos recursos não compromete o seu usufruto pelas gerações futuras.”

O SNAC constitui uma grande vantagem para o país e para as suas regiões, quer pela oportunidade de valorização dos diversos produtos e serviços que lhe estão associados, quer promovendo a valorização dos destinos e a implementação de mecanismos de gestão em rede. Reúnem, no seu conjunto, um património nacional distinto, do qual o país se deve apropriar e colocar ao serviço das pessoas e da sua economia. Reconhecendo estes importantes ativos, a tutela e o ICNF criaram a marca nacional de áreas integradas no SNAC – “Natural.PT”, uma alavanca privilegiada para a projeção do capital natural, qualificadora dos recursos endógenos reais e potenciais dos territórios, representativos das singularidades naturais, da sua biodiversidade, da geodiversidade e da cultura. Refira-se que a REDE AFN faz parte integrante, desde o primeiro momento, da marca “Natural.pt” e obteve o 2º prémio, na categoria “Projeto”, dos Natural.PT Awards 2016.

Com efeito, no ponto mais alto do Alentejo entende-se o significado de biodiversidade e de geodiversidade, que fundamentaram a atribuição de um conjunto de classificações, de âmbito nacional e europeu, traduzidas em treze as áreas classificadas:

1. **Monumento Natural das Portas de Ródão** (inserido na Rede Nacional de Áreas Protegidas)

Tendo como entidade gestora o ICNF, este monumento natural foi criado em 2009 abrangendo uma área de 965ha repartida entre os concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa. A formação geológica denominada “Portas de Ródão” é o seu elemento mais marcante sendo que nas suas

escarpas quartzíticas nidificam importantes aves rupícolas e ocorrem importantes formações vegetais. Esta área protegida também possui configurações geológicas e paleontológicas que a convertem num geosítio ⁹, bem como em património arqueológico que testemunha a presença humana desde há muitos milhares de anos, destacando-se o Conhal do Arneiro que corresponde a uma exploração de ouro da época romana.

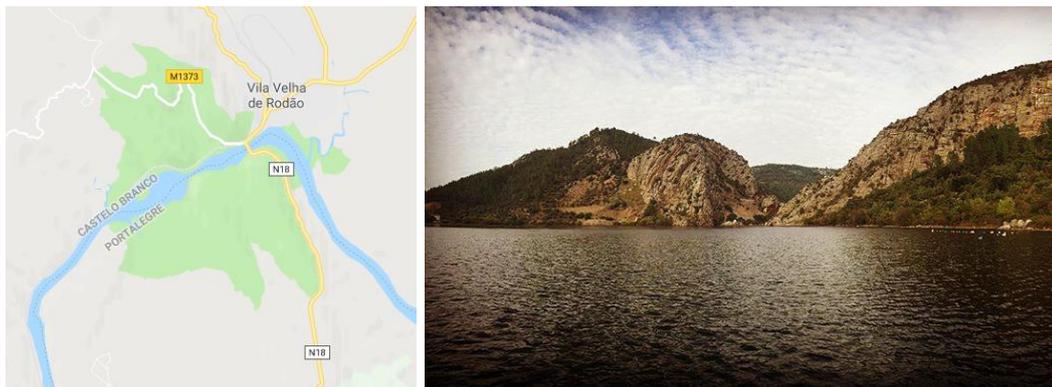


Figura 93: Planta de localização do Monumento Natural das Portas de Ródão. (Disponível em <https://www.google.pt/maps/>). Fotografia das Portas de Rodão. Fonte: Autora.2016

2. Parque Natural da Serra de São Mamede (inserido na Rede Nacional de Áreas Protegidas)

A Serra de São Mamede corresponde à principal formação montanhosa do Alentejo e atribuiu o nome a este Parque Natural. Pela sua localização geográfica e pelo facto de se erguer acima dos 1.000m origina diferentes situações microclimáticas que lhe conferem características exclusivas, e que contribuem para a existência de algumas comunidades animais e vegetais, que ocorrem de uma forma quase isolada e singular.

O Parque ocupa uma área superior a cinquenta e cinco mil hectares e engloba cinco concelhos do distrito: Arronches, Castelo de Vide, Portalegre, Marvão e Nisa. A águia de Bonelli empresta a sua figura ao

⁹ Geosítio: é um lugar de particular interesse para o estudo da geologia, notável sob o ponto de vista científico, didático ou turístico, seja pela singularidade de suas formações geológicas ou da natureza mineral do subsolo seja por seu valor paleontológico. (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>)

símbolo deste Parque Natural, local onde “ocorreu o casamento perfeito entre o Homem e essa dama de linhas sedutoras, de nome Natureza. Como mãe, a Natureza gerou uma serra dotada de grande diversidade de paisagens, de geologias, de espécies arbóreas e vegetais e de comunidades faunísticas.

O Homem, esse, moldou o que a Natureza deixou. Com esforçada sorte, com sabedoria, com a arte de quem se atreve a experimentar alguns recantos da superfície do Mundo.” (Foge Comigo, 2016).

Toda a paisagem tem como entidade gestora o PNSSM.

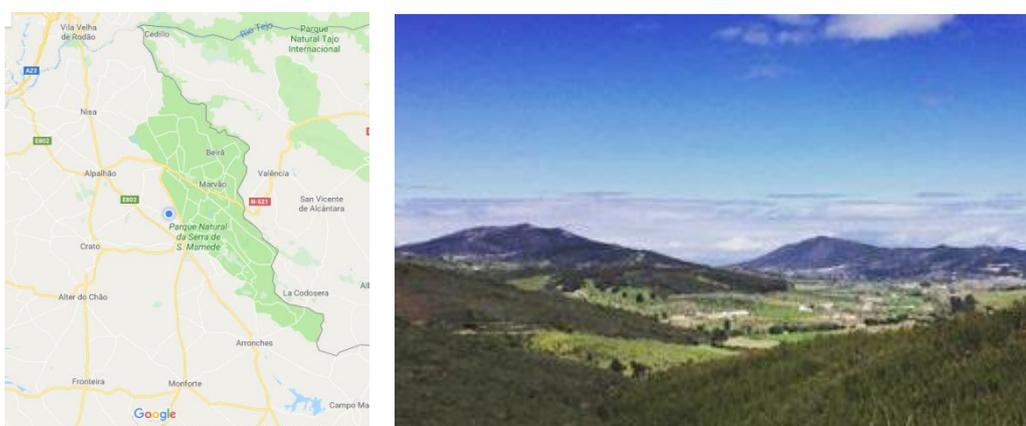


Figura 94: Planta de localização do PNSSM. (Disponível em <https://www.google.pt/maps/>). Fotografia representativa do PNSSM. Fonte: Autora.2015

3. **SIC Cabeção** (Sítio de importância comunitária, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva habitats, cuja gestão pertence ao ICNF)

Integra 48.607ha numa área de relevo suave, cujo principal habitat é o montado de sobro, com um sub-coberto pratense, utilizado por uma pecuária extensiva.

Abrange os concelhos de Alter do Chão, Avis, Ponte de Sor e Mora, do Alentejo Central;



Figura 95: Planta de localização do SIC Cabeção. (Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografias representativas (Disponíveis em <http://www.escapadinhas.org/escapadinha-passadico-do-parque-ecologico-do-gameiro/>; <http://www.praiafluvial.pt/prai-a-fluvial-do-gameiro/>)

4. **SIC Caia** (Sítio de importância comunitária, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva habitats, cuja gestão pertence ao ICNF)

A grande variedade de situações geomorfológicas e de utilização do solo que existe nos seus 31.115ha, cria grande diversidade paisagística e ocorrência de habitats. Abrange os concelhos de Arronches, Campo Maior e Elvas.



Figura 96: Planta de localização do SIC Caia. (Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia representativa. Fonte: Autora. 2015

5. **SIC Guadiana /Juromenha** (Sítio de importância comunitária, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva habitats, cuja gestão pertence ao ICNF)
Os 2.501ha deste SIC encostam-se a um sector de 50km da margem do Guadiana. Aqui predomina o azinhal, que alberga importantes valores florísticos, podendo também afirmar-se que é o único local em Portugal com a ocorrência da maior densidade no mundo do *Narcissus cavanillesii*; Abrange os territórios dos concelhos de Juromenha e Elvas.

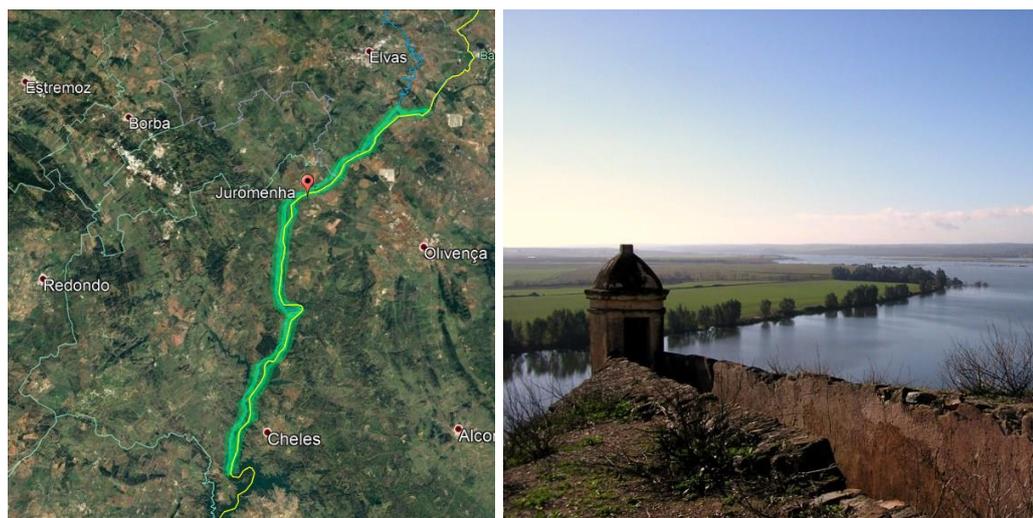


Figura 97: Planta de localização do SIC Guadiana /Juromenha. (Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia representativa. (Disponível em: <https://olhares67.wordpress.com/2010/06/16/juromenha-rio-guadiana-a-passagem-pelo-castelo/>)

6. **SIC Nisa-Lage da Prata** (Sítio de importância comunitária, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva habitats, cuja gestão pertence ao ICNF).

Este SIC estende-se por uma área de 12.658ha de peneplanície, onde apenas contrastam os cabeços povoados por enormes blocos graníticos e os vales onde encaixam nos principais cursos de água. Uma das mais importantes especificidades deste SIC relaciona-se precisamente com o carvalho-negral, nomeadamente quando ocorre sob a forma de montado, o que constitui uma raridade a nível nacional; abrange os concelhos de Crato e Nisa.

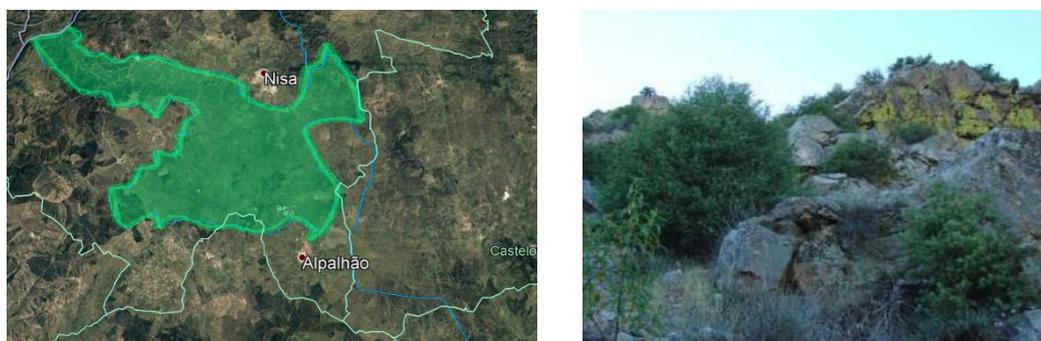


Figura 98: Planta de localização do SIC Nisa-Lage da Prata. (Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia representativa da Conservação dos habitats de matagais arborescentes de *Juniperus oxycedrus* subsp. *Lagunae*.

Disponível em:

<http://ec.europa.eu/environment/life/project/Projects/index.cfm?fuseaction=home.showFile&rep=file&fil=LIFE04 NAT P 000214 LAYMAN PT.pdf>

7. **SIC São Mamede** (Sítio de importância comunitária, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva habitats, cuja gestão pertence ao ICNF)

Estende-se pelos concelhos de Arronches, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Elvas, Nisa e Campo Maior e integra 116.114ha de grande diversidade de habitats, alguns prioritários. Possui também a comunidade mais importante do país, e uma das mais importantes da Europa, para a criação e hibernação de várias espécies de morcegos;



Figura 99: Planta de localização do SIC São Mamede. (Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia CIMAA. 2016)

8. **ZPE Campo Maior** (Zona de proteção especial, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva aves selvagens, cuja gestão pertence ao ICNF)
São quase 9.600ha de montado aberto, disperso e de zonas agrícolas, principalmente para o cultivo de cereais e por onde correm a ribeira de Abrilongo e o rio Xévorá. É uma área determinante para a conservação e observação de aves estepárias; abrange o concelho de Campo Maior;



Figura 100: Planta de localização da ZPE Campo Maior. (Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia CIMAA. 2016)

9. **ZPE Monforte** (Zona de proteção especial, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva aves selvagens, cuja gestão pertence ao ICNF)
Esta ZPE abrange os concelhos de Monforte e Fronteira ocupando uma área de 1.885,25ha. Aqui predominam as pastagens em regime extensivo e as zonas cerealíferas extensivas e semi-intensivas. Também ocorrem alguns olivais tradicionais de pequena dimensão e montados de azinho disperso, com pastagens e cereal no sub-coberto.

Esta área foi estabelecida com o objetivo de favorecer a conservação das aves estepárias;



Figura 101: Planta de localização da ZPE Monforte. (Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia da Autora. 2017)

10. ZPE São Vicente (Zona de proteção especial, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva aves selvagens, cuja gestão pertence ao ICNF)

Com 3.564,65ha, corresponde a uma área de pastagens extensivas e de cerealicultura, povoada por montado de azinho disperso e por pequenos olivais. Zona importante para as aves estepárias, como a abetarda, o sisão e o francelho.

Abrange o concelho de Elvas.

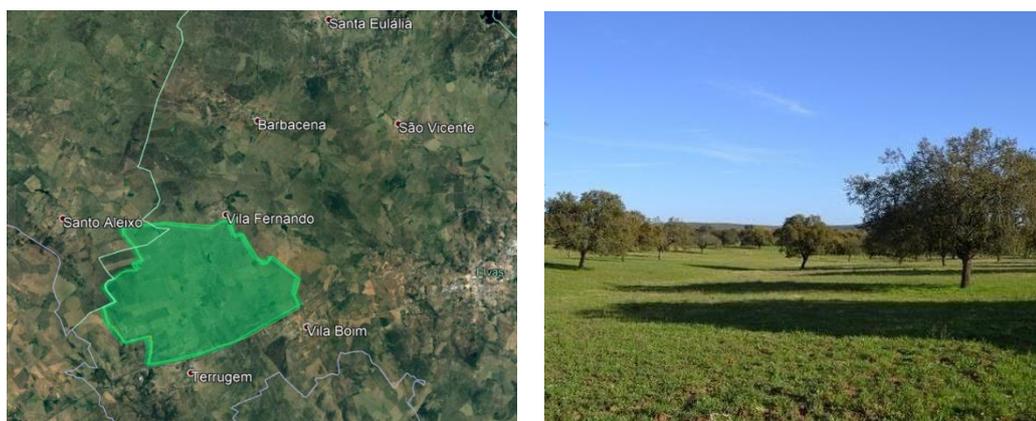


Figura 102: Planta de localização da ZPE São Vicente. (Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia da Autora. 2017)

11. **ZPE Torre de Bolsa** (Zona de proteção especial, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva aves selvagens, cuja gestão pertence ao ICNF)
Com 869ha, esta ZPE abrange uma área agrícola do concelho de Elvas, principalmente orientada para a cultura cerealífera e pastagens, com alguns olivais tradicionais de pequena dimensão e olivais novos de regime intensivo. Foi estabelecida com o objetivo de favorecer a conservação das aves estepárias e algumas aves de rapina. O nome deriva da existência de uma torre com características medievais, localizada no limite Norte desta ZPE.



Figura 103: Planta de localização da ZPE Torre de Bolsa. (Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia da Autora. 2015)

12. **ZPE Veiros** (Zona de proteção especial, integrado na Rede Natura 2000 – diretiva aves selvagens, cuja gestão pertence ao ICNF)
Com cerca de 2.000ha é uma área de pastagens extensivas e de cerealicultura, aproveitada por bovinos e ovinos, com um montado de azinho muito disperso. Corresponde a uma zona importante para as aves estepárias, nomeadamente para a sua reprodução; abrange os concelhos de Monforte e Estremoz, do Alentejo Central.



Figura 104: Planta de localização da ZPE de Veiros. (Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>). Fotografia disponível em: <https://entretejodiana.blogs.sapo.pt/tag/animais>)

13. Geopark NaturTejo (território integrado na Rede Global de Geoparks)

Tendo como entidade gestora a “Naturtejo - Empresa de Turismo”, a sua área de intervenção integra o território do concelho de Nisa e de outros cinco concelhos da Beira Baixa (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão). Embora possua cento e setenta geosítios, apenas dezasseis geomonumentos estão preparados para visita, no sentido de proteger os restantes locais ambientalmente sensíveis. Dos visitáveis, três estão localizados no Alto Alentejo e correspondem à Mina de ouro romana do Conhal do Arneiro, ao Monumento Natural das Portas do Ródão e aos Blocos pedunculados de Arez.



Figura 105: Planta de localização do GeoPark NaturTejo. (Disponível em: <https://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=o-que-visitare&id=15>. Fotografia 1: CIMAA. 2015; Fotografia 2 disponível em: <https://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=o-que-visitare&id=15>. Fotografia 3 disponível em: <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/conhos-que-conhal-um-mergulho-num-amontoado-de-seixos>)

Das treze áreas classificadas enunciadas apenas uma é coincidente com a delimitação da Unidade de Paisagem da “Serra de São Mamede”, subjacente ao estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Cancela d’Abreu et al. 2004). As outras áreas, estão integradas nas restantes de Unidades de Paisagem abordadas no capítulo 3. do presente trabalho de projeto.

Com efeito, o conjunto das áreas classificadas estendem-se numa área muito significativa, que testemunha a sua importância para o património natural e que deram origem às treze áreas classificadas acima identificadas, integradas na RNAP, no Geopark Naturtejo e na Rede Natura 2000 que, em conjunto, foram o palco da materialização da REDE AFN. Estes sítios distribuídos pela paisagem com elevado valor natural e cultural - predicados indissociáveis do Turismo de Natureza - revelam uma extraordinária predisposição para a prática de atividades práticas associadas ao turismo e ao recreio.

Com efeito, a necessidade de reaproximação dos visitantes e dos cidadãos à natureza, na procura de novas experiências, sensações, ritmos e lugares, tornam as áreas protegidas destinos apetecíveis a nichos turísticos privilegiados. Assim, a “REDE AFN” surge a partir da existência das áreas classificadas do Alto Alentejo. Contudo, o seu processo evolutivo congregou, também, a materialização da obra com a sustentabilidade, a conservação da natureza com o desenvolvimento local e a qualificação dos recursos com a diversificação da oferta turística.

Em síntese, a representação cartográfica das Áreas Classificadas do Alto Alentejo, conforme consta da figura seguinte, evidencia uma concentração junto à fronteira, constituindo uma faixa contínua de Nisa a Elvas.

A RNAP está representada por um Parque Natural e por um Monumento Natural.

O Geopark Naturtejo reúne nesta região três dos seus dezasseis geomonumentos, enquanto que a Rede Natura 2000 congrega neste território cinco SIC e quatro ZPE.

Extrapolando para as rotas da REDE AFN pode afirmar-se que as mesmas privilegiaram os locais integrados na RNAP e os sítios da Rede Natura 2000 gerando uma oferta sistematizada e diferenciada de percursos concelhios, em torno dos seus valores culturais e naturais.

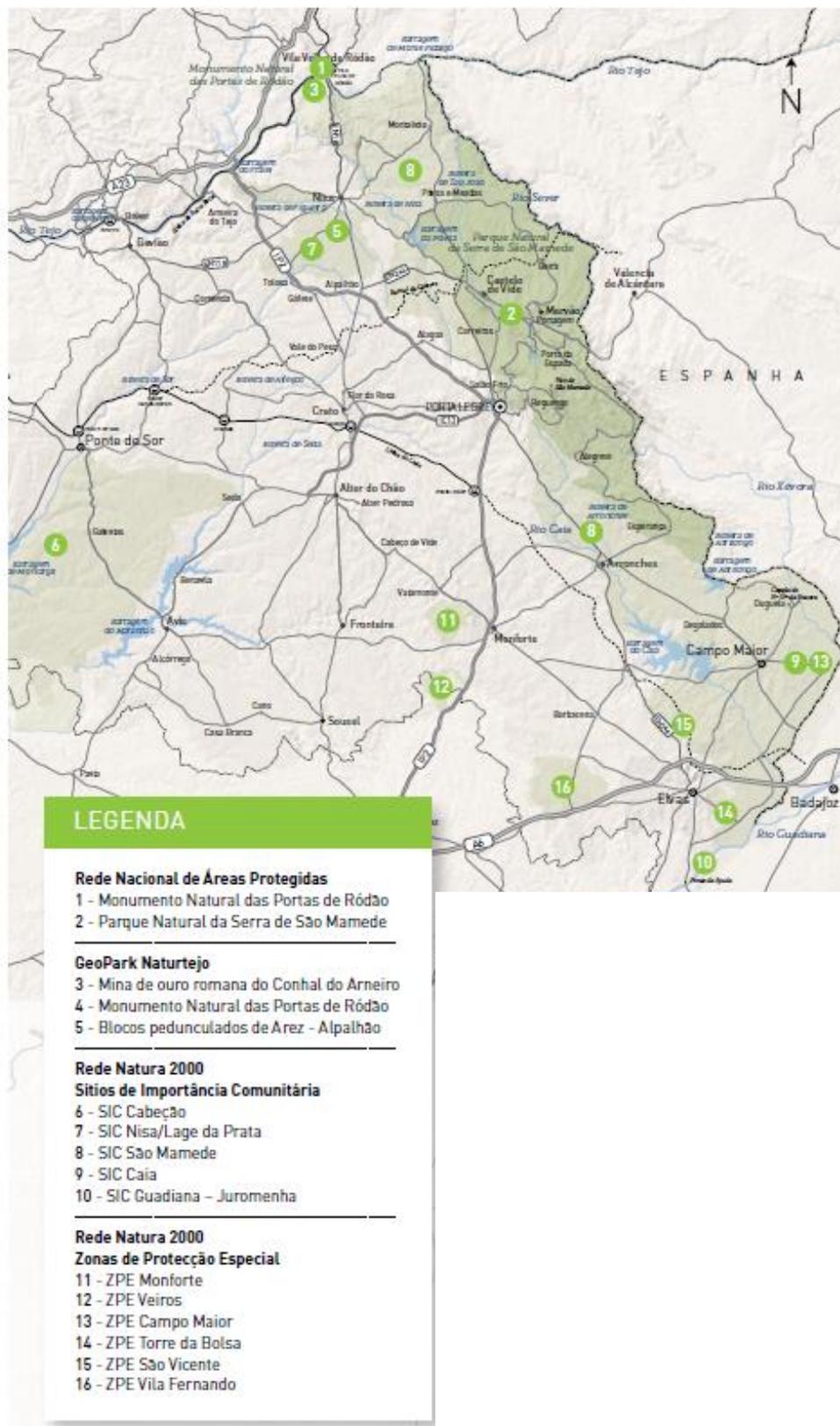


Figura 106: Localização das ZPE e dos SIC. Fonte: Editora Foge Comigo. Alto Alentejo - Ainda somos um segredo, 2016. Sem Escala.

4. O Enquadramento Social

Em termos demográficos, e tendo por base as fontes do INE no ano de 2011, a população residente no Alentejo era de 757,3 mil habitantes, o que representa 7,2% da população residente em Portugal. Por sua vez, o território do Alto Alentejo concentrava, no mesmo ano, cerca de 118 mil habitantes, ou seja 1,1% da população nacional. Constata-se que os problemas demográficos do Alentejo, face à realidade nacional, são ainda mais graves no Alto Alentejo, pela sua população revelar fortes sinais de envelhecimento e a sua estrutura demográfica apresentar grandes desafios de sustentação.

Apesar dos problemas demográficos, esta região tem melhorado os seus indicadores a nível educativo e formativo, com destaque para os cursos ou ofertas formativas ligadas ao turismo. Refira-se a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre e a licenciatura em turismo, integrada na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Portalegre.

Pese embora o esforço destas duas instituições, a oferta formativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional não reflete as necessidades e as prioridades formativas da região, especialmente num setor emergente como é o turismo, pois constata-se que está a enfrentar dificuldades de garantir a empregabilidade dos seus recursos humanos mais qualificados, em consequência do êxodo destes indivíduos para o litoral, onde se concentram as grandes cadeias hoteleiras e as empresas turísticas com maior capacidade de pagamento de remunerações. De um modo geral, os quadros formados nas instituições de ensino desta região, são forçados a procurar oportunidades de vida noutras áreas do país ou da Europa, quer pelo frágil tecido empresarial do Alto Alentejo, quer também pela ausência de uma cultura empreendedora que os indivíduos e as instituições de ensino não estimulam durante o processo de aprendizagem. Com efeito, continua a proliferar uma cultura de procura de emprego, de procura por uma entidade que assegure um posto de trabalho, com baixa a média remuneração. Cada vez mais estes segmentos da população jovem, não vêem o Alto Alentejo como uma janela de oportunidade, não valorizam os seus valores, as suas paisagens e o seu potencial de vida. Serão, pois, agentes que seguirão o seu rumo fora deste território e que, de

certo, contribuirão para o seu despovoamento e conseqüentemente para a redução da massa crítica.

No que respeita à saúde, segurança e proteção civil, pode afirmar-se que as unidades de saúde existentes no Alto Alentejo, embora seja consensual dizer que são insuficientes, estão alinhadas com a realidade demográfica do território. Ao nível dos seus profissionais, a região apresenta, também, uma evolução positiva recente. “O Alto Alentejo tem na segurança um dos seus atributos fortes, com um índice de criminalidade abaixo do registado a nível regional e nacional.” (CIMAA, 2014).

Sendo uma paisagem eminentemente agrícola e rural, a realidade estatística mostra que a economia do Alto Alentejo está fortemente centrada no setor dos serviços, onde o comércio e a administração pública são as áreas de atividade terciária mais empregadoras.

A paisagem do Alto Alentejo reflete, na sua generalidade, as ações e as dinâmicas provenientes das gerações do passado. Hoje as novas gerações não vêm na terra e nas suas paisagens algo identitário, algo que lhes pertença, algo que os faça continuar a defender e a agir como o fizeram os seus pais e os seus avós.

De um modo geral, as gerações recentes vêm nesta paisagem o suporte para as atividades de lazer e recreio. Desconhecem os seus valores endógenos, a flora, a fauna, os sítios singulares que, contrariamente, são valorizados pelos que vêm de fora e que os assinalam como únicos. Poucos são os casos das novas gerações, que vêm a terra como suporte à subsistência e, quando acontece, muitas vezes está associado às linhas de apoio dos quadros comunitários.

Assim, continuam a ser os mais velhos a zelar pela terra e pelas suas paisagens. São eles os guardiões dos seus valores, enquanto fonte de riqueza, quer pelos produtos provenientes da floresta, da vinha, da pastagem, do olival ou do montado. A sua morte, significa a venda ou o abandono, da propriedade e da paisagem.

A concretização da REDE AFN é, pois, um fator de aproximação das populações do Alto Alentejo para com as suas paisagens, com a flora, com a fauna e com outros produtos endógenos, tendo por vista a geração de riqueza proveniente destes mesmos valores.

5. O Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial

5.1. A Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

A CIMAA é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza associativa e âmbito territorial, que se rege pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que tem por desígnio a realização de interesses comuns, subjacentes aos municípios do Alto Alentejo.



Figura 107: Municípios associados da CIMAA. Fonte: <http://www.cimaa.pt/>. 2018.

O território do Alto Alentejo e o projeto em causa é orientado por um conjunto de estratégias nacionais e planos de ordenamento e gestão que influenciam a sua organização enquanto território e destino.



Figura 108: Estratégias Nacionais, Regionais e Planos de Ordenamento que influenciam o desenvolvimento do Alto Alentejo. Fonte: Autora, 2018.

Clarificando o papel da CIMAA no desenvolvimento do território e da paisagem apresenta-se um diagrama elucidativo, com destaque para a articulação das figuras regulamentares de planeamento e de gestão territorial, subjacentes ao Alto Alentejo, e especificamente no que concerne à temática do turismo.



Figura 109: Ações da CIMAA junto dos atores do território. Fonte: CIMAA, 2015.

A posição de liderança da CIMAA na REDE AFN resulta, não apenas do seu carácter verdadeiramente supramunicipal e integrador das dinâmicas territoriais do Alto Alentejo, mas também da sua capacidade de mobilização técnica e financeira, junto das autoridades de gestão, como por exemplo, o Inalentejo e o Alentejo 2020.

De entre os diversos instrumentos e para este processo, em concreto, salientam-se os seguintes:

5.2. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 foi aprovada na RCM n.º 55/2018, de 7 de maio de 2018 e é um instrumento essencial para o prosseguimento da política de ambiente e uma resposta aos

compromissos nacionais e internacionais no que concerne à perda da biodiversidade. Em simultâneo pretende ser um referencial para os desafios que se impõem no período pós 2020.

Confirma os compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que respeita aos objetivos e metas de implementação e defende que o modelo de desenvolvimento assente na valorização da paisagem e dos seus valores naturais é fulcral para a afirmação do país.

Reconhece que:

- Portugal é um país rico em biodiversidade e que urge criar estágios de equilíbrio, capazes de fixar as pessoas, de promover e gerir a visitação e a fruic o das áreas “naturais” e de dinamizar modelos de desenvolvimento econ mico adequados aos valores existentes que valorizem os serviços dos ecossistemas. Este equilíbrio deverá ser atingido através de uma discrimina o positiva, de implementa o de projetos que assentem nos recursos locais únicos, irrepetíveis e que lhes acrescentem valor;
- A diversidade biológica, enquanto valor estratégico e vetor fundamental na política de conserva o da natureza e biodiversidade, apresenta uma múltipla fun o: por um lado, a de prote o dos seus valores intr secos e, por outro, o da sua valora o social e econ mica. “Esta valora o   possível através da mobiliza o dos fatores de produ o que se concentram nas áreas mais representativas para a conserva o da natureza e biodiversidade e que não estão a ser devidamente aproveitados, assim como da sua incorpora o nas cadeias de valor dos produtos e das atividades... Em suma, a valora o que decorre dos benefícios resultantes da atividade econ mica que estes bens são capazes de gerar.” (RCM n.  55/2018, de 7 de maio de 2018).
- Será importante a apropria o das áreas classificadas, pelas pessoas, e a respetiva gestão de proximidade, no sentido de salvaguardar os valores que as caracterizam, com base numa nova atitude e que da  germinem

mais-valias sociais e económicas, provenientes de um modelo responsabilizador de cogestão.

- A importância do domínio do conhecimento e da monitorização, por forma a saber como atuar e avaliar o estado de conservação dos valores naturais. Pretende-se criar uma dinâmica proactiva de gestão da conservação da natureza e da biodiversidade, assente na informação e no conhecimento.
- As áreas classificadas funcionam em rede e com interconexões que têm de ser salvaguardadas. Isto induz a que deva ser fomentada uma articulação de políticas setoriais para a conservação da natureza, nomeadamente ao nível da agricultura, do mar, do turismo e das florestas, capaz de alcançar o bom estado de conservação do património “natural” até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.
- O desenvolvimento de atividades turísticas compatíveis com a preservação do património “natural” são determinantes para aumentar a qualificação da oferta de serviços, para a sustentabilidade da gestão das áreas classificadas, assim como para a geração de riqueza.
- A consolidação da marca “Natural.PT” do ICNF, qualificadora dos recursos endógenos mais representativos, da sua biodiversidade, da geodiversidade e cultura dos sítios, funcionará como alavanca privilegiada para a projeção deste capital natural. Tal marca auxiliará os fatores de desenvolvimento local de base sustentável, necessários à promoção da qualidade de vida, da sustentabilidade económica e social, capaz de gerar a fixação e o rejuvenescimento das populações, gerando emprego e lógicas inovadoras e multifuncionais de utilização dos espaços rurais, particularmente no interior e nas áreas mais despovoadas. Esta marca promove e valoriza, também, a integração da biodiversidade nas estratégias, políticas e cadeias de produção das empresas.

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 tem subjacente três eixos estratégicos articulados entre si:

- > Eixo 1 — Melhorar o estado de conservação do património natural.
- > Eixo 2 — Promover o reconhecimento do valor do património natural.
- > Eixo 3 — Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.

O carácter dinâmico e de interligação dos três eixos é explanado na reflexão seguinte, constante da RCM n.º 55/2018, de 7 de maio de 2018:

“é preciso ir mais longe na medida em que esta apropriação tem de ser alcançada de forma transversal na sociedade e, em particular, na sua base de sustentação, que são as pessoas que vivem e cuidam dos territórios. Reconhecer valor leva à apropriação e, por inerência, ao «cuidar». «Cuidar» conduz à melhoria do estado de conservação. A melhoria do estado de conservação facilita o reconhecimento de valor, dando início a um novo ciclo.”

5.3. Estratégia para o Turismo 2027

Aprovada pela RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, a Estratégia para o Turismo 2027 define um referencial estratégico para Portugal como destino turístico sustentável, onde o desenvolvimento turístico assenta na conservação e na valorização do património “natural” e cultural do país.

A construção da Estratégia para o Turismo 2027 teve subjacente “um processo participativo, alargado e criativo, no qual o Estado assume a sua responsabilidade e mobiliza os agentes e a sociedade. Consubstancia uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027.”

Sugere os seguintes objetivos:

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a dez anos para o turismo do país;
- Assegurar estabilidade e a congregação de vontades quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;

- Gerar uma contínua articulação com os vários agentes do turismo;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

Nesta estratégia nacional foram identificados os cinco principais desafios a implementar no respetivo horizonte temporal:

- a) Combate à sazonalidade;
- b) Valorização do património e cultura;
- c) Desconcentração da procura;
- d) Qualificação e valorização dos recursos humanos;
- e) Estímulo à inovação e ao empreendedorismo.

(disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt>)

5.4. Programa Nacional de Turismo de Natureza

A RCM nº 51/2015, de 21 de julho, aprovou o Programa Nacional de Turismo de Natureza, que constitui uma estratégia de promoção desta tipologia de turismo, onde são definidos os objetivos e as ações a preconizar nesta matéria, contemplando:

- O exercício de atividades de animação turística, em todo o território nacional, que permitam observar e desfrutar do património “natural”, paisagístico e cultural;
- A exploração de empreendimentos turísticos em áreas integradas no sistema nacional de áreas classificadas, ou em outras áreas com valores naturais, e que disponham de um adequado conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços complementares, que permitam apreciar e desfrutar o património natural e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.

Tem como objetivo principal, a promoção e a afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas (definidas no DL n.º 142/2008, de 24 de julho), assim como de outras áreas com valores “naturais” e culturais, que propiciem, por um lado, a criação de produtos, serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos e, por outro lado, privilegie a promoção, a integração e a sustentabilidade nos seguintes domínios:

- a) Conservação da natureza;
- b) Desenvolvimento local;
- c) Qualificação da oferta turística;
- d) Diversificação da atividade turística;
- e) Divulgação e valorização do património cultural.

Como objetivos específicos salienta-se o incentivo à criação de micro e pequenas empresas, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local, as relações de proximidade entre a população / visitantes e a promoção dos produtos identitários de base local, nomeadamente através da gastronomia. (disponível em: <http://www.ahresp.com>).

5.5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

Aprovado pela RCM nº 53/2010 de 2 de agosto, é o primeiro Plano Regional de Ordenamento do Território que abrange a globalidade da NUT II Alentejo. Foi elaborado ao abrigo da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que estabelece os fins, os princípios gerais e os objetivos da política de ordenamento do território e de urbanismo.

O plano define uma estratégia regional de desenvolvimento territorial; contudo, integra as opções estabelecidas ao nível nacional, no âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e considera as estratégias municipais de desenvolvimento inscritas nos Planos Diretores Municipais.

As diretivas definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo não só têm em consideração as ações normativas de ordenamento territorial, como são um instrumento relevante na conceção e na intervenção de uma estratégia territorial coesa para o Alentejo:

- O plano apela à compatibilização entre a proteção dos valores ambientais e o desenvolvimento de uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade, no que respeita às áreas protegidas alentejanas;

- Reconhece que o montado, bem como as outras manchas florestais, são recursos em que o turismo pode contribuir para compatibilizar os usos económicos e sociais com os valores ambientais;
- Reconhece que o turismo pode desempenhar um papel importante no reforço da internacionalização para a economia regional;
- Pugna pelo desenvolvimento sustentável das atividades turísticas, de modo a compatibilizar a proteção e a valorização do património regional com a afirmação de uma fileira de produtos singulares que beneficiem, das especificidades e da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural da região;
- Reconhece que devido à riqueza “natural” e paisagística, o Alentejo apresenta áreas com distintos valores “naturais” de elevado potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza.

No Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, a paisagem da área de intervenção da CIMAA é destacada da seguinte forma:

- Apresenta uma elevada quantidade e diversidade de património arquitetónico, megalítico e cultural, sendo que no PNSSM prolifera uma extensa variedade de biótopos e habitats que podem representar um papel de valorização turística no que respeita aos passeios na natureza, na observação de fauna, pesca desportiva e desportos náuticos.
- A integração do concelho de Nisa na área do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, classificado pela UNESCO, permite a implementação de estratégias de animação e valorização turística, numa ótica inter-regional e internacional de articulação com a região Centro de Portugal e com Espanha.
- Enquanto oportunidade de desenvolvimento do turismo ativo, com particular realce para a equitação (de que se destacam todas as atividades associadas à Coudelaria de Alter do Chão), para a escalada e para a pesca desportiva, entre outras.
- É reconhecido o posicionamento estratégico e transfronteiriço de Campo Maior, Portalegre, Marvão e de Castelo de Vide.

5.6. Plano Operacional de Turismo do Alentejo

É um instrumento operacional, da responsabilidade da ERT, que dita as linhas orientadoras do turismo para o período compreendido entre 2010- 2019 e que serve de suporte à intervenção das entidades turísticas regionais, da administração pública em geral e de orientação para os agentes privados.

Apresenta, como diretrizes, quatro produtos turísticos: a “gastronomia e vinhos”, o “*touring* cultural e paisagístico”, o “turismo em meio rural” e o “turismo de natureza”.

No que respeita aos valores endógenos foram considerados o “tempo”, o “espaço” e a “felicidade”, como sendo os valores com maior relevância para a definição da estratégia regional de turismo. Conexos a estes valores base foram definidas outras grandezas também representativas do Alentejo, tal como a “autenticidade”, a “magia”, a “natureza intocada”, a “comunidade”, a paisagem “humanizada” e dotada para a “aventura”.

Por força da sua capacitação em matéria de planeamento e de desenvolvimento do Alentejo, a ERT será sempre um parceiro estratégico da CIMAA, em fase de extensão e de execução do POTAA.

5.7. A Plataforma Alto Alentejo XXI

A CIMAA, no âmbito do QREN, fomentou um ciclo de debates temáticos, de forma a envolver os diversos *stakeholders* da região e a obter orientações que foram vertidas em planos operacionais sectoriais, que definem hoje a Estratégia de Desenvolvimento do Alto Alentejo. Os temas abrangidos foram:

- Mobilidade e transportes;
- Saúde, apoio social, segurança social e proteção social;
- Educação, formação e qualificação;
- Redes de abastecimento público e de águas residuais, resíduos sólidos urbanos;
- Desenvolvimento económico e social/criação de emprego;

- Turismo.

Todos eles deram origem a importantes ferramentas que agregaram os considerandos de outros instrumentos de planeamento e de ordenamento do território, assim como definiram uma agenda, com ações concretas tematizadas, que têm vindo a materializar-se, no caso do turismo, com a realização do POTAA, com o desenvolvimento da “EEC Provere Inmotion” e com a concretização do projeto “Alentejo Feel Nature - Rede de Percursos em Natureza”.

5.8. Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo

Entendeu a CIMAA realizar um POTAA, cuja missão foi definir a melhor estratégia de base turística para esta região no período compreendido entre os anos de 2014-2020. Para esse efeito desenvolveu-se uma proposta programática efetuada com base no diagnóstico prospetivo do território e no posicionamento do turismo do Alto Alentejo.

A autora integrou a equipa da CIMAA que estabeleceu pontes com os interlocutores municipais, por forma a assegurar o conveniente desenrolar do processo e a respetiva aplicação do plano de ação.

O documento lançou algumas questões: como está organizado o território? Quais as principais dinâmicas territoriais existentes que podem contribuir para o seu desenvolvimento turístico? O que diferencia o Alto Alentejo no contexto regional? E como se enquadra este território nos planos territoriais e sectoriais existentes?

As respostas a estas perguntas surgiram ao longo do desenvolvimento do plano, embora de forma sintética possamos referenciar que:

A ausência de crescimento nas últimas duas décadas permitiu, hoje, ter recursos naturais e culturais preservados capazes de, turisticamente serem sustentáveis e de estimularem uma região envelhecida, despovoada, mas com identidade e singularidades merecedoras do maior reconhecimento internacional!

Com efeito, o Alto Alentejo apresenta paisagens diferenciadoras com um mosaico paisagístico singular, de extrema biodiversidade reforçada, também, pela área correspondente ao Parque Natural da Serra de São Mamede e pelas bacias dos rios Tejo e Guadiana.

É uma região que goza de uma boa reputação de segurança, que dispõe de uma boa rede de equipamentos escolares e de acessibilidades que estimulam a coesão territorial, aproximando as cidades, as vilas e as aldeias e reforçando o diálogo e a deambulação entre as comunidades locais, os visitantes e as suas paisagens.

Nos planos territoriais e sectoriais o Alto Alentejo é destacado pela diversidade do seu património natural, arquitetónico, megalítico.

Podemos também referir que, enquanto por um lado a proposta programática deste plano estratégico apresentou as ações consideradas mais adequadas, em função do seu impacto estratégico no turismo e da sua viabilidade para os agentes turísticos, por outro lado, o respetivo plano de ação indicava três metas essenciais para o território, em geral e, em particular, para esta Comunidade Intermunicipal:

- a. Mobilizar os agentes e a comunidade local para a valorização dos recursos, envolvendo-os em ações de sensibilização e de brainstorming;
- b. Estruturar a oferta turística e articular os agentes turísticos, numa estratégia concertada e adaptada às potencialidades do território;
- c. Promover progressivamente os produtos turísticos estratégicos do Alto Alentejo.

Para aumentar a eficácia desta estratégia, o desenvolvimento do Plano baseou-se em três objetivos específicos:

- I. Criar redes de agentes turísticos e outros, públicos e privados, com vista à estruturação de produtos turísticos no Alto Alentejo;

- II. Capacitar o Alto Alentejo, nomeadamente a CIMAA, com competências para a gestão de produto (referindo-se em concreto para a Rede de Percursos AFN);
- III. Congregar outras iniciativas individuais de agentes locais, públicos ou privados, com vista a reforçar uma estratégia de desenvolvimento turístico do Alto Alentejo, no sentido de capacitar o território e as suas populações, com negócios coletivos geradores de riqueza, assentes na conservação da natureza, na visitação, na promoção, na animação e capacitação turística.

A elaboração do seu Plano de Ação considerou ainda a coordenação de esforços e decisões entre os diferentes agentes (públicos, privados e público-privados), sendo que, as ações estruturantes que contribuem de forma direta para a prossecução dos objetivos do POTAA, foram identificadas como sendo, total ou parcialmente, da responsabilidade da CIMAA.

Neste instrumento operacional, o turismo surge como uma estratégia de desenvolvimento económico, social e cultural do Alto Alentejo contribuindo para a atração de investimento, para a geração de rendimentos e para a criação de emprego.

No documento surgem três cenários de integração geoestratégica:

- I. O turismo como vetor de afirmação da região do Alto Alentejo, enquanto destino turístico de excelência e de atração. Por via da sua afirmação turística, o Alto Alentejo irá aumentar a notoriedade, o prestígio e a influência nos mercados, o que terá impacto na sua competitividade e internacionalização no espaço em que se insere;
- II. O turismo como instrumento de atração de investimentos para a região, pois a afirmação do Alto Alentejo irá melhorar as condições de operação turística na região chamando a atenção de novos investidores e promotores de iniciativas, no turismo, mas também nos outros sectores, gerando-se assim um ciclo virtuoso de investimento;
- III. O turismo como meio de promoção da identidade e da autoestima da população da região, pois a atividade turística ao favorecer o contacto

entre os turistas e as populações, pode ajudar os residentes a reconhecerem a sua identidade e a orgulharem-se dela.

Considerando as especificidades do Alto Alentejo foram definidos no POTAA quatro negócios coletivos que se acredita serem de elevado potencial para dinamizar e promover os produtos turísticos estratégicos identificados e que se apresentam, na figura abaixo. Pode efetivamente verificar-se uma complementaridade e uma ligação entre os Circuitos Turísticos, o “turismo de natureza” e o “turismo ativo” porque, enquanto um se materializa no contacto com o património histórico-cultural, os outros valorizam a identidade e a vivência de experiências no território.

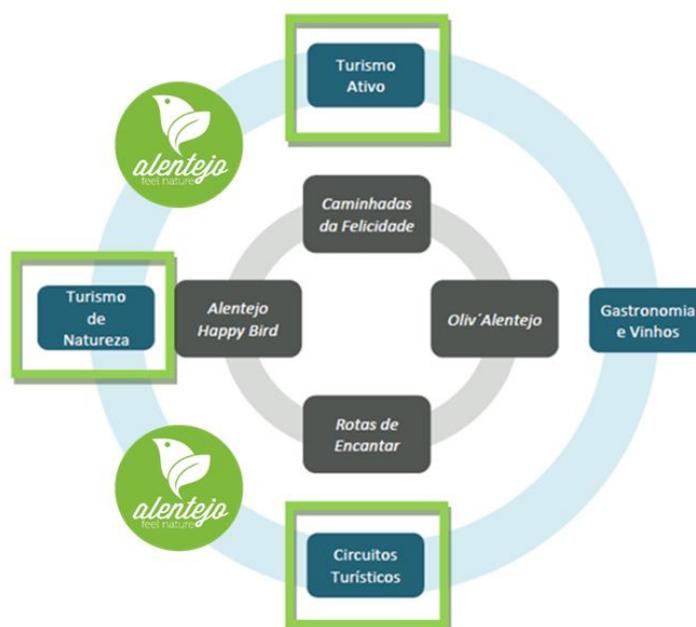


Figura 110: Produtos turísticos do Alto Alentejo. Fonte POTAA, 2015.

Com efeito, a REDE AFN é a concretização de um conjunto de ações previstas no POTAA, no que respeita ao “turismo de natureza”, ao “turismo ativo” e aos “circuitos turísticos”, sendo que está também alinhada com os pressupostos do Plano Estratégico Nacional do Turismo para a região do Alentejo, onde os produtos turísticos que mais podem contribuir para potenciar os recursos do

Os conceitos subjacentes nesta EECPI são o Alentejo, o Turismo e a Sustentabilidade, sendo que os seus principais objetivos são:

- Reforço da rede de parcerias fomentando a consolidação entre o sector público e privado;
- O acesso a mecanismos de financiamentos preferenciais;
- A alavancagem de novas empresas e a criação de postos de trabalho;
- O reforço da promoção do Alto Alentejo nos mercados nacional e internacional;
- A consolidação do trabalho de turismo de natureza e ativo que a CIMAA tem vindo a desenvolver;
- A realização de ações de dinamização, assentes em eventos diferenciadores, cujo intuito é estimular o debate e a participação do seguinte publico alvo: escolas, agentes económicos e cidadãos anónimos;
- Concretização da agenda do POTAA.

5.10. A Rede “Alentejo Feel Nature”

A “Alentejo Feel Nature - Rede de percursos em natureza” foi uma operação âncora integrada na EECPI, no período do QREN, na qual a CIMAA foi o beneficiário principal. Envolveu inicialmente dez dos quinze municípios do Alto Alentejo e veio responder ao Concurso N.º 1/GAEP/2013 (ALENT-10-2013-20) – 2.ª Fase do Inalentejo, para a apresentação de uma candidatura à Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados, através do Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional.

O aviso, destinado à CIMAA, teve como objetivo “Consolidar o reconhecimento do valor do património natural, nomeadamente através do apoio e promoção da visitação de espaços naturais, numa lógica de garantia do equilíbrio socioeconómico e discriminação positiva das comunidades integradas nas áreas classificadas, em particular inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas” sendo que as tipologias das operações a apoiar, enunciadas na

alínea d), do nº 1, do Artigo 3º do regulamento específico “Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados”, foram ações de apoio à visita: “caminhos, trilhos e rotas temáticas; sinalização e painéis informativos e interpretativos; infraestruturas de informação e interpretação; suportes de comunicação e divulgação; centros de interpretação e informação.” (Inalentejo, 2013)

Na génese de todo o processo está a conservação e a valorização do património “natural”, visando a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais da área de intervenção, não descurando a promoção, o planeamento e a gestão de um destino centrado no “Turismo de Natureza”, pela utilização sustentável dos seus recursos endógenos e a sua articulação com os vários agentes locais.

A REDE AFN utilizou a paisagem como parceiro privilegiado. Ela constituiu o lugar onde as ações se desenvolvem e se interligam, onde se efetua a descoberta, com o olhar, com o cheirar, com o sentir e com o tocar. Ela é o centro e o ponto de mediação entre o Homem e a Terra.

Na REDE AFN, e à semelhança da Arquitetura Paisagista, “o seu objeto próprio é a paisagem humanizada, isto é, aquela que o Homem modelou para satisfação das suas necessidades primárias. Quer isto dizer que a sua ação tem por fim o Homem, em toda a sua complexidade material e espiritual, para o qual procura encontrar a satisfação dos fins materiais, mas sem esquecer nunca os aspetos de ordem da beleza e equilíbrio”. (Cabral, 1956)

A operação “Alentejo Feel Nature: Rede de Percursos em Natureza”, teve como propósito o reconhecimento dos recursos territoriais inerentes ao património “natural” e a sua articulação com o respetivo património cultural utilizando, para tal, uma estratégia de base territorial sustentada no turismo de natureza, no turismo ativo e nos circuitos turísticos, reforçando a importância da Rede Nacional de Áreas Protegidas no seu conjunto, tal como a competitividade de um território, com características inovadoras e sustentáveis.



Figura 112: Palavras-chave para a iniciativa Alentejo Feel Nature. Fonte: Autora, 2014.

A conservação do património, quer se considere “natural” quer cultural, são determinantes nesta estratégia de requalificação territorial, tanto para a revitalização do tecido económico e social, como para a criação de um novo produto turístico. Este, associado à nova indústria do século XXI - o Lazer, e ao salvaguardar a biodiversidade do território, é um motor de desenvolvimento regional sustentável e uma das esferas deste universo complexo e multifacetado.

É nosso entendimento que a competitividade e a atratividade de uma região dependem, em certa medida, da notoriedade da identidade da sua paisagem. Esta identidade pode e deve ser promovida de diversas formas, complementares entre si, entre as quais recorrendo à valorização dos recursos endógenos para a divulgação dos restantes.

A REDE AFN distingue-se da rede viária que une as grandes metrópoles, difere das autoestradas e dos itinerários principais que fomentam a ligação entre os valores urbanos e industriais. Esta “rede viária” pedonal, constituída por calçadas, caminhos de terra e de pé posto, faz descobrir uma paisagem construída pelo Homem e a sua história, as vivências de quem vive e como vive a sua paisagem. Faz sentir o visitante como parte integrante das pequenas aldeias e vilas, dos lugares de culto e das fortificações, das fontes, dos rios e das albufeiras. Faz compreender como é imperativo conservar e valorizar estes

percursos, “membros de direito do Património Cultural”! (Barbosa e Vilas Boas, QCAIII, sem data de publicação).

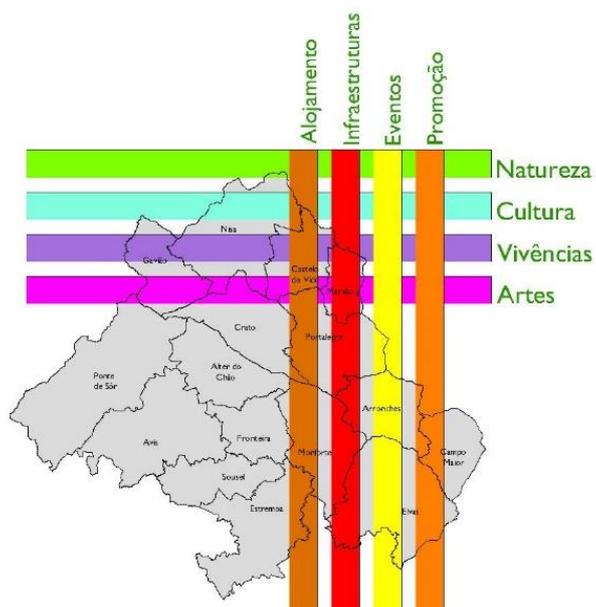


Figura 113: A articulação dos agentes com os conceitos do projeto. Fonte: Autora, 2014.

A rede de percursos e a marca “Alentejo Feel Nature” defendem um território ambientalmente sustentável, longe do turismo de massas, mas muito próximo das ações de proximidade e de concertação com os *stakeholders* locais:

- Escolas, com ações pedagógicas e de sensibilização;
- Empresas, com ações de capacitação, informação, de dinamização e de venda direta do produto;
- Clubes e associações, com ações de divulgação, reconhecimento, verificação e manutenção da infraestrutura;
- Municípios e juntas de freguesia, com ações de dinamização, de consolidação e manutenção da REDE AFN.
- Populações, com ações de sensibilização, reconhecimento, verificação e manutenção da infraestrutura;

Desde o início da montagem da candidatura foram auscultados diversos agentes, tais como empresas de animação turística, alojamentos, restauração, empresas agroalimentares, clubes e associações que, pela sua localização geográfica, foram parceiros desde a primeira hora na defesa, na promoção e na dinamização dos percursos através dos seus clientes. Com efeito, se estes

agentes, por um lado foram durante a obra “fiscais” ativos na identificação de eventuais ajustes são, hoje, veículos determinantes na sinalização de anomalias ou de falhas nas respetivas operações de manutenção.

Estes “stakeholders” são parceiros e defensores de uma infraestrutura e de uma marca que aumenta a sua oferta de experiências junto dos visitantes/clientes e que, em simultâneo, são também condutores da informação no terreno para a CIMAA.

À parte dos agentes referidos anteriormente (empresas de animação turística, alojamentos, restauração, empresas agroalimentares, clubes e associações) também as direções das instituições de ensino com cursos de turismo foram auscultadas, para poderem construtivamente enriquecer este processo e em simultâneo, poderem dinamizá-lo e explorá-lo junto dos seus alunos.

Esta ponte de ligação entre a CIMAA e o leque diversificado de agentes foi realizado pela autora e considerado determinante para o sucesso deste processo. Hoje a Rede AFN e a respetiva marca não pertence à CIMAA; é explorada, dinamizada e rentabilizada por todos estes agentes da comunidade. A marca “Alentejo Feel Nature” representa uma paisagem, os seus valores intrínsecos, onde as comunidades locais a defendem como sua e a rentabilizam financeiramente pelas suas atividades que acontecem na paisagem.

O seu potencial de desenvolvimento e de afirmação correlaciona-se, não somente com a quantidade e com a qualidade dos recursos existentes na paisagem, mas também com uma reinvenção desses mesmos recursos, ajustados às novas tendências e vontades do mercado, que procuram constantemente novos destinos na área do turismo de natureza e novos conceitos de produto alicerçados em renovados princípios de abordagem. Assim sendo, face aos efeitos diretos e indiretos do turismo, o Alto Alentejo, não pode, nem deve desprezar esta oportunidade, enquanto região com défices de dinamismo demográfico, social e económico.

6. Os Conceitos

Considerando a abrangência temática do presente trabalho considera-se pertinente apresentar alguns conceitos que se relacionam e que contribuem para o entendimento da Rede e da marca “Alentejo Feel Nature”.

6.1. “Touring”

O campo de ação do “*touring*” é feito a “partir de um conjunto de diferentes tipologias de corredores ou vias, os quais permitem a ligação entre diferentes pontos de interesse. Na sua diversidade, estes corredores e vias, quer pelo seu enquadramento cénico e paisagístico, quer pelas suas características endógenas, bem como pelas suas formas de uso e meios associados para circulação, configuram o “*touring per si*” como um universo temático amplo, rico e diversificado.” (ERT, 2015, p. 28).

Também estes autores identificam e reconhecem as suas principais tipologias associando os diferentes conceitos e valores endógenos.

- **Trilhos e Rotas**

Os trilhos são, na sua essência, um caminho linear que tem, na sua génese diferenciada, várias temáticas e cuja função histórica se associa ao transporte e/ou à viagem.

A rota, por outro lado, é geralmente mais abstrata ligando diferentes recursos naturais ou culturais semelhantes, os quais, em conjunto, se congregam num traçado linear.

“A maioria das definições são orientadas para a recreação ao ar livre, enfatizando corredores em áreas protegidas e outros ambientes naturais ou culturais vocacionados para percursos a pé, de bicicleta ou a cavalo; estas definições muitas vezes excluem o acesso e o uso de veículos motorizados.” (ERT, 2015, p. 27).

- **Caminhos e Percursos**

Caminhos, carreiros e percursos pedestres são geralmente caminhos estreitos que foram trilhados ou batidos por seres humanos, animais,

bicicletas ou outros agentes. São um tipo de corredor normalmente encontrado em espaços naturalizados e/ou em áreas rurais, apesar de também os encontrarmos associados a vilas e cidades, frequentemente em parques. Os caminhos são utilizados para fins de lazer, como passear no campo, ou para o transporte em cidades ou entre aldeias. (ERT, 2015, p. 29).

Num sentido amplo, poderemos definir trilhos (caminhos, rotas, percursos) como todos os corredores “naturais” ou feitos pelo Homem, em áreas rurais ou urbanas, designados para o uso recreativo, por turistas ou viajantes, independentemente do seu modo de transporte. (ERT, 2015, p. 28). São a forma mais primária de contacto do Homem com a paisagem, pois a interação do Homem na paisagem começa com o «caminho».

- **Vias verdes**

As vias verdes podem ser, de forma ampla, entendidas, como “espaços lineares abertos ao longo de corredores naturais (por exemplo, rios) ou recursos criados pelo Homem (por exemplo, ferrovias, percursos cénicos ou canais de rega) ...para uso pedestre ou de bicicleta conectando espaços abertos, como áreas naturais protegidas, parques e locais históricos.” (ERT, 2015, pp. 28,29).

Considerando as definições anteriores entende-se que a REDE AFN corresponde a vias verdes, a caminhos e percursos, a trilhos e a rotas, que têm sustentabilidade conceptual nos seguintes princípios basilares funcionais:

Funções Ambientais: pela purificação do ar, pelo contributo para amenizar as condições climáticas, pela prevenção de riscos de incêndios e pela conservação do solo e da água, pela redução do ruído e pela preservação e aumento da biodiversidade dos sítios;

Funções Sociais: associadas ao recreio, ao lazer e à atividade física (*wellness*), assim como a aspetos relacionados com a função estética do

enquadramento paisagístico, sendo que os contactos sociais que se estabelecem nas rotas são determinantes para a componente psicológica dos utilizadores e enquanto formas de educação ambiental e perpetuação dos valores da paisagem;

Funções Económicas: resultantes da produção de bens, produtos, ou serviços associados, que resultam na geração de riqueza para a região.

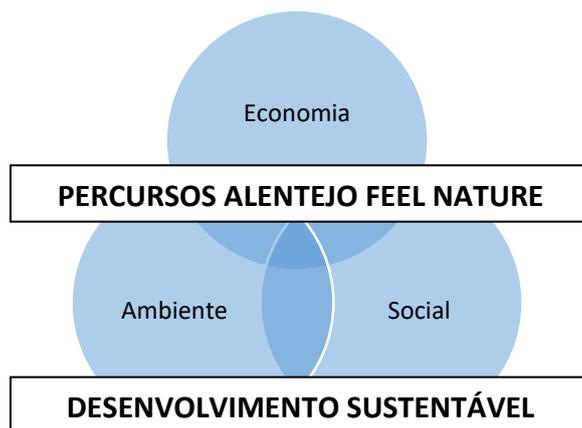


Figura 114: Princípios basilares da REDE AFN. Fonte: Autora, 2018.

6.2. Turismo

O turismo é um fenómeno difícil de descrever e não há uma definição universalmente reconhecida; apresenta, portanto, interpretações diversas e uma variedade de definições e descrições. Pode ser estudado de diversas perspetivas e disciplinas, dada a complexidade das relações entre os elementos que o formam. (Oliveira, 2014).

Com efeito, o turismo representa uma atividade complexa e multissetorial, sendo descrita pela OMT, como “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”.

6.3. Turismo de Natureza

A importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais da paisagem, as suas áreas classificadas e a sua crescente procura para atividades de recreio e

lazer, em contacto direto com a natureza e com as culturas locais, fazem com que estes espaços sejam palco das preferências dos visitantes, enquanto destinos turísticos.

Numa primeira abordagem e tendo por base o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro, a definição de turismo de natureza consiste no “produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, adiante designadas por áreas protegidas. Desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”

Contudo, as práticas, as ações e os serviços devem basear-se em critérios de inovação e sustentabilidade, conforme foi determinado no PNTN, inicialmente definido pela RCM n.º 112/98, de 25 de agosto, tendo sido revogado pela RCM n.º 51/2015, de 21 de Julho. Assim, e de acordo com o novo enquadramento legal para os empreendimentos turísticos e para as atividades de animação turística, “considera-se turismo de natureza a atividade turística que decorra em áreas classificadas ou outras com valores naturais, que seja como tal reconhecida pelo ICNF, (site <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/ts/pntn>).

Refira-se que no âmbito do PNTN, o turismo de natureza contempla:

- “a) O exercício de atividades de animação turística, em todo o território nacional, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, paisagístico e cultural;
- b) A exploração de empreendimentos turísticos em áreas integradas no SNAC ou em outras áreas com valores naturais, e que disponham de um adequado conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços complementares que permitam contemplar e desfrutar o património

natural, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”¹⁰



Figura 115: Registo fotográfico de utilizadores na REDE AFN. Fonte: autora, 2018.

6.4. Recurso turístico

Segundo Oliveira (2014) “os recursos turísticos constituem-se nos atrativos que formam a matéria-prima do produto turístico. As atrações turísticas podem ser classificadas em naturais e culturais. Os recursos turísticos constituem o conjunto dos recursos postos à disposição da atividade turística, por exemplo uma estrada, um hotel, uma galeria de arte, os modos de vida e a própria hospitalidade das pessoas que podem concorrer para a criação de um produto turístico.”¹¹

6.5. Percurso pedestre

De acordo com o art.º 2º do Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da FCMP, um percurso pedestre é “uma instalação desportiva identificada pelas marcas GR, PR ..., com o respetivo Número de Registo, e

¹⁰ Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. 2018. Programa Nacional de turismo de natureza. Disponível em: <http://www.ahresp.com>

¹¹ Oliveira, Maria. 2014. p.27. A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira - Mestrado em Turismo Especialização em Gestão Estratégica de Eventos, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril

que possui a Marca de Homologação atribuída pela FCMP. Obedece a exigências precisas no tocante ao traçado, marcação e manutenção, nomeadamente no que respeita à segurança dos praticantes e à preservação do meio. É um itinerário sinalizado no terreno através de marcas da FCMP, geralmente em ambientes naturais e/ou ao longo de caminhos tradicionais.”¹²

6.6. Sustentabilidade

É um conceito complexo, que pressupõe uma condição associada a um processo que agrega questões sociais, energéticas, económicas e ambientais e que permite o desenvolvimento da sociedade presente mas, em simultâneo acautela as necessidades para as gerações futuras. Está diretamente relacionado com a capacidade do ser humano interagir com o mundo fomentando o seu desenvolvimento económico e material, sem comprometer o ambiente e os seus recursos naturais.

Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável assegurando a gestão racional e equilibrada dos recursos do planeta, tendo por objeto o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas a nível global. Esta forma de desenvolvimento estabelece o equilíbrio equitativo dos benefícios da atividade económica, em todos os sectores da comunidade, para melhorar o seu bem-estar, proteger a sua saúde e assegurar a geração de riqueza.

Cada vez mais é importante que as políticas de conservação de natureza e de turismo tenham na sua base uma estratégia sustentável de desenvolvimento dos destinos. E que os mesmos tenham a habilidade de transformar a diversidade num posicionamento distintivo e numa oferta turística diversificada e diferenciada, aptos para a competitividade dos mercados turísticos globais.

Hoje, os mercados turísticos potenciais reconhecem que as medidas de contrapartida para a preservação e para a valorização dessa diversidade

¹² Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. 2006. Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres Lisboa

territorial, resultantes de dividendos da atividade turística, podem contribuir para esta competitividade.

Este é um ciclo virtuoso que esteve na génese da estratégia de desenvolvimento turístico do Alto Alentejo e, especificamente, na definição das rotas da REDE AFN.

6.7. Identidade

Na base do processo identitário está a resposta à pergunta: quem somos nós como destino?

Para responder a esta questão é necessária uma reflexão sobre a importância das raízes culturais, a afirmação da identidade e a projeção de uma vontade coletiva de manter vivas as memórias. Considera-se que a identidade não se resume a uma visão orientada para o passado, de preservação e de valorização de raízes culturais, de heranças e de património, em que os destinos por vezes se deixam embarcar, caindo no erro de “cristalizarem” a sua oferta turística.

Entende-se que a identidade é um valor que deve ser vivido no presente, sendo um indicador de orgulho e de autoestima das populações, que assim mais facilmente se sentem habilitadas para dar o seu contributo ao processo de desenvolvimento turístico, contribuindo para a concertação social e valorização endógena. A identidade pode ser também um vetor para projetar um destino turístico no futuro, se forem criados os mecanismos certos para estimular a criatividade e a cidadania como trunfos para aumentar o potencial de regeneração dos destinos turísticos e para perpetuar, com base em inovadores e surpreendentes atrativos, a atenção dos mercados turísticos.

O valor da identidade pode ser um fator competitivo fundamental para o posicionamento do destino nos mercados globais pois, saber comunicar a diferença e basear essa diferença na identidade que verdadeiramente caracteriza o território, é um facto distintivo e reconhecido, sobretudo por quem não tem estes valores identitários.

O Alto Alentejo é, pois, um território com identidade, onde as vivências são mais reais e próximas, o que dota esta região de uma atratividade específica, que valoriza a evasão, o ritmo de vida autêntico e a felicidade. Estas condições privilegiam o trabalho em rede e o sentimento de partilha no esforço conjunto de operar em prol do desenvolvimento desta região.

Por este motivo, a concretização da Rede e a promoção da marca “Alentejo Feel Nature” tem estabelecido relações constantes com as comunidades locais e com os agentes turísticos valorizando as memórias, as suas heranças e valores. Este processo tem sido interativo, intergeracional, responsabilizador e comprometedor para todos os atores envolvidos, de modo a que a comunicação dos seus valores intrínsecos seja refletida na estratégia turística da Rede do Alto Alentejo, onde se privilegia os laços de afinidade entre a oferta e a procura turística.

Anexo 2 | Ficha de inquérito referente à rota: PR1 - Serra de São Miguel e Fornos de Cal. Fonte: CIMAA. 2013

Alentejo Feel Nature - Rede de Percursos em Natureza

FICHA DE INQUÉRITO E DIAGNÓSTICO

Designação PR1 - Serra de São Miguel e Fornos de Cal
 Promotor Câmara Municipal de Sousel

1. Tipologia Pedestre Btt Orientação

2. Temática Paisagem Religião
 Cultura Outra

3. Homologação Não Sim

4. Nível de concretização Implementado Ano de implementação / /
 Não implementado Em projecto Em obra
 X Outro: Processo de Intenção

5. Localização

a) Concelho Sousel
 b) Freguesia (s) Sousel
 c) Peça cartográfica Carta Militar e Ortofotomapa
 d) Cota mínima e máxima 260 metros / 390 metros

6. Outras Características do Traçado

a) Início e fim do percurso Início e Fim: Junto ao Jardim Municipal de Sousel
 b) Coordenadas no terreno Início e Fim: X (39726.448) Y (-79352.029)
 c) Meio(s) de deslocação até ao percurso
 Carro Bicicleta A pé
 d) Duração Cerca de 03:30 horas
 e) Distância 8.93 Km
 f) Traçado
 Circular Linear Oito
 1 Sentido 2 Sentidos
 g) Grau de dificuldade
 Elevado Médio Reduzido

7. Imagem do Traçado

- ☑ Pontos de Interesse
- ☑ PR1 - Serra São Miguel Fornos Cal
- ☑ 1 Igreja Nossa Senhora da Orada
- ☑ 3 Igreja Matriz de Sousel
- ☑ 4 Igreja da Misericórdia de Sousel
- ☑ 6 Jardim Municipal
- ☑ 2 Câmara Municipal
- ☑ 5 Pelourinho
- ☑ 8 Centro Cultural
- ☑ 7 Igreja do Convento de Santo António
- ☑ 9 Praça de Touros "Pedro Louceiro"
- ☑ 10 Capela de Nossa Senhora do Carmo
- ☑ Pousada



8. Materiais Cartográficos Disponíveis

	Não	<input type="radio"/>		
Sim. Tipo de suporte:	X			
a) Papel		<input type="radio"/>		
b) Digital	X			
b1) Georeferenciado:	<input type="radio"/> Não		X Sim	
b2) Formato de dados:	<input type="radio"/> DGN		<input type="radio"/> DWG	X Shape
b3) Sistema de coordenadas	X DATUM 73			

9. Descrição do percurso e da sua envolvente

Descrição do percurso feito em documento próprio anexado;

10. Pontos de interesse na paisagem (georeferenciados)

a) Espaços patrimoniais	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
b) Espaços naturais	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
c) Espaços de estadia e lazer	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
d) Espaços de restauração e bebidas	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
e) Alojamentos	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
f) Espaços de artesanato e produtos regionais	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;
g) Outros	X	Coordenadas	Enviados em ficheiro google earth;

11. Sinalética

	Não	X
	Sim	<input type="radio"/>
a) Adequada e em bom estado de conservação		<input type="radio"/>
b) Pouco adequada		<input type="radio"/>
c) Em mau estado de conservação		<input type="radio"/>

12. Domínio da propriedade

Espaço privado	X	Espaço público	X
a) Com autorização de passagem	<input type="radio"/>		
b) Sem autorização de passagem	X		
b1) Identificação dos proprietários:			
Nome	Contacto	Prédio	
Será feita a identificação dos proprietários dos terrenos, para posteriormente serem contactados, com vista a obtenção das respetivas autorizações de passagem.			

13. Traçado integrado em Áreas Classificadas

Rede Nacional de Áreas Protegidas	<input type="radio"/>	Rede Natura 2000	<input type="radio"/>
-----------------------------------	-----------------------	------------------	-----------------------

14. Gestor da infraestrutura

Público	<input type="radio"/>
Privado	<input type="radio"/>
Por definir	X

15. Target

Infantil	X	Juvenil	X	Sénior	X
----------	---	---------	---	--------	---

16. Atividades lúdico-desportivas no percurso, desenvolvidas pelo município ou por outra entidade/associação

Não Sim

17. Promoção

Não

Sim

Idioma (s)

a) Site

b) Redes sociais

c) Folhetos

d) Guia

18. Identificação do técnico interlocutor

Nome

Mail

Telefone

João Pedro Ricos-Olhos Guerra

joao.guerra@cm-sousel.pt

964139507

Nota

O preenchimento do documento deve referir-se apenas a um percurso. Caso o município tenha mais do que um, utilize sff uma ficha por rota. Obrigado pela sua participação.

Data

03/07/2013



Descrição do PR1 – Serra de São Miguel e Fornos de Cal

Percurso pedestre com início e fim em meio urbano, sendo que grande parte dos seus trilhos são percorridos em meio rural. Percurso com diferentes motivos de interesse, o que advoga o facto de ter assinalado na ficha de inquérito as mais diversas temáticas, pois a passagem por igrejas, as suas belíssimas paisagens, assim como os fornos de cal conferem-lhe importância de várias ordens.

É muito fácil aceder-se ao percurso, já que o mesmo tem início dentro da vila de Sousel, o seu traçado é circular, sendo que o início e o fim do mesmo são coincidentes e pode ser feito em ambos os sentidos.

O traçado tem início no Jardim Municipal de Sousel, seguindo pelo centro histórico da vila de Sousel, com passagem pelo Pelourinho, edifício da Câmara Municipal de Sousel, Igreja Matriz e da Misericórdia. Poucos metros mais à frente passa junto à Igreja de Nossa Senhora da Orada, conhecida por causa de Nun' Alvares Pereira e pela azulejaria que possui. Na transição do meio urbano para o rural, atravessa a linha de caminho-de-ferro, uma primeira vez (linha que fará parte da Ecopista Ramal de Portalegre), algo que mais à frente voltará a acontecer. Seguidamente entra em estrada de terra batida, e quase simultaneamente entra igualmente numa densa malha de olivais até perto do seu final. Neste trajeto, passa-se pelo Clube de Tiro de Sousel, onde existe um Forno de Cal, algo que voltará a acontecer novamente em pleno trilho, ambos desativados, pois esta foi uma indústria que entrou em decadência depois do 25 de Abril, até desaparecer por completo no Concelho de Sousel. Pelo menos um deles fará parte da Rota Tons do Mármore. Depois da passagem pelo Clube de Tiro, vira-se à direita, imediatamente antes de o terreno começar a inclinar de uma forma mais notória, para se chegar, pela estrada municipal ao cimo da Serra de São Miguel, onde está edificada a Praça de Touros Pedro Louceiro (uma das mais antigas de Portugal), a Capela de Nossa Senhora do Carmo, e a Antiga Pousada de São Miguel. Todo este local é abrilhantado por paisagens deslumbrantes, com olivais de perder de vista, as tradicionais planícies alentejanas, assim como importantes elementos de apoio ao turista, como por exemplo, bancos e mesas para descanso do mesmo. Relativamente próximo deste ponto, existe um desvio à esquerda que é percorrido sempre por entre olivais, se caminha até um outro forno de cal, que é dono de uma paisagem fabulosa, onde a sensação de tranquilidade se pode considerar única. Aqui, e para se tornar ainda mais apelativo o desvio, visto que depois à que retornar o trilho na viragem à esquerda que anteriormente foi referida, sugiro a implementação de um ponto de observação, onde a

paisagem, aliada à flora e à fauna e espécies cinegéticas que existem na região, podem ser elementos para uma experiência diferente por parte do pedestrianista. No regresso para a vila de Sousel que coincide com a descida da Serra de São Miguel, desce-se a serra sempre por entre olivais. Também como já foi referido, existe mais próxima da malha urbana, uma nova passagem pela linha férrea, sendo que dentro da localidade o percurso conhece mais quatro pontos de interesse relativamente próximos, a Biblioteca Municipal, o Centro Cultural e os seus jardins e a Igreja do Convento de Santo António. Finalmente chega ao seu final, novamente junto ao Jardim Municipal de Sousel.

Na proposta que está a ser apresentada, este percurso com cerca de nove quilómetros, vai estar ligado próximo do cimo da Serra de São Miguel, pelo Percurso de Ligação 2, que por sua vez faz a ligação ao PR3 – Á Descoberta da Torre do Álamo, além de como foi referido, também se cruzar em duas ocasiões com a Ecopista Ramal de Portalegre.

De referir que no traçado do percurso pedestre não serão precisas grandes intervenções, pois as vias estão em bom estado.

Sousel, 03 de julho de 2013

Anexo 3 | Exemplo de uma ficha geral concelhia, aplicada ao município de Castelo de Vide; Fonte: CIMAA, 2014.

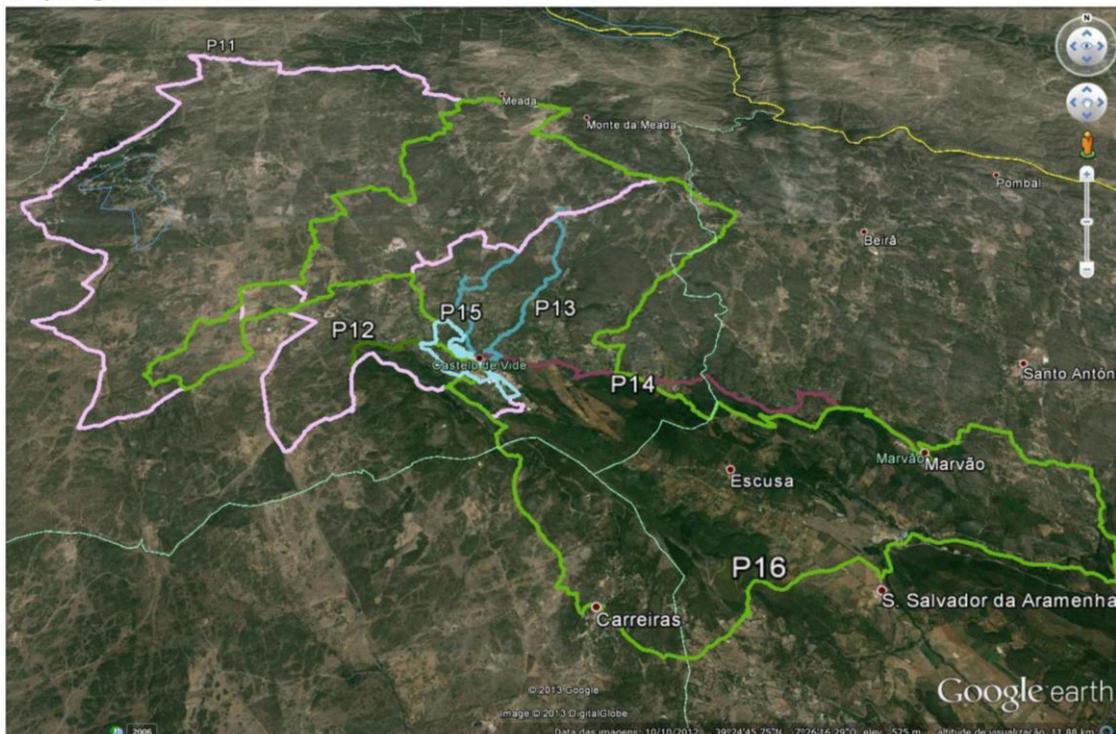


REDE DE PERCURSOS EM NATUREZA - Ficha geral concelhia

Identificação do município

Castelo de Vide

Traçado geral no território



Legenda

P: pedestre | B: btt

P11	PR4 CVD - Percurso da Barragem da Póvoa	Tipologia	P+B	Distância do percurso (km)	15,17
P12	PR1 CVD - Percurso pela Serra de São Paulo	Tipologia	P	Distância do percurso (km)	8,23
P13	PR2 CVD - Percurso da Torrinha	Tipologia	P+B	Distância do percurso (km)	12,8
P14	PR3 CVD-MRV - Percurso Castelo de Vide - Marvão	Tipologia	P+B	Distância do percurso (km)	9,36
P15	PR5 CVD - Percurso das fontes na vila	Tipologia	P	Distância do percurso (km)	8,43
P16	GR41 CVD - Grande Rota de Castelo de Vide	Tipologia	P+B	Distância do percurso (km)	66
				Distância total (km)	119,99

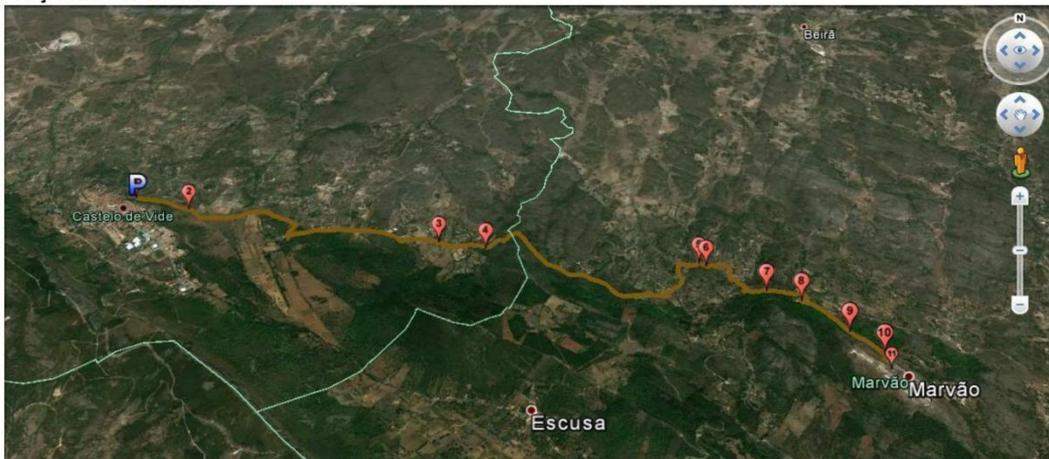
Anexo 4 | Exemplo de uma ficha específica, aplicada a uma pequena rota do concelho de Castelo de Vide (PR3 CVD-MRV - Percurso Castelo de Vide – Marvão); Fonte: CIMAA, 2014.



REDE DE PERCURSOS EM NATUREZA - Ficha específica de percurso

Designação	Rota Castelo de Vide - Marvão
Código	P14
Síntese do percurso	<p>Neste percurso, o visitante tem oportunidade de conhecer trilhos e caminhos que já perduram desde a Idade Média ou, nalguns troços, ainda mais antigos. Registe-se, a título de curiosidade, que este é o caminho mais curto e direto entre as localidades de Castelo de Vide e Marvão. No entanto, entenda-se que este trajeto era só para gente apeada ou transportada, com ou sem mercadorias, por gado mular.</p> <p>As similitudes geográficas destes dois importantes núcleos históricos, cuja identidade e autonomia, ainda no presente, as suas gentes defendem e se orgulham, o relevo, a flora, a fauna e o património construído deverão ser devidamente apreciados porquanto todo este conjunto de ambiente e história permite, também, conhecer melhor e descobrir o quanto de espetacular esta região tem para oferecer.</p> <p>Neste percurso o visitante poderá encontrar diversas realidades e diversidades construtivas, de âmbito religioso – igrejas e cruzeiros, funerário (sepulturas escavadas na rocha) e outras construções de cariz rural como sejam as fontes, as choças, as noras e as moradias.</p>

Traçado no território



Caraterísticas técnicas	<p>Concelho: Castelo de Vide</p> <p>Freguesia: Santa Maria, S. João, Santiago; Stº Ant.º Areias</p> <p>Tipologia de percurso: Pequena rota linear, pedestre e btt</p> <p>Âmbito do percurso: Natureza, história, religião</p> <p>Nível de concretização: Projeto</p> <p>Ponto de partida e chegada: Castelo de Vide - Marvão</p> <p>Distância percorrida: 9,36 km</p> <p>Duração do percurso: 3,30 h</p> <p>Grau de dificuldade: Médio</p> <p>Cota mínima e máxima: 486 - 748m</p> <p>Peça cartográfica: 335; 336</p>
Pontos de interesse	<p>1)Arco de Santa Catarina; 2)Igreja e convento; 3)Fonte da Amieira; 4)Nora; 5)Igreja de Nª Sra da Graça; 6)Choça; 7)Fonte do Carvalho; 8)Fonte da Pipa; 9)Floresta de Castanheiro; 10)Cruzeiro Cruz da Caveira; 11)Porta de Rodão</p>

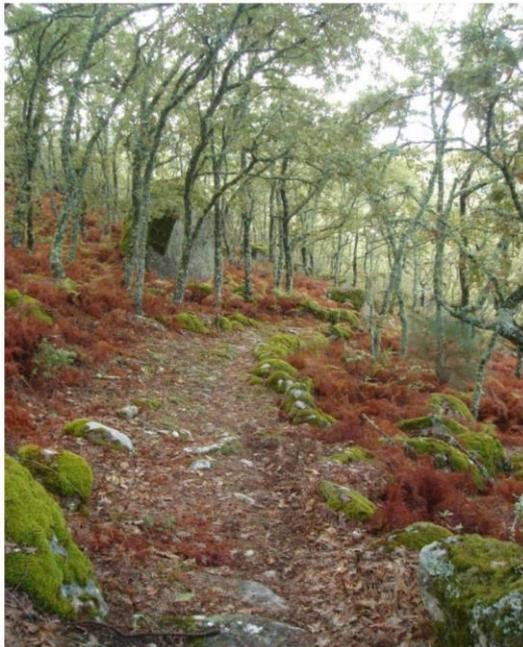
Perfil esquemático



Ações a incluir no caderno de encargos

a) Conceção do projeto; b) Construção, fornecimento de equipamentos e sinalética; c) Comunicação; d) Homologação.

Fotografias



Anexo 5 | Folheto específico da rota PR6 PTG – Percurso do Salão Frio. Fonte: CIMAA. 2015



Espora-brava (*Linaria biornithophora*)

Destaques

NATUREZA: destaque para núcleos de carvalho-negral e castanheiro, com sobreiros e medionheiros, onde ocorrem algumas plantas raras, como a orquídea de flor branca (*Cephalanthera longifolia*), o selo-de-Salamaná (*Polygonatum odoratum*) e as esporas-bravas (*Linaria biornithophora*), um endemismo ibérico.

PATRIMÓNIO: monumentos históricos de Portalegre.

ARTESANATO: bonecas de trapos; tapeçarias de Portalegre (ponto de Portalegre); cestaria de Portalegre; adufe de Portalegre.

GASTRONOMIA: cozido de grão com vagens à alentejana; bacalhau albardado; cachola; coelho em vinha d'alhos; lebre frita. Doçaria (manjar branco, toucinho-do-céu, lampreia de amêndoa, rebuçados de ovos). Cereja de S. Julião (DOP).

Época aconselhada

O percurso pode ser efetuado em qualquer época do ano, tendo os seus utilizadores que tomar algumas precauções com as elevadas temperaturas que se podem fazer sentir durante o verão e ao piso escorregadio no inverno.

Sinalética



Descrição do percurso



Águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*). A rainha dos céus do Alto Alentejo.

Este percurso leva-nos pela envolvente de Portalegre, ao longo dos seus pontos mais altos a nordeste, ora com panorâmicas para a cidade, de onde conseguimos identificar alguns dos seus edifícios mais emblemáticos, ora por antigas azinhagas muradas e estreitas calçadas, entre inúmeras propriedades e pequenas localidades.

Um percurso muito verde, com inúmeros núcleos de carvalho-negral, castanheiro, sobreiro e pinheiro, que abrigam outras riquezas da flora e da fauna. A abundância de musgos e líquenes a revestir muros e troncos de árvores indica-nos a frescura do local, mas também a qualidade do ar. No seu troço mais a este ganhamos vistas para a Serra de São Mamede. Já perto do final descemos pela Estrada do Boleim Meteorológico e passamos junto do edifício da Estação Meteorológica de Portalegre. Logo abaixo, surge uma antiga estrutura militar designada Atalaião. De regresso à Estrada da Serra, ainda podemos descansar e apreciar mais panorâmicas sobre a cidade, quer a partir da Fonte dos Amores, quer a partir do miradouro localizado algumas centenas de metros mais adiante.

Ponto de interesse

TORRE DO ATALAIÃO OU CASTELO TORREIÃO

Esta poderosa torre de planta quadrada foi estrategicamente erguida num dos pontos altos da cidade, podendo servir como ponto de vigia e estrutura defensiva.

Julga-se datar da mesma época em que o castelo foi edificado (séc. XIII), também obedecendo ao modelo construtivo gótico. Foi reformada no final do séc. XVII / início do séc. XVIII. Abandonada há mais de dois séculos, está em avançado estado de ruína.

Acesso condicionado por se tratar de propriedade privada.

Código de conduta

Siga apenas pelo trilho sinalizado. / Respeite a propriedade privada. / Evite fazer ruídos desnecessários. / Observe a fauna à distância. / Não danifique nem recolha amostras de plantas ou rochas. / Não deixe lixo ou outros vestígios da sua passagem. / Não faça lume e tenha cuidado com as beatas dos cigarros. / Seja afável com os habitantes locais. / Cuidado com o gado. Embora manso, não gosta da aproximação de estranhos as suas crias. / Deixe as cancelas como as encontrou. Se estiverem fechadas, confirme que ficam bem fechadas.

Contactos úteis

Câmara Municipal de Portalegre: +351 245 307 400/1
 Posto Municipal de Turismo: +351 245 307 445
 SOS Emergência: 112
 SOS Floresta: 117
 Centro de Saúde: +351 245 302 050
 Hospital: +351 245 301 000
 Informações anti-venenos: +351 217 950 143
 GNR: +351 245 609 320
 PSP: +351 245 300 620
 Bombeiros Voluntários: +351 245 201 120
 União das Freguesias de Sê e São Lourenço: +351 300 440 330
 União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras: +351 245 341 454 / 245 907 181



PR6 PTG PERCURSO DO SALÃO FRIO



PERCURSOS EM NATUREZA



Circular

9,5^{km}

3,30^h

345^m

III
alto difícil

739
A
524

tipo de percurso	distância	duração	desnivel acumulado	difficuldade	altitude máx./mín.
9,5 km	9,5 km	3,30 h	345 m	III	739 / 524

perfil de altimetria

nível de dificuldade

O grau de dificuldade é representado segundo 4 níveis diferentes, sendo cada um deles avaliado numa escala de 1 a 5 (100 mais fácil ao mais difícil).

Carvalhal cercado por muro

Vista para Portalegre

Pontos de interesse

- Quinta de Santo António
- Bui de Água / Belo Horizonte
- Salão Frio / Quinta da Saúde
- Três Lagares/Charais
- Paraiso/Matinhos
- Estação Meteorológica
- Torre do Atalaião
- Mesa Interpretativa

Parque Natural da Serra de São Mamede

A Serra de São Mamede, que dá o nome a este Parque Natural, é a formação montanhosa de maior dimensão a sul do Tejo. Pela sua localização geográfica e pelo facto de se erguer acima dos 1000m, possui aspetos microclimáticos exclusivos que permitem a fruição e sobrevivência de algumas comunidades animais e vegetais que aqui ocorrem de uma forma quase isolada. A águia-de-bonelli está representada no símbolo desta Área Protegida. Atualmente, uma das aves de rapina mais raras que ocorre no nosso país.

Legenda

- Ponto de interesse
- Estrada sinalizada
- Sinalização orientadora do percurso dos pontos de interesse
- Família
- Informação local
- Miradouro
- Alojamento
- Posto de Turismo

NATURA PT
WWW.NATURAL.PT

Anexo 6 | Registo trimestral das operações de manutenção na rota PR6 PTG – Percurso do Salão Frio. Fonte: CIMAA, Floema. 2018

Manutenção de Percursos Pedestres CIMAA
PR6 PTG Percurso do Salão Frio

floema
by Go Outdoor

Ponto	Latitude	Longitude	Foto intervenção feita
11X	39.307884°	-7.416250°	
Anomalia	Intervenção		
Baliza arrancada	Substituição de marca em baliza por pintura em suporte natural.		
Observações	Intervenção efetuada em Junho 2018. A baliza que estava arrancada foi usada no PR1 (ponto 43)		

Ponto	Latitude	Longitude	Foto intervenção feita
5 CD	39.304881°	-7.407942°	
Anomalia	Intervenção		
Baliza em falta	Instalação de baliza		
Observações	Instalação efetuada em Junho 2018		

Ponto	Latitude	Longitude	Foto intervenção feita
36 CD	39.299017°	-7.417816°	
Anomalia	Intervenção		
Baliza em falta	Instalação de baliza		
Observações	Instalação efetuada em Junho 2018		

Ponto	Latitude	Longitude	Foto intervenção feita
37 CE	39.299025°	-7.417657°	
Anomalia	Intervenção	Foto anomalia	
Baliza tombada	Reinstalação de baliza		
Observações	Intervenção efetuada em Junho 2018		

Manutenção de Percursos Pedestres CIMAA
 PR6 PTG Percuro do Salão Frio



Ponto	Latitude	Longitude	Foto da anomalia
Totem Atalaia	39.292865°	-7.423040°	
Anomalia	Intervenção		
O vinil apresentava bolhas	Foi substituída a impressão		
Observações Intervenção efetuada em Junho 2018. Por lapso não temos nenhuma foto do totem depois de reparado.			

Reparação de Mobiliário na Fonte dos Amores

Mobiliário Danificado



Mobiliário após ter sido intervencionado

